

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

LETÍCIA FERREIRA XAVIER

**POTENCIALIDADES EM TORNO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO MATO GROSSO DO SUL**

CAMPO GRANDE – MS

2023

LETÍCIA FERREIRA XAVIER

**POTENCIALIDADES EM TORNO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS GROSSO DO SUL**

Tese apresentada na etapa de
defesa ao Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, como pré-requisito para
obtenção do grau de Doutor em
Administração

Orientador: Prof. Dr. Milton Augusto
Pasquotto Mariani

CAMPO GRANDE

2023

**POTENCIALIDADES EM TORNO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL EM
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO MATO GROSSO DO SUL**

LETÍCIA FERREIRA XAVIER

Apresentado à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
(UFMS/ESAN/PPGAd – Campo Grande-MS)
Orientador

Prof. Dr. Élcio Gustavo Benini
(UFMS/ESAN/PPGAd – Campo Grande/MS)
Membro Interno

Prof. Dr. Dyego de Oliveira Arruda
(CEFET/RJ)
Membro Externo

Prof. Dr. Geraldino Carneiro de Araújo
(UFMS/ESAN/Profiap – Campo Grande/MS)
Membro Externo

Prof. Dr. Marco Antônio Costa da Silva
(UFMS/Profiap – Campo Grande/MS)
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Quanta alegria, com “água nos olhos” escrevo este agradecimento lembrando de todos aqueles que são parte desta conquista junto comigo. Com certeza, os últimos quatro anos mais intensos e desafiadores para mim, foram muitas emoções. Primeiramente, agradeço a todos da minha família e ao Gabriel, obrigada por estarem comigo, pelos ensinamentos, dedicação, apoio e incentivo.

Milton Pasquotto Mariani, “Miltinho” para os orientados, grata pelo orientador e pelo amigo que tenho, não esquecerei da confiança, motivação, questionamentos e ensinamentos que compartilhamos. Milton só tem a ensinar, sorte de quem é orientado por ele. Agradeço também aos professores Geraldino Araújo, Dyego Arruda, Élcio Benini, Leandro Sauer e Caroline Pauletto, vocês são inspiração para todos os docentes, alunos e amigos, quero ser como vocês quando crescer.

Agradeço também aos demais professores, técnicos e pesquisadores do PPGAD. Um agradecimento a CAPES, ao ser contemplada com o auxílio financeiro permitiu que me dedicasse exclusivamente à pesquisa. Aos meus amigos do PPGAD obrigada pelos momentos acolhedores, em especial ao Wesley Maique, Douglas Castrillon, Álvaro Dias, Lidiane Parron, Eduardo Corneto e José Alexandre pelo companheirismo durante a nossa caminhada.

Gratidão a Deus, ao universo, às energias positivas e todas as forças que conspiraram a favor de mim. Enfim, grata por tudo que tenho vivido e preparada para os próximos capítulos.

RESUMO

As questões que envolvem as territorialidades são resultantes das interações entre forças econômicas, sociais, políticas e da natureza sobre um determinado território, assim, a proposta da pesquisa é compreender as territorialidades no âmbito da possibilidade de difusão de iniciativas de turismo no espaço rural em territórios quilombolas que desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. Diante da problemática da pesquisa, optou-se por construir a base teórica da pesquisa sob os conceitos de território e territorialidade, agricultura familiar e turismo no espaço rural. A multidisciplinaridade das Ciências Sociais Aplicadas dá margem para inserção de disciplinas como Geografia e Turismo nas pesquisas da Administração. Quanto ao percurso metodológico, a pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa, utilizando como estratégia o estudo multicase. Os dados foram coletados por meio das fontes de evidência como: as entrevistas semiestruturadas, observações e análise documental. As entrevistas foram realizadas nos territórios quilombolas Chácara de Buriti, Campos Correa, Família Ozório, Furnas dos Baianos e Furnas do Dionísio, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul. Os procedimentos de análise e interpretação dos resultados foram realizados através da análise de conteúdo, com auxílio do software de análise textual, Iramuteq. Os resultados encontrados demonstraram a possibilidade de desenvolvimento dos territórios quilombolas a partir da implementação da atividade turística. A atividade promoveria o desenvolvimento econômico, geração de trabalho e renda, a participação comunitária, promoção de novos roteiros turísticos, além da preservação do patrimônio sociocultural dos grupos. No entanto, os territórios enfrentam desafios como falta de infraestrutura, captação de recursos e apoio político, fatores que retardam o desenvolvimento territorial e turístico.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Turismo no Espaço Rural. Territórios Quilombolas

ABSTRACT

The issues surrounding territorialities are the result of interactions between economic, social, political and nature forces on a given territory, thus, the research proposal is to understand territorialities within the scope of the possibility of spreading tourism initiatives in rural areas in territories quilombolas who develop activities related to family farming in Mato Grosso do Sul. Faced with the research problem, it was decided to build the theoretical basis of the research under the concepts of territory and territoriality, family farming and tourism in rural areas. The multidisciplinary of applied social sciences, allows for the insertion of disciplines such as Geography and Tourism, in Administration research, in this research, it also introduces the concept of writing, originating in Psychology. As for the methodological procedures, the research is exploratory and descriptive, with a qualitative approach, using as a strategy the multi-case study. Data will be collected through the sources of evidence such as: semi-structured interviews, observations and documentary analysis. The interviews will be conducted with the quilombola territories Chácara de Buriti, Campos Correa, Ozório Family, Furnas dos Baianos and Furnas do Dionísio, located in the State of Mato Grosso do Sul. The analysis and interpretation of results will be carried out through content analysis, with the aid of the textual analysis software, Iramuteq. The preliminary results obtained through the Iramuteq, present questions regarding the economic, social and political dimensions, which support the understanding of the territoriality of each quilombola territory.

Keywords: Family Farming. Rural Space Tourism. Quilombola Territory

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRATURR – Associação Brasileira de Turismo Rural
AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
CadÚnico – Cadastro Único
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MP – Ministério Público
MS – Mato Grosso do Sul
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF – Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PTC – Programa Territórios da Cidadania
SEMAGRO – Secretária do Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico Produção e Agricultura Familiar
SINAPIR – Sistema Nacional da Política de Promoção da Igualdade Racial
TER - Turismo no Espaço Rural
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Programas da Agricultura Familiar no Brasil	35
Quadro 02 – Benefícios do Turismo no Espaço Rural	43
Quadro 03 – Apresentação dos Territórios Quilombolas	54
Quadro 04 – Organização do Roteiro de Entrevista 01	56
Quadro 05 – Organização do Roteiro de Entrevista 02	57
Quadro 06 – Definição das Pré-categorias de Análise	61
Quadro 07 – Definição das Categorias de Análise	118
Quadro 08 – Modalidades Turísticas	128

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Dimensões Territoriais	25
Figura 02 – Localização dos Territórios no Mato Grosso do Sul	52
Figura 03 – Etapas análise do Conteúdo	59
Figura 04 – Horta do Território Chácara do Buriti	63
Figura 05 – Entrada do Território Campos Correa	65
Figura 06 – Vista do Território Família Ozório	66
Figura 07 – Ponto Turístico Furnas dos Baianos	68
Figura 08 – Entrada Principal de Furnas do Dionísio	70
Figura 09 – Nuvem de Palavras – Território Chácara do Buriti	72

Figura 010 – Análise de Similitude do Território Chácara do Buriti	73
Figura 011 – Dendrograma do Território Chácara do Buriti	75
Figura 012 – Nuvem de Palavras do Território Campos Correa	79
Figura 013 – Análise de Similitude do Território Campos Correa	80
Figura 014 – Dendrograma do Território Campos Correa	82
Figura 015 – Nuvem de Palavras do Território Família Ozório	86
Figura 016 – Análise de Similitude de Território Família Ozório	87
Figura 017 – Dendrograma da Território Família Ozório	88
Figura 018 – Nuvem de palavras do Território Furnas dos Baianos	93
Figura 019 – Análise de Similitude do Território Furnas dos Baianos	94
Figura 020 – Dendrograma do Território Furnas dos Baianos	96
Figura 021 – Nuvem de Palavras do Território Furnas do Dionísio	100
Figura 022 – Análise de Similitude do Território Furnas do Dionísio	101
Figura 023 – Dendrograma do Território Furnas do Dionísio	103
Figura 024 – Organização da Associação Quilombola	
Figura 025 – Território e Territorialidades	
Figura 026 – Barreiras da atividade turística	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Distribuição de Frequência – Território Chácara do Buriti	71
Gráfico 02 – Análise Fatorial Confirmatória do Território Chácara do Buriti	77
Gráfico 03 – Distribuição de Frequência do Território Campos Correa	78
Gráfico 04 – Análise Confirmatória do Território Campos Correa	84
Gráfico 05 – Distribuição de Frequência do Território Família Ozório	85
Gráfico 06 – Análise Fatorial Confirmatória do Território Família Ozório	91
Gráfico 07 – Distribuição de Frequência do Território Furnas dos Baianos	92
Gráfico 08 – Análise Fatorial Confirmatória de Furnas dos Baianos	98
Gráfico 09 – Distribuição de Frequência do Território Furnas do Dionísio	99
Gráfico 010 – Análise Fatorial Confirmatória do Território Furnas de Dionísio	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
ASPECTOS MOTIVADORES DA TESE	21
ESTRUTURA DA TESE	22
1 REFERENCIAL TEÓRICO COMO PRAXE!	24
1.1 Território e Territorialidades	24
1.2 Agricultura Familiar	34
1.3 Turismo no Espaço Rural (TER)	45
2 O PERCURSO DO TRABALHO EMPÍRICO	57
2.1 Caracterização e Natureza da pesquisa	57
2.2 Apresentação dos sujeitos da pesquisa	61
2.3 Coleta dos dados	63
2.4 Tratamento e Análise dos dados	67
2.5 Utilização do Iramuteq	70
3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	72
3.1 Chácara do Buriti	76
3.2 Campos Correa	78
3.3 Família Ozório	79
3.4 Furnas dos Baianos	80
3.5 Furna dos Dionísio	81
4 ANÁLISES DOS DADOS UTILIZANDO O IRAMUTEQ	84
4.1 Chácara do Buriti	84
4.2 Campos Correa	90
4.3 Família Ozório	96
4.4 Furnas dos Baianos	104
4.5 Furnas do Dionísio	110
5 QUILOMBOS E AS DIMENSÕES TERRITORIAIS	118
6 DENTRE AS POSSIBILIDADES, O TURISMO NO ESPAÇO RURAL	128
6.1 Barreiras identificadas para desenvolvimento dos objetivos	134
6.2 As origens dos problemas	135

6.3 RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO MATO GROSSO DO SUL	136
--	-----

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
-------------------------------------	------------

8 REFERÊNCIAS	142
----------------------------	------------

INTRODUÇÃO

O processo de organização, produção e reprodução das estruturas territoriais ocorrem através da relação entre os grupos que o coordenam, seja o Estado, os agentes sociais e as instituições (DENEZ, 2016). Um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida de configuração sociológica, geográfica e histórica, este é cercado por atores que disputam interesses nas dimensões econômica, política, cultural e da natureza (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2015).

A articulação dos grupos produz as territorialidades existentes no território, assim, o fator condicionante para produção e existência da territorialidade é a própria interação entre os indivíduos. A construção social transforma o conteúdo humano em território, portanto, a territorialidade perfaz interações de diferentes ideologias, discursos, conflitos, identidades e práticas para reprodução, apropriação e uso do território (SACK, 1983).

A identidade territorial se manifesta em escalas diversas, de nações a regiões, a territorialidade é marcada pela segregação ou pela autosegregação, onde podem ser projetadas por práticas sociais, pelo mercado, por estratégias e discursos políticos, reforçando que o sujeito e o meio estão em contínua integração e constitutivos um ao outro (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009).

Com as transformações contínuas do território, tem-se modificações das territorialidades, com isso, há interferências no processo de desterritorialização, atuando na produção de novas territorialidades, assim como, na reconstrução do território afetando a reterritorialização territorial. Assim, abordamos o processo de territorialização, no âmbito da agricultura familiar e no turismo no espaço rural, e os novos sentidos dados ao território com a integração das atividades.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2017), no Brasil, são 4,4 milhões de famílias da agricultura familiar, com a maior concentração de empreendimentos agrários nas Regiões Norte, Nordeste e no Sul (IBGE, 2017). A atividade é orientada por legislação própria, conforme prevê a Lei 11.326/06, a agricultura familiar possui diversidade produtiva, é formada por grupos de pequenos produtores rurais, povos indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos de reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no ano de 1994, houve a transformação da agricultura familiar, permitindo a valorização e reconhecimento da categoria. Após a criação do PRONAF, inúmeras iniciativas foram implementadas para o fortalecimento e desenvolvimento da atividade no Brasil. Órgãos e instituições em âmbito estadual e regional garantiram autonomia para implementar novas estratégias, programas e políticas voltados para as realidades locais.

No estado de Mato Grosso do Sul, as ações destinadas a agricultura familiar são coordenadas pela Secretária do Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), que tem o objetivo de propor e executar políticas, programas e atividades que fortalecem as condições sociais e econômicas. Entre as ações desenvolvidas, a secretaria realiza parcerias com instituições públicas e privadas em prol ao desenvolvimento da agricultura familiar no Estado, assim como, na garantia que os produtores rurais acessem programas e políticas em âmbito nacional.

As políticas públicas impulsionam os produtores familiares rurais em diversas configurações como, por exemplo, crédito rural para aquisição de equipamentos e máquinas, apoio tecnológico, melhoria na infraestrutura e na qualidade dos insumos (GUANZIROLI; BUAINAN, 2012; GRISA; SCHNEIDER, 2014; SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2017).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), 61% da agricultura familiar no Mato Grosso do Sul permanece economicamente ativa. No Estado, a atividade é classificada em produção de lavouras temporárias e permanentes, horticultura e floricultura, pecuária e criação de animais, pesca, aquicultura, produção florestal e produção de mudas e sementes certificadas, das 43.223 famílias, a principal atividade econômica é a criação de bovinos (IBGE, 2017).

Segundo a SEMAGRO, o fortalecimento do setor é consequência dos incentivos dados pelo Governo do Estado e pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) aos produtores, os investimentos feitos em maquinários, assistência técnica, extensão rural, pesquisa e outros serviços para aprimoramento dos produtores rurais da agricultura familiar, da agricultura tradicional, assentamentos, indígenas, quilombolas, pescadores e aquicultores.

Entre os grupos que atuam na agricultura familiar, os territórios quilombolas são condutores deste estudo. Pesquisas apontam há inserção dos quilombolas em programas e políticas de fortalecimento da agricultura familiar, principalmente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (CORDIN; SOUZA, 2014; MOTA E SCHMITZ, 2015; URQUIZA; SANTOS, 2017).

Na perspectiva nacional existe um conjunto de políticas públicas dirigidas, especificamente, às famílias quilombolas, nas diferentes esferas governamentais. No Brasil, destaca-se o Sistema Nacional da Política de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) que coordena o Programa Brasil Quilombola; Cadastro Único (CadÚnico); direitos fundiários (sob competência do Incra); Programa Bolsa Família; Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Programa Nacional de Crédito Fundiário; Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Quilombola, que oportuniza crédito via Pronaf; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tanto para a compra privilegiada de agricultores quilombolas, como na duplicação do repasse da alimentação escolar, em escolas onde estudam alunos quilombolas; Selo Quilombos do Brasil; Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Melhorias Sanitárias Domiciliares, gerenciados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa); Tarifa Social de Energia Elétrica; além de outras políticas públicas nas áreas da saúde, educação, segurança pública, habitação, internet, comunicação e telefonia, meio ambiente e cultura (DELGADO, 2017).

Entretanto, há fatores estruturais que podem dificultar o acesso às políticas de fortalecimento, como a falta de informação, ausência de documentação pessoal, ausência da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para ingressar no programa, inexistência ou terra inadequada, limitações organizacionais e falta de infraestrutura como, estradas, ausência de instrumentos e equipamentos e acesso a água e energia (GRISA, 2017).

No Mato Grosso do Sul, são 22 territórios quilombolas, sendo que 72% dos territórios estão em áreas rurais. Os quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Economicamente, a renda principal e complementar dos territórios deriva da comercialização da agricultura familiar, do artesanato, da produção cultural, do turismo e da venda de produtos feitos nas comunidades.

Os territórios quilombolas do estado são catalogados no Ministério Público e no INCRA, mas somente quatro estão em processo avançado de regularização fundiária. A regularização do território é importante para os quilombolas, o reconhecimento da identidade quilombola auxilia em diversas questões como “abertura de conta em banco, obtenção de crédito, registros, auxílio médico, obtenção de documentação, regularização de cadastro em programas do governo, solução de disputas fundiárias, aposentadoria e pensões, entre outros auxílios” (OLIVEIRA, 2009, p.153).

Os territórios quilombolas de Mato Grosso do Sul enfrentam historicamente a invisibilidade e a expropriação de seus territórios de uso tradicional, além de sobreviver com a falta de políticas públicas próprias, situações de precariedades e a dependência econômica. Arruda, Mariani e Nolasco (2021) afirmam que as condições precárias de sobrevivência oportunizam um olhar decolonial às comunidades quilombolas, que interrogam os modos hegemônicos, buscam a garantia de empoderamento e sobrevivência dos territórios em função da criação de suas próprias narrativas.

O Estado tem a lógica econômica voltada ao agronegócio, assim, os territórios são cultural e economicamente vinculados com terra. Para Urquiza e Santos (2017) e Arruda et al (2020), este motivo contribui para o processo de racismo, violência e expropriação dos quilombolas, que em predominância estão localizados em áreas rurais, com terras de pouca fertilidade para agricultura, ativos importantes para produção socioeconômica da região.

Assim, a formação da identidade quilombola está sob o alicerce da sociedade capitalista, cercado por ideologias racistas, machistas e xenófilas, onde apesar das mudanças não se altera o “poder do indivíduo branco em relação ao negro, do homem em relação à mulher, do latifúndio em relação à cultura de subsistência e dos proprietários em relação aos destituídos de direitos” (NESPOLI, 2013. p. 38), resistindo às forças de opressão.

Guimarães (2002) ressalta a importância de pesquisas que abordam o desenvolvimento da questão étnico-racial na formação da sociedade brasileira, principalmente quando retratado por um coletivo oprimido pelo modelo dominante. Para o autor, as pesquisas devem demonstrar a condição de excluídos, não apenas pela imposição da realidade, mas uma posição de resistência, diante das produções e relações impostas no trabalho, na família e na sociedade.

Quando se apontam questões de resistência, queremos a garantia da valorização dos povos e da cultura afro-brasileira, além disso, como pesquisadora negra e diante das características históricas dos territórios quilombolas, há a necessidade de trazer para o campo da Administração e do Agronegócio, na qual a pesquisa se insere, fragmentos dessa realidade.

O desenvolvimento territorial, os mecanismos, estratégias e políticas endógenas são provocados pelos agentes locais em interação com diferentes níveis de poder e gestão, reconstruindo territórios com novos usos políticos e econômicos para sua efetivação, principalmente quando se trata da agricultura familiar (BONNAL; MALUF, 2009; PEQUEUR, 2002). A força estatal é fomentadora de iniciativas locais e permite a atuação mais ativa dos atores locais, alterando a organização territorial: trabalho, produção, tecnologia, consumo e relações sociais (SANTOS, 2011).

Por este motivo, a realidade da agricultura familiar brasileira é heterogênea, de um lado estão os agricultores que possuem acesso ao mercado, crédito e tecnologia, do outro, aqueles em condições menos favorecidas. Para suprir essa deficiência e impulsionar o desenvolvimento territorial, os agricultores familiares podem inserir em seus contextos outras atividades de produção, trabalho e renda, chamado na literatura de pluriatividade na agricultura familiar (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

A pluriatividade é a diversificação das atividades rentáveis, os agricultores rurais decidem incluir o exercício de atividades não agrícolas, preservando a moradia e as relações com a área rural, utilizada como mecanismo de desenvolvimento rural, sobrevivência e garantia de reprodução material (VEIGA, 2000; SCHNEIDER, 2003; BAUMEL; BASSO, 2004; KLOSTER; CUNHA, 2014).

O turismo no espaço rural é alternativa para a pluriatividade agrícola. O produtor rural necessita diversificar sua fonte de renda e agregar valor aos produtos, a ideia de implementar novas atividades, não é excluir a atividade agrícola, mas servir para subsidiar as opções produtivas (GRAZIANO DA SILVA, 1996; TULIK, 2003).

No Brasil, a modalidade é recente, e para os pesquisadores do tema não há conceitos definidos sobre o turismo no espaço rural, de acordo com Roque e Vivan (2011) pode ser confundido com turismo de interior, agroturismo, turismo alternativo, endógeno, turismo de rotas agrícolas e ecoturismo. Trata-se de uma prática que resgata e valoriza a cultura regional do meio rural.

Iniciativas públicas são criadas para impulsionar o turismo no espaço rural, segundo o Ministério do Turismo - MTur, nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, elaboradas em parceria com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). No Brasil, a maior concentração de propriedades rurais com a atividade turística, segundo dados da Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATURR, 2008), está na Região Sudeste com um total de 2.706 propriedades, representando 55,78% de todo território brasileiro. Em relação aos estados brasileiros, Minas Gerais detém 1.147, maior número de propriedades de todo Brasil, enquanto o estado do Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste, registrou 386 propriedades, sendo o quarto do país em número de propriedades rurais que atuam também na atividade turística.

As famílias envolvidas diretamente com o turismo no Brasil são poucas quando comparado ao número considerável de agricultores no espaço rural que precisam aumentar sua fonte de renda. No entanto, o turismo no espaço rural pode, através de uma estratégia de

desenvolvimento da atividade, considerar os aspectos principais e as particularidades locais (MENDONÇA; BATALHA; SANTOS, 2011).

Para os territórios quilombolas, localizados na área rural, utilizar o ambiente natural para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, pode ser uma oportunidade de despertar o interesse de turistas atraídos na história, na culinária e na cultura do território (SCHMIDT, 2014). Entende-se que o turismo no espaço rural pode se inserir nos territórios quilombolas, com o intuito de fomentar uma modalidade de turismo que aproveita os recursos naturais e culturais existentes nos lugares de maneira sustentável, se diferenciando do turismo convencional (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010).

Roque e Vivan (1999) e Mendonça, Batalha e Silva (2011), apresentam um conjunto de estratégias voltadas ao desenvolvimento do turismo no espaço rural, na qual devem contemplar a criação de legislações, planos de desenvolvimento em níveis federal, estadual e municipal, qualificação da mão de obra, definição das diversas tipologias da atividade, mudança dos programas de incentivo a atividade, valorização dos produtos vindos das comunidades, como criação de um selo de qualidade, fortalecer a divulgação das áreas que possuem o turismo, e suporte e orientação para contribuir para o desenvolvimento do negócio.

Considerando esta perspectiva, entende-se que os territórios quilombolas, através da união da agricultura familiar e do turismo no espaço rural, podem diversificar suas fontes de renda, melhorar a qualidade de vida e a manutenção do próprio território. Entretanto, para demonstrar as territorialidades que envolvem a efetiva união das atividades nos territórios é preciso uma análise aprofundada e sólida das dimensões políticas, econômicas, culturais e da natureza.

As dimensões territoriais dependem de um conjunto de fatores, externos, que depende de ações não determinadas pelo território, como implantação de políticas públicas, oferta de infraestrutura adequada, disponibilidade de tecnologia e internas, como estratégias de comercialização, preservação das culturas tradicionais e profissionalização, entre outros fatores que vão modificando as territorialidades locais.

Compreende-se que as atividades não agrícolas são estratégicas para preservação das práticas no meio rural, complementação da renda, permanência do agricultor rural no campo, criação de empregos e melhoria na qualidade de vida. As possibilidades da pluriatividade provocam nos agricultores a chance de geração e preservação da mão de obra no campo, diversificação de renda e melhoria na qualidade de vida. Sendo assim, emerge a seguinte questão de pesquisa: É possível entender a agricultura familiar e, nesse processo, descortinar o modo como o turismo no espaço rural pode se manifestar nos quilombos?

Assim, o desenvolvimento desta pesquisa poderia contribuir para o conhecimento do turismo no espaço rural na agricultura familiar quilombola. O crescente cenário do turismo no espaço rural cria possibilidades de estudos aprofundados sobre a temática. A interação dos turistas urbanos com as famílias rurais valoriza o trabalho no campo, as tradições, hábitos e costumes, em consequência, resgatando a autoestima do produtor rural (CÁNOVES et al, 2009).

As transformações do espaço rural fazem com que ele seja estudado e pensado como um espaço de diversas atribuições, oportunizando identificar quais as mudanças sociais, econômicas, políticas e ambientais, ou seja, as dimensões territoriais que pretende se analisar através da territorialidade, são intrínsecas ao turismo no espaço rural e agricultura familiar.

A inserção dos territórios quilombolas, na rota turística do Estado do Mato Grosso do Sul, poderia potencializar o turismo, nas dimensões econômicas e culturais, além de dar notoriedade às comunidades quilombolas. A questão quilombola envolve o reconhecimento da identidade e suas especificidades, a titulação e posse das terras, da preservação e valorização da cultura e ainda a luta contra a discriminação racial, isto evidencia a importância de políticas públicas para fomento à equidade social e igualdade de direitos.

As transformações nos territórios são determinadas por comportamentos de seus agentes, nas esferas políticas, econômicas e sociais, ou seja, as territorialidades. As novas territorialidades rurais emergem do surgimento de agricultores, que modificam o campo, criando ou reconfigurando o espaço rural (TEIXEIRA, 2012).

Desta forma, pretende-se fazer um recorte considerando o fortalecimento da agricultura familiar, através da diversificação das práticas agrícolas e não agrícolas. Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa é: Compreender as territorialidades no âmbito da possibilidade de difusão de iniciativas de turismo no espaço rural em comunidades quilombolas que desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar no Mato Grosso do Sul.

Com os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar os territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul a partir da agricultura familiar e das atividades ligadas ao turismo no espaço rural
- b) analisar as potencialidades para a implementação do turismo no espaço rural nos territórios quilombolas em Mato Grosso do Sul
- c) refletir sobre as estratégias e diretrizes para um turismo no espaço rural de base territorial em territórios quilombolas em Mato Grosso do Sul.

Para alcançar os objetivos da pesquisa foram elaboradas as seguintes questões norteadoras: a) como é a organização da agricultura familiar quilombola nos territórios? Quais

ferramentas e mecanismos de incentivo da atividade? b) de que forma o turismo no espaço rural pode gerar renda e trabalho? c) de que forma o turismo no espaço rural acontece? d) como os atores sociais reagem às transformações territoriais?

ASPECTOS MOTIVADORES DA TESE

É um privilégio e ato de resistência o fato de estudar territórios quilombolas. Reforça a importância de pesquisas que fortalecem a história negra, a cultura, a diversidade, a produção de alimentos e a conservação da tradicionalidade quilombola. Confesso que até o início da pesquisa pouco sabia da importância dos quilombos na transformação e estruturação da cultura negra brasileira, que curioso, sou negra. Desde então, acendeu-se o desejo e curiosidade de entender mais sobre essas comunidades, sobre a nossa história. A pesquisa foi a possibilidade de unir empírico e teórico, de unir forças a uma luta “quase” eterna por reconhecimento e respeito.

Considero que o objetivo como pesquisadora foi contemplado, trouxe para a área acadêmica e para a sociedade temas potentes e relevantes, como a preservação da cultura quilombola e negra, promoção dos territórios quilombolas, destacar os benefícios da associação da agricultura familiar e do turismo no espaço rural (a diversificação da fonte de renda, melhores condições de vida e a manutenção do próprio território) e apontar elementos que auxiliem no desenvolvimento das comunidades quilombolas.

A multidisciplinaridade do trabalho ressalta as inúmeras possibilidades de interagir com disciplinas distintas. O agronegócio, é a base de produção de renda e subsistência dos quilombolas, através da agricultura familiar. O turismo rural, é uma possibilidade de transformação territorial comunitária, vem para encorajar a reterritorialização e promove melhores condições de sobrevivência dos territórios e daqueles que nele vivem. A Geografia, permite compreender os “nós” que impulsionam as territorialidades quilombolas, as forças que atuam positiva e negativamente no desenvolvimento territorial. O projeto de intervenção e as estratégias de ações para o desenvolvimento da atividade turística requer planejamento, administração, gestão e organização das dimensões territoriais.

O processo de reterritorialização depende de uma sequência de mudanças nas dimensões territoriais, um conjunto de fatores, que dependem de ações não determinadas somente no território, como implantação de políticas públicas, oferta de infraestrutura adequada, disponibilidade de tecnologia, estratégias de comercialização, profissionalização e preservação das culturas tradicionais, entre outros fatores que vão modificando as territorialidades locais. Portanto, ao contemplar as dimensões territoriais será possível identificar os “nós” e as tramas existentes no processo territorial da agricultura familiar quilombolas do Mato Grosso do Sul.

ESTRUTURA DA TESE

Este trabalho é constituído de oito seções, sendo elas, Introdução, Referencial Teórico, Percurso Empírico, Territórios Quilombolas, Análise de dados do Iramuteq, Dimensões territoriais Quilombola, o Turismo no Espaço Rural e Considerações Finais. A seção Introdução apresenta as reflexões introdutórias sobre as temáticas a serem discutidas durante a tese, a problemática, o objetivo geral, os objetivos específicos e as questões norteadoras. A seção nomeada Referencial Teórico como praxe! Aborda a contextualização dos construtos teóricos que subsidiaram o estudo. A seção está organizada em três subseções: Território e Territorialidade, buscou-se evidenciar as discussões sobre as dimensões territoriais e desenvolvimento territorial. Agricultura Familiar, ressaltando as políticas de fortalecimento e a pluriatividade na atividade familiar. E o Turismo no Espaço Rural, revisão sobre o tema e suas modalidades, e também sobre o turismo de base comunitária. A seleção das teorias para o campo da pesquisa se deu em virtude da possibilidade de novas formas organizacionais, ou seja, do entrelaçamento da agricultura familiar com o turismo no espaço rural. A seção Percurso do Trabalho Empírico, apresenta os caminhos metodológicos que foram percorridos para construção da pesquisa. A seção apresenta as técnicas, métodos e instrumento de coleta de dados. A pesquisa consistiu em uma pesquisa qualitativa, com estudo de multicasos, a coleta de dados foi realizada através de entrevistas e analisadas por meio da análise de conteúdo com auxílio do Software Iramuteq.

As próximas seções correspondem aos resultados e discussões da pesquisa. A seção Territórios Quilombolas do Mato Grosso do Sul, apresenta as características principais dos territórios pesquisados. Nas seções seguintes, são apresentados resultados obtidos da análise do software e da análise de conteúdo. A seção Análises dos Dados Utilizando Iramuteq, é realizada a discussão das análises obtidas através do software, subsidiando o aprofundamento das discussões feitas a frente. Na seção Quilombolas e suas dimensões, são discutidas questões sobre as dimensões territoriais quilombola, abordando questões políticas, econômicas, sociais e culturais em torno dos territórios. E na seção, Dentre as Possibilidades, o Turismo no Espaço Rural, apontamos as diretrizes para o desenvolvimento da atividade nos territórios quilombolas. Por fim, na última seção, são apresentadas os principais achados e considerações sobre a pesquisa, reforçando os objetivos principais da tese, destacando as contribuições e as

possibilidades de pesquisas futuras. Na sequência, encontram-se as referências bibliográficas e anexos do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO COMO PRAXE!

Nesta seção pretende-se discutir os fundamentos teóricos sobre territórios e territorialidades, agricultura familiar e turismo no espaço rural compreendendo que as temáticas decorrem de vasta discussão envolvendo questões culturais, locais e políticas, que se complementam de acordo com os grupos sociais estudados.

1.1 Território e Territorialidades

O território é comumente apontado como sinônimo de espaço, mas refere-se a uma porção do espaço ocupado por um indivíduo, grupo, ou Estado, sendo assim, um território se torna sólido quando associado à sociedade em termos jurídicos, políticos e econômicos. (SPOSITO, 20014; RAFFESTIN, 1993). Deste modo o território é o espaço territorializado por relações de poder, uso e apropriação.

Sobre a diversidade de noções sobre o território, Sposito (2004) aponta as discussões para duas vertentes, a primeira denominada naturalista, onde o território é “imperativo funcional como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou consolidar” (SPOSITO, 2004, p. 17). Sendo a segunda, centrada no indivíduo, na territorialidade, nas relações culturais, o território do indivíduo, seu espaço de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade” (SPOSITO, 2004, p. 17).

Para Sack (1980), a construção social da territorialidade só é possível no momento em que há interação entre os indivíduos. É o contexto social que transforma o “conteúdo” humano para o território. Sem este conteúdo territorial, o mesmo não é idêntico às dimensões existentes mediadas pela dimensão geográfica. Para o autor, a territorialidade é uma afirmação consciente do controle, mesmo que os atores envolvidos não estejam conscientes disso. A complexidade das interações sociais que envolvem as relações que dão forma à territorialidade, isto, em razão das conexões entre os conflitos e as condições da sociedade.

O conceito de território é amplo e engloba dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais que estão correlacionadas (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2009), o território, é um produto histórico, com mudanças que ocorrem em um ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. O território é resultado de mudanças e permanências decorrentes do

desenvolvimento de um grupo social, produzidos através do espaço e do tempo, mediante o comportamento dos grupos sociais ou indivíduos (SAQUET, 2015).

A constituição de um território se faz necessária a apropriação por intermédio da sociedade ao espaço físico, onde se exista um sentimento de pertencimento e identificação da sociedade com seu território. A legitimação do território passa pelo discurso e pela negociação em relação à história, à política, à ciência, ao mercado e às relações sociais (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009).

O conceito de território é retomado, nos anos 1970, em abordagens que procuram explicar a dominação social, as constituições e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como formas de controle na vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico (conceito de território, como uma problemática interdisciplinar) (PEREIRA; CHAGAS; BANKUTI, 2016).

Entretanto, a partir de 1980 com a intensificação da globalização, no qual os meios de circulação e informação se concretizaram, o nível local-regional passa a ser visto como parte de uma rede. Refletindo em uma nova dinâmica da posição relacional e o conceito de território adquire novos significados em diversas abordagens e concepções (HAESBAERT, 2004; SAQUET, 2015). Nos séculos XVII e XVIII, o território torna-se um receptáculo das atividades econômicas do indivíduo (PIRES, 2016).

As transformações territoriais foram influenciadas por reestruturações produtivas das atividades agrícolas, industriais e de serviços, bem como por políticas de integração mundial dos Estados, municípios e hábitos de consumo (PIRES, 2016). Em razão da apropriação do espaço por relações de poder em dimensões não apenas políticas, mas nos aspectos relacionais de rede e das territorialidades como experiência territorial e sentimento de pertencimento está associada a lógica do território (RAFFESTIN, 1993).

Saquet (2015) vincula a expansão da abordagem em cinco concepções (1) os estudos de Raffestin, evidenciando aspectos econômicos e políticos do território e da territorialidade; (2) as discussões de Deleuze e Guattari, com as dimensões da cultura e da política; (3) com Gottmann e Sack, no campo da geopolítica; (4) nos estudos de fenômenos e processos de desenvolvimento territorial, feitos por diversos autores, dentre eles Bagnasco, Quaini e Dematteis; e (5) nas reflexões de Milton Santos, englobando uma compreensão de configuração territorial, dos fixos, fluxos e do território usado.

Entretanto em âmbitos políticos, o território substitui outras ferramentas de exercer a função de dominação (laços pessoais, comunitários, tribais), isto é, considerado uma forma

despersonificada para cumprir o papel das funções políticas (PIRES, 2016). Para Gottmann (2012), o território é uma parte do espaço geográfico no qual segue a jurisdição de um governo, de modo estrutural, o território é o alicerce do Estado. Correa (1996, p.251), afirma que o território é “revestido pela dimensão política, afetiva ou ambas”.

Andrade (1995), discorda do conceito de território vinculado ao espaço e lugar, para o autor o território está relacionado as questões de domínio e gestão de uma área, ou seja, o exercício de poder, independente de força política ou privada.

Dematteis (1970), compreende a concepção de território como a formação social, calcada em desigualdades, que revelam contextos territoriais diversos, que varia do local ao global. Segundo o autor, o território é um complexo de relações territoriais horizontais e verticais, isto, em razão da singularidade das características naturais, das relações entre pessoas, culturas, habitação e produção.

O território, dessa maneira, é compreendido como área controlada e delimitada por alguma autoridade, como resultado das estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais. Os limites de um território podem mudar, isto é, não são inalteráveis. Modificam-se conforme as estratégias de controle e delimitação do espaço (MORAIS, 2018; PEREIRA, 2019).

Essa análise envolve uma abordagem material e imaterial, histórica e multiescalar do desenvolvimento e do território, da desterritorialização e reterritorialização, reconhecendo discontinuidades, desigualdades, ritmos, temporalidades e territorialidades (SAQUET, 2015). Nos territórios, para Saquet (2011) há mudanças, continuidades e movimentos, na desterritorialização, rompimentos, desligamentos, transformações e movimento.

As relações materiais de formação territorial envolvem o planejamento e a produção de mercadorias. Na análise imaterial, está centrada no contexto espaço-tempo, sendo que a noção de espaço é construída socialmente, objetiva e subjetiva, um elo entre questões materiais e simbólicas. Assim, o território é visto como um campo de forças que envolvem ações e relações sociais: econômicas, políticas e culturais, que são historicamente determinadas. Diante da materialidade e imaterialidades das relações de poder no território, associam-se as relações de poder nas famílias, nas universidades, no Estado, nas empresas, ou seja, nas mais diversas relações do cotidiano humano (SAQUET, 2007).

Um território não é somente material, os aspetos imateriais, como história, cultura, identidade, símbolos e ambiente, representam uma totalidade complexa da construção social, assim, permite uma simultaneidade de temporalidades, territorialidades e discontinuidades

(GOVERNA, 2005; SAQUET, 2011). Neste processo, as territorialidades surgem como um conjunto de ações e práticas coletivas locais no território (RAFFESTIN, 2012).

A noção multiescalar abrange diferentes níveis escalares, como os níveis dos indivíduos, do espaço (casa, bairro, estado, país) e nível internacional. Esses processos se coordenam historicamente e em relação ao tempo, gerando continuidades e discontinuidades. O território é modificado por diversos fatores, estes estão intrinsicamente correlacionados pois a mudança de um conseqüentemente interfere no outro (SAQUET, 2015).

Morais (2018) em suas reflexões sobre homem e território, define que território é um produto social da relação do sujeito com o ambiente que vive, refletindo em processos políticos, econômicos e culturais da sociedade, possibilitando a criação de novas relações, em outras palavras, a territorialidade é a capacidade do homem em modelar o meio em que vive.

Atrelado a este pensamento, o território constitui o meio ambiente do homem, e deve ser analisado a partir da diversidade de relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais estabelecidas entre sociedade e natureza. Com isso, o território não deve ser visto apenas sob a ótica naturalista, considerar relações de capital, identidade e meio ambiente são fortes fatores de configuração territorial (DEMATTEIS; GOVERNA, 2005; MORAIS, 2018).

Assim, vemos que espaço e territórios são indissociáveis, não devem ser analisados de maneira separada, como também não se despreza as relações de poder ao analisar objetos e ações. O espaço é a preexistência de qualquer ação, ou seja, a matéria-prima a ser modelada de acordo com as mudanças produzidas no território (RAFFESTIN, 2012). Os territórios, são espaços passíveis de mudanças, no entanto, suas especificidades são carregadas junto com essas alterações, uma vez que as características passadas subsidiam as características presentes, assim como as características que se materializarão no futuro.

O território, como espaço, não é um objeto de análise social, mas sua utilização, o território usado, Santos (2000, p.13), “desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas”, assim, “a geografia passa a ser capaz de apresentar os dramas do mundo, da nação e do lugar” (SANTOS, 2006, p.7). Heidrich (2004) aponta que o território envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação, esses são fatores preponderantes para o surgimento da territorialidade.

Dematteis (2005) aponta a realidade de território dá significado às “tramas de relações sociais” presentes em sua origem, assim, permite compreender que as concepções de um território acontecem a partir de suas territorialidades. Portanto, o território é modelado, construído e reconstruído por sujeitos conflitantes e “tramas” (RAFFESTIN, 1993).

Para Sack (1983) o território é o produto da organização social e a territorialidade corresponde às ações de influência e controle em uma área do espaço tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis diferentes. Para o autor, “a territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar” (SACK, 1983. p219).

A integração de valores econômicos aos culturais moldam o território em um campo simbólico, o território é motivo de luta entre grupos antagônicos, que se relacionam com a sociedade e espaço natural, constituindo as territorialidades, cada elemento territorial caracteriza e diferencia o território, criando a identidade territorial. No entender de Raffestin (1993) o território é determinado pelo processo histórico, em função da relação de poder que uma ação exerce sobre um espaço.

A definição de territorialidade contém três facetas interligadas: a) classificação ou definição de áreas; b) a comunicação (equivalente às redes) e c) uma forma de controle social (relações de poder). Essas facetas são núcleos da territorialidade, que contém outras combinações. A territorialidade é conceituada pela multiplicidade de contextos histórico-sociais, nos quais se definem as estratégias e feitos territoriais.

Como por exemplo a ligação entre os povos tradicionais e o lugar que eles ocupam se torna extremamente próxima, não apenas por causa da familiaridade e dependência, mas também porque as pessoas compreendem os lugares orgânica e espiritualmente, de maneira conectada. Pode existir um território de um grupo, mas também unidades subterritoriais dentro do domínio do grupo.

As tramas da territorialidade são condicionadas à utilização ou apropriação do território pelo ser humano, ou seja, a territorialidade está relacionada a como as pessoas fazem a utilização da terra, como se organizam e dão significado ao lugar. Deste modo, podem ocorrer processos constantes e concomitante de desterritorialização e reterritorialização, ocasionando em novas territorialidades e novos territórios, emergidos em características anteriores (SAQUET, 2009).

A territorialidade é entendida como uma estratégia para afetar, influenciar e controlar recursos e pessoas, está relacionada ao modo com que usam o meio e organização do espaço e como dão sentido ao lugar (SACK, 1983; ANDRADE, 1995)

Considerando que o território é fruto de desigualdades, conflitos, das identidades que permanecem no espaço, esses fatores permitem que a territorialidade mude o processo da construção social do espaço e do próprio território, ou seja, a territorialidade altera a cada

intervenção do espaço-tempo, e conseqüentemente altera o território, contendo características do passado, comuns e desiguais (DEMATTEIS, 1970; SAQUET, 2011).

A territorialidade configurativa apresenta a teoria de território, a partir de um espaço de vida, ação e consciência do sujeito. Considerando a prática cultural e a memória do sujeito, ou seja, toda a construção da identidade de pertencimento (MORAIS, 2018). A construção da identidade territorial é uma condição simbólica que o sujeito possui consciência de qual é o seu território (TURCO, 2013).

O “território” e a des-re-territorialização referem-se às relações de poder e simbólico-culturais, o espaço vivo é sinônimo de “lugar”, as noções de desterritorialização buscam explicar a entrada e saída do território, considerando que todo esse movimento é acompanhado da reterritorialização em outras partes (FUINI, 2017). O processo de desterritorialização e reterritorialização produz elementos de territorialização como a extinção e renovação da identidade, mudanças nas relações de poder, transformações sociais, econômicas, culturais e políticas, na qual se moldam por meio do processo de reterritorialização e modificam o território (SAQUET, 2011).

Existem diferentes concepções de desterritorialização, Haesbaert (2007) apresenta cinco correntes teóricas. Na primeira, a desterritorialização pode ser compreendida a partir das propriedades das redes, dos fluxos e da mobilidade (BADIE, 1996 apud Haesbaert, 2007). A segunda é orientada por Lèvy (1996 apud HAESBAERT, 2007), que considera a desterritorialização como a perda de referência espacial, concreta e as relações imateriais, neste caso, o território é caracterizado através das noções de espaço geográfico.

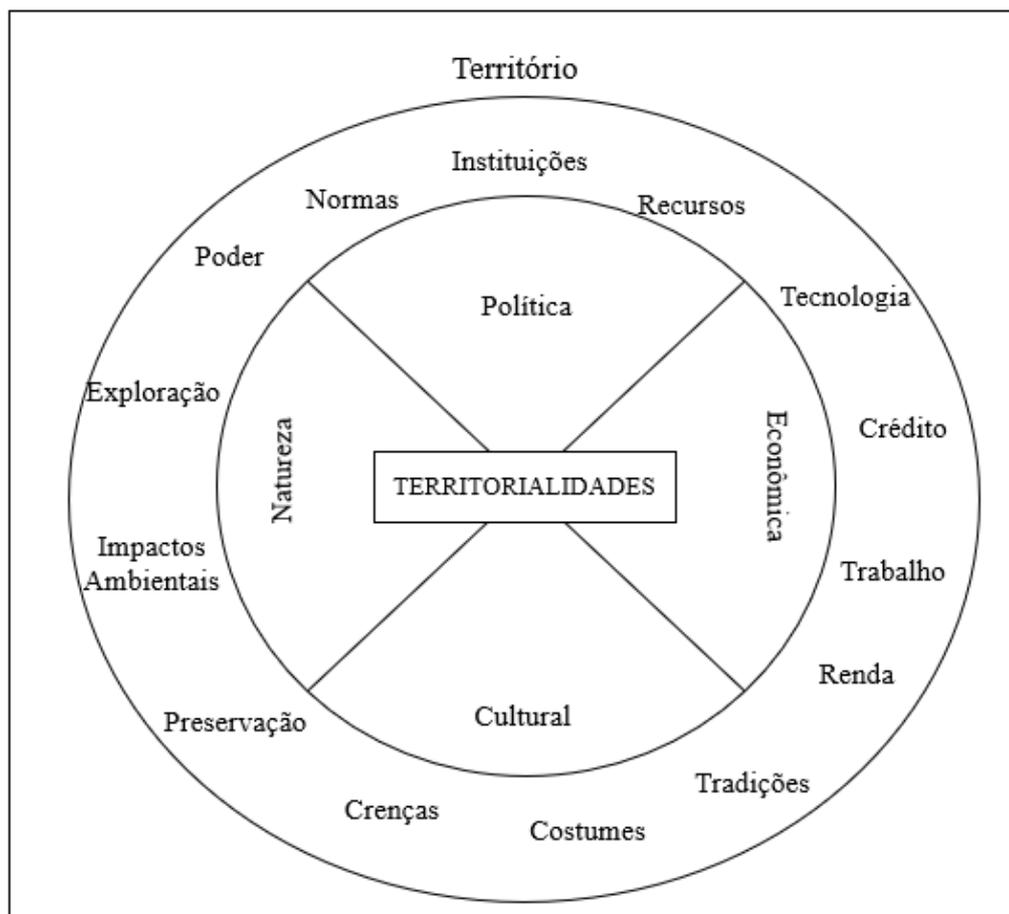
Na terceira, a desterritorialização é atrelada a perda de poder, no que se refere ao domínio dos processos sociais por meio do espaço, nesta vertente, o território é conduzido por meio do poder dos estados, ou seja, “a crise do papel regulador do Estado, levaria à crescente desterritorialização” (HAESBAERT, 2007, p.60-61). A desterritorialização na quarta concepção teórica, é entendido como deslocamento econômico e emancipação, a mudança de localização atraídas por atributos mais favoráveis. Em quinto, o resultado da desterritorialização ocorre com o processo de homogeneização cultural, o território é reconhecido em sua dimensão cultural, identitária, atrelado à diferenciação e a pluralidade (HAESBAERT, 2007).

Entretanto, a cultura, a política, as relações de poder, infraestrutura, trabalho, educação, são relações indissociáveis na construção e análise do território. Esses elementos formam as dimensões territoriais, as relações são construídas para transformar o território, assim, não devem ser analisadas separadamente, é uma forma de desconstruir as dicotomias criadas pela análise individual de cada relação (FERNADES, 2006).

O processo de reterritorialização, acompanha a territorialização e a desterritorialização, garante a sobrevivência humana, mas também a recriação de novos territórios associados as dimensões econômicas, política ou cultural. O complexo movimento de des-re-territorialização tem evidenciado a criação de territórios multiterritorializados, ao mesmo tempo, que é sinônimo de poder, também pode representar diversidade. Assim, as novas territorialidades, transformam o território, há muito tempo caracterizado como hegemônico (CHELOTTI, 2010).

Compreende-se que as dimensões territoriais ao produzir novas territorialidades influenciam em diversas modificações, sejam elas: nas instituições públicas e privadas, nas forças normativas que regulam o sistema jurídico e econômico, na alocação dos recursos, na tecnologia, no incentivo ao crédito, na mão de obra, na geração de renda, nas tradições, costumes, crenças, na preservação dos hábitos dos indivíduos e no meio ambiente, dentre outras esferas que circundam o território como apresenta a figura 01.

Figura 01 – Dimensões Territoriais



Fonte: Adaptado de Haesbaert (2004;2007)

Cada dimensão sofre impactos com o decorrer das mudanças territoriais, isto em consequência da produção da territorialidade, assim a sobrevivência e a manutenção territorial acontecem em conformidade com as transformações no âmbito político, econômico, cultural e da natureza.

A abordagem territorial pode colaborar para o planejamento e gestão do desenvolvimento de estruturas mais democráticas e participativas, impulsionando práticas sociais solidárias e claras da gestão do território (PEREIRA; CHAGAS; BANKUTI, 2016). Entende-se que os territórios possuem diferenças de acordo com os grupos de poder que agem sobre ele. Esses grupos estampam suas características e objetividades, moldando o território conforme suas relações, produzidas por ações políticas e socioeconômicas (TEIXEIRA; ANDRADE, 2010; MARIANI; ARRUDA, 2010).

Um dos agentes mais significativos no uso do poder no território é o Estado, para o exercício do poder são necessários mecanismos para cumpri-los e este é o agente que coordena o território por meio de regulação monetária, financiamento, leis e da política. Entretanto, apesar de o Estado interferir ativamente sobre o exercício de poder, outras fontes não devem ser desconsideradas, como a atuação de grandes empresas, já que o poder não se localiza somente no interior das instituições do Estado (GALLO, 2017).

Haesbaert (2007) introduz as noções de território, as dimensões e seus recursos, configurando a forte ligação do homem, os costumes e a história para formação territorial. Para o autor, o território é fruto da interação de três dimensões principais:

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado; Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural; prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Saquet (2015), considera as dimensões economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N), refletindo sobre as interrelações entre as dimensões sociais do território, que são seus aspectos econômicos, políticos e culturais. As dimensões são compostas pela territorialidade, devido a conexão, características e processos em comum, estão relacionadas:

a) como relações sociais, identidades, diferenças, redes, malhas, nós, desigualdades e conflitualidades; b) como apropriações do espaço geográfico, concreta e simbolicamente, implicando dominações e delimitações precisas ou não; c) como

comportamentos, intencionalidades, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espaço-temporais, multidimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior por meio de mediadores materiais (técnicas, tecnologias, instrumentos, máquinas...) e imateriais (conhecimentos, saberes, ideologias...). A territorialidade é processual e relacional ao mesmo tempo (SAQUET, 2011, p.77-78).

Neste sentido, a territorialidade é a concretização da ação do indivíduo, sendo materializada nas atividades cotidianas, de trabalho, lazer, da família, da escola, fruto do processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização (SAQUET, 2011). O território da agricultura familiar revela-se fruto das relações estabelecidas no âmbito da família e da relação entre comunidade rural e os agentes das cidades, atrelado aos elementos econômicos, políticos e culturais nas tramas socioespaciais (DEMATTEIS, 1970). Assim, cada sistema territorial converge sua própria territorialidade, ou seja, a qual os indivíduos vivem.

Fernandes, (2006), exemplifica, as noções sobre a dimensão territorial comparando agronegócio e campesinato. Enquanto agronegócio organiza o território para produção de mercadorias, o campesinato estrutura o território para realização da sua existência, assim demanda o desenvolvimento de todas as dimensões territoriais. O agronegócio é um espaço homogêneo, a interação entre os agentes é uniforme, considerando as características diversas do campesinato, já que neste espaço se constroem elementos de sua existência, além da produção de alimentos.

Na visão de Santos (1994), território não é uma entidade pura, não é determinada por fatores (natureza, política, economia e cultura) individuais e dissociados, tampouco homogêneos. Gallo (2017), aborda a terminologia “território usado” sustentada por autores como (Santos, 1999a, 2002; Santos et al., 2000; Silveira, 2009, 2011; Ribeiro, 2003; Cataia, 2011, 2013), para explicar a estrutura global da sociedade, assim como a complexidade do seu uso.

Com isso, a concepção tradicional de território vinculada aos limites estaduais e assentados no Estado-nação pressupunha limites espaciais e temporais com menor mobilidade. Ao compreender o território como um espaço com limites estabelecidos por fronteira, entende-se as questões exclusivas de apropriação e uso, onde se faz a distinção entre “nós”, caracterizados como aquele que integra o território, e “outros”, aqueles que não são parte do território (COELHO NETO, 2013). Ao implementar essa perspectiva sobre o território é possível identificar um Estado territorial, em que os limites de apropriação, uso, gestão e controle são estabelecidos, enquanto o domínio político-estatal exige uma autoridade, um poder centrado na figura do Estado (SOUZA, 2009).

A coletividade territorial é definida com a existência das fronteiras territoriais, reconhecida como territorialidade, um evento de comportamento associado à organização do espaço e/ou a territórios delimitados, que assumem diferentes características e são demarcados aos que os ocupa e quem os define (SOJA, apud ROCANYOLO, 1988, p. 263). Raffestin (1993, ao definir territorialidade humana, aponta aqueles que pertencem a coletividade territorial, sendo esta um conjunto de relações mantidas pelo homem, enquanto relaciona-se com a sociedade. Assim, o processo de relacionamento no território constrói seus limites/fronteiras, formando a territorialidade.

Entretanto, adotamos para este trabalho uma visão de um território integrado, capaz de integrar a multidimensionalidade territorial proposta por Haesbaert (2004), superando a percepção de um território definido por fronteira, com isso, compreende-se que as relações territoriais são compostas por vários territórios, assim como as territorialidades que podem ser sucedidas ou sobrepostas por outro território, bem como pelas experiências territoriais. Para Haesbaert (2004), o território não deve ser visto simplesmente como um objeto material ao mesmo tempo que não é apenas um conceito elaborado pelo pesquisador.

Para o autor, os processos políticos e culturais são estruturados, fator que contribui para definição das características identitárias de cada território, ou seja, independente dos diferentes graus de correspondência e intensidade, um território é composto por uma dimensão simbólica-cultural, atribuídas através dos grupos sociais no espaço onde vivem e ao mesmo tempo, uma dimensão político-econômica, que controla o espaço como forma de domínio dos indivíduos. Dessa forma, é indissociável o poder político e simbólico, tendo em vista a trama relacional que envolve a interação entre diversas dimensões do poder, desde sua natureza até a dimensão simbólica, econômica e jurídico-política.

A dinâmica global torna os espaços mais suscetíveis às mudanças, a cultura e a identidade, reorganiza os indivíduos em micro ou mesoespaços em defesa as especificidades histórico-geográficas. Haesbaert (1997), como a identidade territorial é alterada por diversas vezes e seu conteúdo simbólico pode, em alguns casos, modificar durante o tempo, não podemos caracterizá-la como única. Assim, conforme esses movimentos ocorrem, os laços territoriais são dissolvidos, em consequência os grupos fortalecem em torno de ideologias e/ou espaços mais fechados para preservação da identidade cultural.

Nesses movimentos as propriedades dos espaços e territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais, que ocorrem em caráter defensivo, adotando configurações exclusivas da sua identidade, separando indivíduos e lugares, dependendo de cada situação histórica (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009).

Os territórios passam por processos de alterações que podem ocasionar expansão, criação, modificações e exclusão, ocorrendo a territorialização, desterritorialização e a reterritorialização. Como por exemplo a implementação de novos meios produtivos, a agricultura camponesa pode modificar as formas de plantio, a estrutura e as relações sociais.

O desenvolvimento territorial é um processo de características próprias e exclusivas de cada território, se apoiam na dinâmica de especificação dos recursos por um conjunto de atores que constituem um território (PECQUEUR, 2005). O desenvolvimento local, regional ou territorial deve ser compreendido como uma mudança estrutural realizada pela sociedade do território, amparada por seus recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, em função das práticas econômicas e a melhoria da qualidade de vida (DALLABRIDA, 2011).

Como possibilidade de desenvolvimento territorial, em alternativa a agricultura familiar, os territórios possibilitam a inserção de atividades turísticas (reterritorialização) (LUCHIARI, 2002), a busca por novas formas de renda e se inserem em um novo setor econômico, impedindo a alteração das características de suas produções agrícolas. As pequenas comunidades podem potencializar seus modos de produção e de organização para que possam ser compreendidos como atrativos turísticos e os considere fator gerador de renda e trabalho para seus moradores.

1.2 Agricultura Familiar

As relações históricas do agricultor familiar, estão atreladas ao campesinato, sua origem parte da reprodução da atividade, entretanto, incorpora novos meios produtivos para atividade agrícola. A concepção do campesinato, advém da agricultura camponesa, onde a produção é realizada pela família, essa forma social específica de orientar a produção implica no envolvimento do patrimônio, trabalho e consumo, no interim familiar (WANDERLEY, 2004; LAMARCHE, 1994).

As diferenças encontram-se em dois polos, de um lado os camponeses que exclusivamente garantem sua subsistência familiar, sem espaços para novas estratégias na atividade, e por outro lado, o agricultor familiar, que integra a produção para subsistência aos investimentos no mercado (WANDERLEY, 2004).

O campesinato foi construído historicamente como uma civilização ou uma cultura. Enquanto civilização se constituía em torno das dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais, nas quais são interligadas entre si, ou seja, a alteração em uma interfere no

funcionamento das outras. Está relacionado à sociedade camponesa, não apenas relacionado as atividades produtivas e a um tipo de elo do mercado (MENDRAS, 1978). Quanto ao campesinato, parecia distante da realidade e sinais demonstraram sua ruptura ou a predisposição as novas formas de capital no campo (WANDERLEY, 2004).

Os debates sobre a agricultura nos anos 70 e o desenvolvimento das forças produtivas impulsionava questões sobre a modernização e urbanização do meio rural, polarizando as relações de trabalho e capital, pertencentes ao modelo industrial (WANDERLEY, 2004).

Assim as mudanças que ocorreram na agricultura brasileira nos anos 70 e 80 eram analisadas semelhantes às ocorridas nos países desenvolvidos, tanto em aspectos positivos como nos negativos (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). Segundo os autores, durante os anos 70 acreditava-se que a chamada “questão agrícola” havia sido superada pelo processo de modernização baseada na mecanização e no uso de sementes e insumos variados. Logo, nos anos 80 confiava-se que o processo de modernização levaria a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros, denominado de complexos agroindustriais.

O saber tradicional de cultivo, passado de geração a geração, não é suficiente para garantir a permanência no ambiente econômico. Com as mudanças do mercado, o conhecimento técnico é essencial para as produções agrícolas, que demandam cada vez mais de técnicas com as máquinas, plantas e animais e o controle financeiro. Com a modernização, os agricultores precisam de serviços de assistência técnica, as práticas tradicionais não são suficientes para conduzir as atividades, assim serviços gerados fora da comunidade são introduzidos a essa realidade do agricultor moderno (WANDERLEY, 2004).

Muito fora questionado sobre a conceituação da agricultura familiar, com isso, as discussões sobre o pertencimento à categoria são recorrentes. Wanderley (2004) argumenta que existem distintas variações para o conceito de agricultura familiar, em que se confunde com a definição criada pelo Pronaf que se refere a uma tipologia de beneficiários conforme a capacidade de atendimento. Outra perspectiva aponta que a agricultura familiar corresponde a uma parcela de agricultores, chamados de “consolidados” que conseguem se adaptar as novas exigências do mercado, enquanto os produtores menores não alcançam tais modificações.

Martins (2001), afirma que a agricultura familiar é uma instituição de reprodução familiar, diretamente relacionado à terra e à produção agrícola. Historicamente e nos estudos da antropologia, a concepção da agricultura familiar, se dá através da reprodução social da família, orientada por valores tradicionais, no entanto, as estratégias permitem subsistir e permanecer, não apenas reproduzir.

Na agricultura familiar, o papel preponderante da família como alicerce principal de organização da reprodução social, por meio de execução de estratégias familiares e individuais que remetem diretamente a transmissão do patrimônio material e cultural (SAVOLDI; CUNHA, 2010). A construção da exploração agrícola familiar predetermina uma unidade de produção onde a propriedade e trabalho estão associados à família.

Conceitualmente, as definições de produção familiar exigem a presença de ao menos um membro da família, que combine as atividades de trabalhador com a de administrador da produção. A agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família, onde a centralidade é a relação direta com a terra e com a produção agrícola (MARTINS, 2001).

Assim, agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maioria do trabalho vêm de indivíduos que possuem laços matrimoniais ou familiares (ABRAMOVAY, 1997). Não há um consenso sobre as definições relativas à agricultura familiar, as definições devem considerar os atributos gestão, propriedade e trabalho familiar.

Para compreender a produção familiar, deve-se extrapolar dimensões de produtividade e competitividade, o resultado dos fatores econômicos pode ser dado por outras esferas sociais já que a produção ocorre em âmbito social e não se resume a atividade isolada. Segundo as categorias para a agricultura familiar são:

- Família Agrícola de caráter empresarial, ou o chamado “verdadeiro agricultor”, cuja lógica de reprodução do social é determinada pela efetivação de uma produção orientada pelo mercado, acompanhando quantificações de rentabilidade e de produtividade, ou seja, considerada um conjunto de fatores econômicos, condicionados a uma situação patrimonial e social favorável à rentabilização da exploração
- Família camponesa, a atividade não tem visibilidade em termos de competitividade e produtividade, mas a manutenção da família em determinadas condições culturais e sociais, em conjunto com a exploração agrícola. Neste caso, a relação familiar impõe a produção, mesmo que de forma indissociável da propriedade e exploração agrícola.
- Família agrícola urbana, não prioriza as questões produtivistas, e apesar de considerar valores e forte vínculo com a localidade, se diferencia da “familiar camponesa”. A característica de família rural é orientada por sistemas de valores próprios que norteia a produção agrícola, visando melhor qualidade de vida, sem desconsiderar a realidade do mercado e as possibilidades de aumento produtivo.

A definição de agricultura familiar não se limita ao tamanho da área das propriedades. A caracterização do trabalho familiar depende do nível de desenvolvimento tecnológico e dos sistemas produtivos adotados. A falta de heterogeneidade, bem como a potencialidade e

restrições associadas em relação aos recursos e geração de riqueza faz com que os agricultores familiares se diferenciem (SALVODI, CUNHA, 2010).

Os agricultores familiares desenvolvem suas estratégias, superam suas lutas e fazem parcerias, em razão de dois elementos, o primeiro relacionado a preservação da história, e o segundo na garantia de um futuro. Atingir condições de um modelo ideal, ou se aproximar dele, parece distante, pois depende também de condições externas (LAMARCHE, 1994).

O trabalho extra agrícola executado por um ou vários membros da unidade familiar pode desempenhar variadas funções de acordo com a configuração social da unidade familiar. A renda advinda da produção pode servir como complemento que garante a exploração da atividade agrícola, assim como ser utilizada como estratégia de reprodução social (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Para Lamarche (1994), os agricultores coordenam suas estratégias, vivem suas dificuldades e fazem parcerias em função de dois condicionantes: a memória de toda construção histórica e as aspirações futuras. As possibilidades de alcançar com projeto estratégico que os mantenham próximos ao ideal, depende da complementaridade das partes envolvidas, agricultores e sociedade.

Cada grupo de agricultores familiares possui interesses próprios e estratégias de sobrevivência e produção específicos, assim reagem de maneira diferente aos desafios, oportunidades e restrições semelhantes, sendo assim, precisam de mecanismos compatíveis com as diferenças (SAVOLDI; CUNHA, 2010). Portanto, seria impossível dizer que os grupos são homogêneos e a produção estável.

1.2.1 Programas da agricultura familiar no Brasil

Na realidade brasileira, a agricultura familiar é heterogênea e inclui desde famílias pobres, com caráter precário, as terras são pouco exploradas pelas unidades produtivas, até famílias com suporte de recursos, terra, capacitação, organização e conhecimento (ALTAFIN, 2007). Consequentemente, para que a categoria agricultura familiar seja favorável para finalidades políticas, é necessário um detalhamento das especificidades dos agricultores e potencializar suas características como as diferenças de cada um, não isolar a uma única categoria, considerando apenas a utilização do trabalho familiar.

Agricultura familiar representa a maior renda que vem do campo, importante para o cenário econômico e para sociedade brasileira (WANDERLEY, 2004). A agricultura familiar

é um universo profundamente heterogêneo, em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação. Um estudo realizado por FAO/INCRA (1994;1996) destaca que a agricultura familiar explora de modo intenso os recursos escassos disponíveis e assim permite gerar níveis de renda agropecuária maiores que os de reprodução familiar (SCHNEIDER, 2003).

A preocupação com o futuro sobre a agricultura familiar mobilizou fóruns, congressos e discussões sobre a temática, que resultou na definição de conceitos, princípios e diretrizes para construção de instrumentos normativos (PERACI; BITTENCOURT, 2010). Segundo a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a lei da agricultura familiar:

considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p.).

A expressão agricultura familiar, origina-se dos interesses convergentes e unificados de pequenos proprietários rurais, desfavorecidos politicamente, principalmente na década de 1980 com a integração de países da região da América Latina, a entrada no mercado poderia interferir nos setores da agricultura no Brasil, como por exemplo, aumentar a competitividade entre produtores (SCHNEIDER, 2003). Entretanto, com a instituição da lei em 2006, a categoria atingiu no Brasil o marco histórico de consolidação de conceitos e diretrizes da agricultura familiar (NAVARRO, 2010; FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

No Brasil, a agricultura familiar que até a década da 1990 não tinha políticas públicas em seu benefício, entretanto, a partir deste período, o cenário passa a ser notado da mídia à agenda nacional, e sua demanda disputada por diferentes entidades (PINHEIRO, 1999). Além disso, até a criação do PRONAF, em 1996, não havia um consenso sobre as definições sobre a agricultura familiar, poderia ser referida como pequena produção, produção familiar, produção de subsistência entre outras formas de ser tratada.

Em âmbito governamental, a agricultura familiar foi inserida como propriedade na metade da década de 1990, quando foi lançado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF) em agosto de 1995, inicialmente utilizado apenas para linha de crédito, com as reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), resultou na criação do Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.

A finalidade era o desenvolvimento do setor rural constituídos pelos agricultores familiares, para auxiliar no aumento da capacidade produtiva, geração de trabalho e renda (SOUZA, 1999). As mudanças estão relacionadas às questões de integração do espaço rural e urbano, a “nova” realidade rural, é um agricultor que combina atividades agrícolas e não-agrícolas nas funções de seus integrantes. (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Na fase de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas priorizam os setores mais capitalizados e a produção de *commodities* direcionadas ao mercado internacional, com o objetivo de equilibrar as atividades comerciais do país. Para os agricultores familiares as políticas dessa época estavam longe de serem benéficas ao setor, grande número de produtores ficaram a margem de benefícios oferecidos pela política agrícola, principalmente, crédito rural, menos preços e segurança da produção (VEIGA, 1997).

A implementação de políticas direcionadas aos diferentes tipos de produtores rurais foi uma das reivindicações atendidas com a criação do PRONAF, os trabalhadores rurais entendiam a necessidade de implementar políticas de desenvolvimento rural específicas para cada segmento, principalmente aos que representam em maior quantidade, este mais fragilizado tanto na capacidade técnica quanto na inserção nos mercados agropecuários.

No Brasil, em 1996 o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi criado com a função de prover crédito agrícola e apoio institucional aos que pertenciam a categorias de pequenos produtores rurais que foram desfavorecidos com as políticas públicas ao longo da década de 1980 dificultando a continuidade na atividade. Após a criação do programa, o sindicalismo rural brasileiro se fortaleceu em busca da defesa de ações que superassem o compromisso do Estado com uma categoria social considerada específica e a necessidade de políticas diversificadas (juros menores, apoio institucional).

Ressalta-se o papel dos movimentos sindicais, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTUR/CUT) nas reivindicações por melhores condições dos trabalhadores rurais e na implantação do PRONAF, que na perspectiva da agricultura familiar originou em acesso aos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional (SILVA; MARQUES, 2009; MIELITZ NETTO, 2011).

Dessa forma, entende-se que até o início de 1990, não havia política específica à agricultura familiar (SAVOLDI; CUNHA, 2010). Em 1993, a Contag reivindicou a criação de um programa de crédito rural, que ficou conhecido como Programa de Valorização de Pequena Produção Rural (PROVAP), permitindo acesso ao crédito aos produtores rurais considerando aspectos como o tamanho da propriedade e a mão de obra familiar (MIELITZ NETTO, 2011).

Os movimentos sindicais foram decisivos para mudança da história da agricultura familiar, as ações de reivindicações iniciaram com a Constituição de 1988, ganhando destaque durante as “Jornadas Nacionais de Luta” que ocorreram no início de 1990, assim conquistaram lugar na agenda pública para o segmento rural. Outro fator importante para a notoriedade do setor foram os estudos realizados pelo FAO e INCRA nos anos de 1996 a 1999, vinculados a projetos de cooperação técnica, reforçando os aspectos de diversificação produtiva, com processo de decisão interno, e realizado exclusivamente pela família, além de conceitualizar a agricultura familiar, e delimitar as diretrizes capazes de nortear a formulação das políticas públicas, utilizadas posteriormente pelo PRONAF.

A agricultura familiar representa o maior setor do sistema agrícola no Brasil, a interferência do programa a assistência a créditos, infraestrutura e capacitação gera a possibilidade de atuação nos programas no desenvolvimento rural com base na agricultura familiar (SCHNEIDER et al, 2004; SAVOLDI; CUNHA, 2010).

No cotidiano, os agricultores precisam de auxílio de terceiros para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sustentável. A falta de recursos, seja pela insuficiência de oferta de crédito, ou por razões contratuais inadequadas, determina severas restrições ao funcionamento da agricultura familiar, uma vez que precisa se manter competitiva a um mercado cada vez mais exigente (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

As políticas públicas de incentivo aos meios de produção, consolidação e comercialização dos agricultores familiares recebem um novo formato durante os anos de 2003 a 2010, isto devido ao papel multifuncional da agricultura familiar e a possibilidade de desenvolvimento territorial com a solidificação da atividade (BONNAL; MALUF, 2009; BRITO, 2017). No quadro 01, em ordem cronológica, são apresentados os programas, vinculados às políticas públicas criados no Brasil de 1990 a 2010 direcionados a agricultura familiar.

Quadro 01 – Principais Programas da Agricultura Familiar no Brasil

Programas	Aspectos Gerais	Ano
Programa de Valorização de Pequena Produção Rural (PROVAP)	Acesso ao crédito rural	1993
Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF)	Utilizado apenas para linha de crédito	1995
Programa Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (PRONAF)	Função de prover crédito agrícola e apoio institucional	1996
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Compras de produtos advindos da agricultura familiar	2003

Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)	Direcionamento de elaboração de projetos territoriais	2004
Programa Territórios da Cidadania (PTC)	Inserir, concentrar e incrementar ações em territórios	2004
Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)	Amortização de preços de parcelas como bônus no PRONAF	2006
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Acesso à alimentação escolar com bases nutricionais saudáveis.	2009
Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater)	Aplicação metodologias de extensão rural e assistência técnica	2010

Fonte: Baseado em Silva; Marques, (2009), Mielitz Netto (2011), Bonnal; Maluf, (2009) e Brito, (2017).

A ampliação das políticas públicas direcionadas a agricultura familiar passa a ser difundida em conformidade com as propostas do Pronaf, implementadas com o objetivo de fornecer assistência e extensão rural e inserção ao mercado. As primeiras políticas públicas desenvolvidas no Brasil estavam pautadas no auxílio ao crédito rural para os produtores rurais, com o desenvolvimento da atividade incluem-se questões sobre segurança alimentar e o aprimoramento técnico e produtivo.

Neste contexto, os programas Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), segundo Faria e Duenhas (2019), foram criados para oferecer ao agricultor acesso a ferramentas teóricas e práticas. Com a difusão dos instrumentos de inovação da agricultura, o apoio das instituições fora pensado para atender e orientar a agricultura familiar.

A agricultura familiar em participação significativa na produção de alimentos consumidos no âmbito local e doméstico, a atividade, de acordo com o Censo Agropecuário das propriedades rurais de todo Brasil, 77% foram classificados como da agricultura familiar (IBGE, 2017). A produção destaca-se pela diversidade de cultivo e plantio, que naturalmente são implementadas técnicas tradicionais, mescladas com técnicas menos rudimentares. A atividade é desenvolvida com flexibilidade e adaptação, as possibilidades no meio rural são incontáveis, o fortalecimento da produção através do acesso às políticas públicas possibilitam a distribuição dos recursos financeiros e produtivos aos agricultores (MENASCHE et al, 2008; MATTEI, 2014).

Assim, programas como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) impulsionam a comercialização dos produtos

advindos da agricultura familiar. Objetivo dos programas é o consumo de alimentos da produção familiar durante a alimentação escolar, além do fortalecimento financeiro os programas envolvem questões de segurança alimentar, orientação nutricional e inserção de novos hábitos alimentares (BRASIL, 2003,2009,2013).

Em conformidade, ao incentivo técnico e comerciais, os programas Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) e Programa Territórios da Cidadania (PTC) incentivam o desenvolvimento territorial, baseados nas técnicas produtivas e na pluriatividade da agricultura familiar, apoiados na diversificação produtiva e na utilização dos recursos naturais (OLIVEIRA; LEITE, 2009; RIBEIRO; SILVA, 2018).

Assim, as políticas públicas foram se fortalecendo e enxergando o produtor rural familiar, não apenas com relação à produção agrícola, mas incorporando novas dinâmicas ao ambiente rural. Ortega (2008), ressalta que as recentes políticas de desenvolvimento rural exploram a característica plural e multifuncional dos estabelecimentos rurais, dessa forma, valorizando os ambientes rurais.

1.2.2 Pluriatividade na Agricultura Familiar

No Brasil, o processo de modernização não acontece de forma efetiva, e também não disseminou de modo homogêneo por todo território nacional. Assim, questiona-se sobre a força transformadora dos novos processos e a capacidade de atingir e mudar os microcenários do setor agrário. Wanderley (2004) afirma que o modelo capitalista instalado no setor agrícola brasileiro não se libertou do vínculo com a terra, resultante na renovação do comando da terra. O mesmo ocorre em determinar o espaço social, este que necessita de um esforço expressivo para atingir condições mínimas para reprodução

A maior parte das regiões brasileiras, não apenas as mais precárias, buscam estratégias de manutenção capazes de assegurar a constituição de um patrimônio fundiário estável e transferível às próximas gerações (WANDERLEY, 2004). As propriedades são pequenas, assim como o grupo de agricultores, motivo que dificulta o crescimento sustentável da agricultura familiar (SAVOLDI, CUNHA, 2010)

A agricultura familiar, não é um modelo de ação alternativa a agricultura tradicional, a busca por reprodução e sobrevivência da atividade resultou em apropriação de características como trabalho em tempo parcial, diminuição da jornada de trabalho com a inserção de tecnologia, possibilidade dos membros da família exercerem outras atividades para

complementar a renda familiar, este fenômeno denomina-se pluriatividade, que só foi possível devido a revalorização do trabalho rural (WANDERLEY, 2000).

A diversificação das atividades econômicas sendo um fator de desenvolvimento para agricultura familiar, a inserção de novas fontes renda e trabalho, valorizam a produção local e o uso dos recursos naturais. Desta forma o processo de pluriatividade consiste na inserção de outras atividades além da agricultura, apresenta uma finalidade de inclusão e não exclusão da atividade agrícola, ou seja, uma estratégia de diversificação das atividades (ALENTEJANO, 1999; WANDERLEY, 2000).

A pluriatividade é uma forma para garantir a reprodução das famílias de agricultores e levar novas alternativas para geração de renda com alcance econômico, social e cultura no espaço rural (SCHNEIDER, 2003; BAUMEL; BASSO, 2004). As atividades são mecanismos de desenvolvimento, trazendo novos meios de sobrevivência, de garantia de produção e também de aumentar a inserção na estrutura social.

As atividades não agrícolas retratam o meio e a origem que estão inseridos, induzindo novas oportunidades e conhecimento para a gestão da propriedade. Permite, assim, que as famílias tenham uma renda de segurança, vista a incerteza da atividade primária, que depende da força humana, tecnológica e capital, além dos fatores climáticos, que podem prejudicar a execução efetiva da atividade (WANDERLEY, 2004).

Na unidade familiar, o trabalho extra pode representar funções diferentes para dinâmica de reprodução social (VEIGA, 1993). A renda é complemento que reafirma e garante a reprodução social, indicando uma estratégia secundária para produção de trabalho e renda (WANDERLEY, 2004). A diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, cercam as noções de pluriatividade (SCHNEIDER, 2003)

Schneider (2003, p.23), refere-se à pluriatividade como a “emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas”, estas, não precisam necessariamente ser ligadas a agricultura e ao cultivo da terra.

Além da diversificação das atividades, a pluriatividade diversifica os meios de organização e aplicação de estratégias complementares de reprodução, Alentajano (1999), como o trabalho assalariado, transformação industrial ou artesanal e o desenvolvimento de atividades de serviço e lazer dentro da propriedade rural.

Alentajano (1999) aponta que o surgimento da pluriatividade se deu em razão da necessidade de subsistência, a nova configuração acontece pela pressão do mercado e aos interesses dos agentes do capitalismo. Os agricultores optam por diversificar as atividades,

mantendo a moradia e o vínculo com o campo, isto conserva as atividades agrícolas, mas optam por exercer também atividades não agrícolas (SCHNEIDER, 2003).

Desta forma, Schneider (2007) aponta fatores que afetam e estimulam a pluriatividade, sendo eles, a) Modernização técnico-produtiva da agricultura; novas tecnologias, gera mão de obra ociosa na agricultura, torna-se um fator que desestimula o membro da família a continuar na atividade b) terceirização e crescimento da prestação de serviços do meio rural; altos custos para terceirização, no entanto, existe a necessidade de contratação c) Queda crescente e continuada das rendas agrícolas; os altos custos de adequação tecnológica, leva os agricultores a desempenhar outras atividades; d) Mudanças no mercado de trabalho; e) Políticas de desenvolvimento rural, que estimulam atividades não agrícolas no meio rural tais como o turismo, as pequenas e médias indústrias, a preservação ambiental, entre outras, para o autor essas políticas estão mais evidentes em países desenvolvidos, onde visam gerar empregos, diversificação de renda, oferecendo alternativas econômicas aos agricultores.

As atividades agrícolas e não agrícolas são meios de desenvolvimento para a agricultura. Na busca do desenvolvimento, Baumel e Basso (2004) afirmam que a pluriatividade institui como prática social, na busca por meios alternativos de reprodução familiar e ampliação de fontes de renda, refletindo no alcance econômico, social e cultural.

Quando atividades não agrícolas são incorporadas ao campo, cria-se um elo de interação entre meio rural e urbano, gerando elementos alternativos, na forma econômica e na melhoria da qualidade de vida, como em situação de utilização das áreas rurais para lazer e entretenimento. A pluriatividade fortalece as relações sociais, mas sobretudo, possibilita a segurança de renda extra no meio rural. As atividades agrícolas dependem não somente da mão de obra humana, tecnológica e do capital, os fatores climáticos também interferem na produtividade.

Com o reconhecimento da agricultura familiar, aumenta-se a relevância sobre pluriatividade (SCHNEIDER, 2007). A pluriatividade pode ser utilizada como ferramenta estratégica para potencializar o desenvolvimento rural, um formato mais incluyente, assentado na agricultura familiar (NASCIMENTO, 2008).

Diante das inúmeras dificuldades em se tornarem produtivos e autônomos, os pequenos produtores da agricultura familiar buscam alternativas para a comercialização dos alimentos produzidos, assim para melhor atuação no mercado e manutenção das atividades os agricultores se organizam por meio de associações e cooperativas para atendimento das necessidades coletivas. Com isso, o associativismo e o cooperativismo passam a ser mecanismos relevantes na construção sustentável dos agricultores da agricultura familiar.

As associações têm sido consideradas um apoio para desenvolvimento e implementação de políticas públicas, isto, intensificado a partir dos anos 90, com a aprovação de crédito à agricultura familiar, o incentivo à aquisição coletiva de máquinas, equipamentos e pequenas agroindústrias, assim como a delimitação e a gestão de assentamentos, reservas extrativistas e territórios quilombolas.

Para agricultura familiar as associações formais são o elo de ligação com as instituições públicas e privadas em busca de garantir defesa aos seus interesses coletivos, enquanto processo de obtenção de finalidades comuns. Ao constituir uma associação podem ser contemplados com projetos, leis, programas institucionais que podem contribuir para desenvolvimento do território. Além disso, as associações são responsáveis por organizar as atividades compra e venda dos produtos, comprar insumos coletivos e uso dos materiais e equipamentos.

Além de nortear as questões políticas e econômicas da agricultura, o associativismo promove melhores condições social e moral de seus integrantes (SCHNEIDER, 2003). Objetiva-se garantir eficientes estratégias individuais e coletivas para a sobrevivência do grupo. O modelo desenvolve uma agricultura familiar de características comunitárias, isto em razão de proporcionar um crescimento equitativo e justo para os associados.

1.3 Turismo no Espaço Rural (TER)

Com o processo de urbanização, êxodo rural e industrialização, as pessoas buscavam no meio rural uma mudança de rotina e ambiente, esta mobilização culminou nas iniciativas do turismo no espaço rural. As práticas do turismo no espaço rural se iniciam na década de 1960, após as propriedades rurais tornarem-se meios de hospedagem, quando a intensidade e a motivação transformaram o meio rural e inseriu, organizou e estruturou a oferta da atividade (CANDIOTTO, 2007; ELESBAO, 2007). Entretanto, a atração da comunidade urbana pelo ambiente rural não é fator novo, há indícios da atividade antes deste período, onde os meios rurais eram utilizados apenas para o descanso e lazer (CRUZ, 2003).

De acordo com Lane (2014), os primeiros registros do Turismo no Espaço Rural (TER) foram nos séculos XVII e XIX em vilas romanas na Europa, a busca pela qualidade do ambiente rural prevalecia em períodos isolados como férias, épocas de verões e invernos amenos, e aconteciam em mansões rurais, logo, a partir do século XXI se torna atividade econômica.

Candiotto (2010), aponta que a popularização da prática de TER é decorrente do período pós-guerra, momento em que o desenvolvimento econômico promovido pela industrialização e pelas conquistas trabalhistas (férias, redução da jornada de trabalho e décimo terceiro salário)

nos países europeus impulsionou o desenvolvimento da atividade, transformando em uma atividade econômica viável e com incentivos em países como França, Espanha e Itália.

Com a expansão da atividade, a partir de 1950 foi implementado em países da Europa Central e do Norte, como alternativa para diversificação da atividade rural (SANTOS, 2008). Posteriormente, segundo Santos (2008), a partir 1970, foi implementado em países do Sul da Europa e América do Norte. Em países como Reino Unido, Portugal, Suíça e Áustria, os nativos alugavam seus alojamentos em ambientes rurais, como forma de renda extra e permanecia com o pequeno cultivo da agricultura.

O Turismo no Espaço Rural (TER), seria uma alternativa para o intenso êxodo rural e para os problemas econômicos e de baixa valorização do meio rural. A atividade proporcionava uma fonte de renda alternativa, motivação ao produtor a permanecer no ambiente rural, melhorias na infraestrutura das propriedades e da região e na qualidade de vida decorrentes da atividade (DAVIDSON, 1992).

Na década de 1980, intensificaram-se as atividades de Turismo no Espaço Rural, quando houve a recuperação de casas rústicas, aldeias e pousadas para forma de preservação do patrimônio histórico inserido no meio rural, é uma prática de turismo no espaço rural que aconteceu por exemplo, nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Uruguai e Argentina. Entretanto, considerava-se uma atividade frágil em termos comerciais, em virtude de ser um negócio de pequena escala e pouco controlável, de forma administrativa.

A atividade chegou a ser caracterizada como anticomercial, por apresentação baixa padrão de conforto ao turista, profissionalismo e organização da estrutura. No entanto, os produtores rurais insistiram na ideia de efetivação do Turismo no Espaço Rural (TER). Estudos realizados na Europa identificaram que a maioria dos produtores analisados optaram pela atividade, pois representava renda adicional e manutenção da zona rural (NILSSON, 2002).

No Brasil, o TER, se iniciou em 1985, no estado de Santa Catarina, no sul do país, a região era conhecida pelo movimento turístico, cercado de investimentos na pecuária e na exploração da madeira. Em 1986, com a escassez da madeira nativa, os produtores rurais abriram suas propriedades rurais para visitação durante os finais de semana e ofereciam vivência do dia-a-dia na fazenda (ZIMMERMANN, 1996). Os turistas permaneciam na fazenda em tempo integral, do café até ao anoitecer, e participavam de atividades como toca de ovelhas, inseminac o artificial e outras, essas práticas foram chamadas de agroturismo, e oportunizaram a origem dos hotéis-fazenda, ofertava a possibilidade de pernoite aos turistas.

Com a crescente da atividade, a partir dos anos 1990 o poder público começa a incentivar os proprietários rurais a ofertar produtos turísticos no espaço rural. Fletcher e Cooper

(1996) apontam que a transição das propriedades rurais para uma propriedade comercial exige um plano de estratégias, que contemple conhecimentos e habilidades gerenciais para que o produtor rural saiba lidar com a atividade.

Observa-se que mesmo com as diferenças entre as características socioeconômicas, culturais e estruturais de cada país em sua totalidade de apoiarem no modelo de países europeus, com destaque para França, Espanha, Itália e Portugal (TULIK, 2010).

Na França, o Turismo no Espaço Rural (TER), ganhou notoriedade a partir de 1970, com o retorno ao campo, após a Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 2008). Em relação ao pioneirismo da França na promoção do TER, Graça (2001, p. 38-40) destaca que:

[...] a filosofia do TER europeu inspirou-se no modelo francês bem expresso no Manifeste de Tourisme en Espace Rural, publicado em 1972, um ano depois de ter sido criada a Associação Tourisme en Espace Rural - a primeira no gênero. Esse manifesto preconizava a complementaridade entre a agricultura, o turismo e o artesanato; a necessidade de contribuir para a proteção do ambiente e para a conservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural; a promoção da cooperação de base local; a animação local assentada na autenticidade rural e a comercialização de produtos específicos sujeitos a uma imagem de marca.

Na Espanha, a promoção ao TER foi impulsionada pela própria comunidade na década de 1970, período que a agricultura estava desorganizada e sem diversificação. Deste modo, surgiram hotéis, destinados ao lazer, e negócios em áreas rurais (SANTOS, 2008).

A motivação para o desenvolvimento da atividade turística na Itália se iniciou com a recessão agrícola por volta da década de 1960, em decorrência das numerosas propriedades ociosas no meio rural, com isso, os proprietários rurais passaram a receber turistas como alternativa para complementação de renda.

De acordo com Santos (2008), em Portugal o TER se consolidou nos anos de 1980, quando a crise afetou o setor agrícola e privou os agricultores de infraestrutura, inovação em tecnologia, além da falta de sucessão familiar. A atividade resultou na geração de renda e no fortalecimento dos pequenos produtores da agricultura familiar.

Somente na década de 1990 que as políticas de fomento ao turismo no meio rural foram incentivadas, isso a partir de políticas públicas da União Europeia, que se preocupavam com o futuro do turismo em áreas rurais e se interessavam pela expansão da atividade.

Nesse contexto, ressalta-se a iniciativas LEADER5 I (1991-1994), LEADER II (1995-1999), e LEADER+ (2000-2006), lançadas pela União Europeia e coordenadas pela Direção Geral de Agricultura. Segundo Candiotto (2007), visando diversificar as atividades rurais, a União Europeia passou a direcionar suas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural. Dessa forma, destacaram-se os aspectos da multifuncionalidade do espaço rural, como a produção agropecuária e agroindustrial, segurança alimentar, conservação ambiental,

paisagística e cultural. Assim, valorizou-se o uso integrado dos recursos e o planejamento e gestão de base local, para fundamentar as políticas públicas considerando as especificidades de desenvolvimento rural.

De acordo com Candiotto (2010), em 2004 o Governo Federal Brasileiro adotou o conceito de Turismo no Espaço Rural. Por meio do documento Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, o governo brasileiro decretou que Turismo no Espaço Rural (TER) contemplaria “os equipamentos localizados na área rural que desenvolvem atividades de lazer, recreação, esportivas, de eventos, não apresentando, necessariamente, vínculo com a produção agropecuária e a cultura rural”. (BRASIL, 2004, p. 7).

Segundo o documento Turismo Rural: Orientações Básicas (MIT, 2010), o conceito de Turismo no Espaço Rural pode ser compreendido como atividade turística exercida em áreas geograficamente rurais, o espaço, não necessariamente precisa ser dentro da propriedade, mas a qualidade da paisagem externa da região. Este segmento turístico beneficia a comunidade em que se insere, através de passeios, atrativos naturais e artificiais. O documento afirma que o Turismo Rural está inserido na modalidade, assim como, o Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios, Turismo de Saúde, Turismo de Cultura e Turismo Esportivo, várias modalidades turísticas.

As mudanças no espaço rural indicavam a necessidade de uma nova ruralidade, que permite identificar no ambiente rural características espaciais e sociais das sociedades modernas. Isto não é o fim do mundo rural, mas uma nova visão que implica na concepção das atividades produtivas, assim como da percepção do rural como patrimônio a ser usufruído e preservado (WANDERLEY, 2000).

O turismo no espaço rural reflete a “nova” ruralidade aos espaços rurais, os benefícios da pluriatividade da agricultura-familiar, que poderia oferecer meios alternativos para geração de renda e trabalho, a preservação da identidade, reforçando a tradicionalidade, a paisagem e o patrimônio (SANTOS, 2013). Surge como uma nova função do espaço rural, sendo atividade capaz de constituir propriedades estratégicas para o desenvolvimento rural, atuando na preservação cultural, ambiental e no desenvolvimento socioeconômico (VALENTE; FIGUEIREDO, 2003).

No Brasil a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo, a EMBRATUR, passou a cuidar exclusivamente da promoção do Brasil no exterior. O lançamento do Plano Nacional de Turismo, no dia 29 de abril, iniciou uma nova fase para atividade no território brasileiro. O Ministério do Turismo possui o desafio de implementar um modelo de gestão pública descentralizado e participativo, organizando canais de interlocução com as Unidades

da Federação, a iniciativa privada e o terceiro setor. O modelo é composto por um Núcleo Estratégico, formado pelo Ministério do Turismo, por meio do Conselho Nacional de Turismo e as Câmaras, Secretários e Dirigentes estaduais de Turismo e os fóruns e conselhos estaduais de turismo.

A união dos representantes das instituições que compõem o Conselho Nacional de Turismo, tem o objetivo de identificar e discutir sobre as questões do setor e propor ações para soluções de problemas e estratégias necessários para a Política Nacional do Turismo. Para que haja organização no setor, é necessário a combinação das formas de ações, assim, entretanto, não há a ocorrência de interdependência entre agentes, em virtude das características específicas de cada localização geográfica que pode ser em âmbito local, regional ou nacional, a qual determina a dimensão da atividade e de seus resultados.

O turismo no espaço rural é distribuído de maneira irregular, os núcleos mais atraentes estão no Sul e Sudeste, que fortalecem suas características e potencialidades locais e regionais, principalmente da herança cultural (TULIK, 2003). A modalidade deve pensar em valorizar os atributos e particulares de cada localidade, Moletta e Goidanich (1999) no interior do país, o turismo está associado a melhor condição de vida das populações.

Nesse sentido, a valorização dos benefícios e do impacto positivo do turismo para o rural e seus atores é ressaltado por Dias (1996), quando o autor afirma que o turismo rural poderia criar novas fontes de trabalho, auxiliar no complemento econômico das atividades agrícolas e artesanais, fortalecer a integração entre atores urbanos e rurais, que ocorre na medida em que há a interação entre eles.

O aproveitamento dos recursos naturais no espaço rural deve preservar patrimônios culturais e arquitetônicos. A forte premissa presente no turismo rural é a complementariedade da atividade econômica, assim, a propriedade aumenta a sua renda, sem interferir na função a principal (BLOS, 2000; SILVA, 2007). Araújo (2000), considera o turismo no espaço rural sinônimo de sobrevivência dos produtores rurais, visto que as atividades agropecuárias estão cada vez mais competitivas, principalmente com a concorrência internacional e o incentivo a tecnologia na produção.

Entretanto, Ribeiro (2000), Graziano da Silva, Vilarinho e Dale (2000), Ruschmann (2000), além de Elesbão (2001) alertam que o turismo não deve ser tratado como panaceia, não é a solução para os problemas do campo, mas sim como diversificação das atividades para a geração de emprego e renda no meio rural.

A literatura brasileira não chegou a um consenso sobre a definição de atividades turísticas que ocorrem no espaço rural, isto se justifica devido a diversidade de cenários

regionais e a formatação de roteiros, que consideram diferentes atrativos a serem oferecidos (BLANCO; BENAYAS, 1994; TULIK, 2002).

Um produto turístico do turismo no espaço rural é condicionado pela estrutura fundiária da região, os interessados em conhecer a rotina da agricultura devem procurar regiões que possuem produção familiar, normalmente encontrada em pequenas propriedades (DALE, 2001; WILSON et al, 2001). No turismo rural, as motivações decorrem de todo contexto rural, desde o patrimônio, a cultura, gastronomia, estilo de vida e a própria natureza (SOLLA, 2002). Assim, a estrutura fundiária da terra em determinada região é determinante para definição da tipologia turística.

Para Talavera (2001) o aproveitamento ou uso que espaços rurais, retoma as premissas de desenvolvimento sustentável, aquele que gera benefícios sobre o patrimônio, a preservação e proteção do meio, inclui os habitantes locais como atores culturais, por meio de encontros e participação. A multifuncionalidade do campo permite atividades que vão desde a produção de alimentos ao uso das paisagens rurais, a demanda de lazer e recreação está cada vez mais valorizada (MCAREAVEY; MCDONAGH, 2011).

Segundo Zimmermam (2000), o turismo no espaço rural pode ser conceituado como todas as atividades turísticas endógenas desenvolvidas no meio ambiente natural e humano. Portuguez (1998) e Dale (2001), escolheram utilizar ‘turismo no espaço rural’, por ser mais ampla e abrangente, permitindo abranger todas as tipologias turísticas que ocorrem no meio rural.

Araújo (2000), considera a utilização do ‘turismo no espaço rural’, pois remete às atividades de aproveitamento turístico que ocorrem no meio rural. Barrera (2000, p. 184) sob a expressão turismo rural poderia ser assumido as modalidades de: “agroturismo; ecoturismo; turismo cultural; turismo de aventura; turismo desportivo; turismo técnico-científico; turismo educativo; eventos; turismo de saúde; turismo gastronômico; turismo em comunidades autóctones; comunidades de recreação e retiro”. Campanhola e Graziano da Silva (2000), introduzem os termos ‘turismo no meio rural’ ou ‘turismo em áreas rurais’ para nominar as atividades de lazer e turismo realizadas no ambiente rural, incluindo agroturismo e atividades desvinculadas da agricultura.

A modalidade e atributos do produto turístico no espaço rural é definido de acordo com as características locais, os atrativos e particularidades, são impulsionados pela iniciativa local, gestão local, valorização da cultura local, assim as estratégias para cada atividade turística são diversificadas em conformidade aos condicionantes, dessa forma, não é possível padronizar o

processo estratégico, mas construir um instrumento que dê suporte para cada produto do turismo rural (SARTOR, 1981; GROLLEAU, 1994; ZIMMERMANN, 2000).

Como outras estratégias de desenvolvimento econômico (WILSON, et al 2001), o turismo rural envolve (1) atrações: as características naturais e artificiais tanto dentro quanto adjacentes a uma comunidade; (2) promoção: o marketing de uma comunidade e suas atrações turísticas para turistas em potencial; (3) infraestrutura turística: facilidades de acesso (estradas, aeroportos, trens e ônibus), serviços de água e energia, estacionamento, sinalização e recreação, instalações; (4) serviços: hospedagem, restaurantes e diversos, as empresas de varejo precisavam cuidar das necessidades dos turistas; e (5) hospitalidade: como os turistas são tratados por ambas as comunidades residentes e funcionários de empresas e atrações turísticas (GUNN 1988).

Para Vera (1997) apud Pinto (2014), o turismo rural beneficia os interesses advindos da economia, do meio ambiente e ação humana. No quadro 02, são apresentados os benefícios da atividade segundo a autora.

Quadro 02 – Benefícios do turismo no espaço rural

Nível	Benefícios
Econômico	Criação de emprego; manutenção e melhoria dos serviços e atividades locais e diversificação das atividades
Meio Ambiente	Manutenção, conservação e melhoria da paisagem das zonas rurais
Antrópico	Intercâmbios culturais; manutenção de costumes e tradições locais; Aumento do interesse da comunidade pelas atividades de lazer e cultura e apoio às pequenas empresas locais

Fonte: Vera, 1997 apud Pinto, 2004

As motivações dos turistas que buscam o turismo no espaço rural são o descanso, a paisagem, contato com a natureza, esportes, pesca, cultura local, consumo de produtos típicos, entre outros atrativos (CAVACO, 2001). Não há uma definição única para o TER, sabe-se que são atividades turísticas que ocorrem em ambiente rural (ROBERTO; HALL, 2001), isto, ocorre em razão da dificuldade em delimitar os critérios para o conceito sobre as áreas rurais, que são diferentes de acordo com o país e a região em que estão localizados (DAVIDSON, 1992).

As propriedades rurais diversificam sua receita ao considerar a implementação da atividade turística, neste caso, os produtores possuem o contato com a paisagem, a preservação dos valores culturais, as instalações, as máquinas, a mão-de-obra familiar e rural (BARRERA, 2000).

Segundo Pires (2002), o mercado turístico, permite uma demanda diversificada, assim se constitui a partir de diversas modalidades turísticas, sendo elas: turismo cultural, baseado na

utilização de recursos culturais (arte, história, costumes) de um espaço rural; ecoturismo, o principal atrativo é a paisagem, a finalidade é integrar meio rural e humano oferecendo ao turista contato com recursos naturais e culturais, buscando a formação de uma consciência ecológica; turismo esportivo, o objetivo é a prática de esportes no ambiente rural; turismo de aventura, utiliza espaços do meio rural pouco explorado por turistas para produzir descobertas; “spas” rurais, o turismo de saúde pertence a modalidade; turismo científico, realizado para fins de exploração científica, através de programas e projetos de instituições ou profissionais da área acadêmica.

O turismo no espaço rural oportuniza aos turistas práticas não convencionais de turismo, o objetivo principal é a inserção dos turistas nas práticas, nos valores, tradições culturais e gastronômicas das sociedades rurais. Intercede junto ao desenvolvimento local, a implementação do Turismo no Espaço Rural, interfere não somente a valorização da economia do meio rural, mas também nos aspectos históricos e culturais de cada região.

O Turismo no Espaço Rural, representa não apenas a diversificação das atividades agrícolas, mas também um fator de pluriatividade, devido à interação com um conjunto de outras atividades econômicas já desenvolvidas em ambiente rural, entre elas a produção do artesanato, produção e venda de produtos tradicionais, em destaque aos produtos agrícolas e alimentícios, os serviços de transporte, recreação, guias, entre outras (RIQUE; VIAN, 2011)

Dessa forma, o Turismo no Espaço Rural (TER), é uma modalidade turística que faz a integração completa de acomodações, alimentação, recreação e lazer, promovida de forma harmoniosa, respeitando as tradições, a gastronomia, o artesanato, a cultura, a arquitetura, o folclore e a história de cada região.

Os estudos brasileiros sobre o tema mostram um panorama do turismo no espaço rural (CAMPANHOLA, 1999). Froehlick (2000) aborda a temática do turismo rural para agricultura familiar, Schneider e Fialho (2000) exploram as atividades não agrícolas e o turismo rural no sul do Brasil, Silva et al (1998) identificam as possibilidades e limitações do turismo no Brasil e Roque (2001) constrói um panorama do turismo no espaço rural na região mineira, de modo que os estudos utilizam diferentes tipologias sobre o turismo. Mesmo utilizando vertentes distintas, os estudos identificaram que o turismo no espaço rural pode ser alternativa de renda para o produtor rural; o turismo pode alterar os espaços rurais devido a interação entre costumes urbanos e rurais, melhoria na qualidade da infraestrutura, preservação da mão de obra do meio rural, maior oferta de empregos e melhoria da qualidade de vida.

Além disso, os estudos demonstram que a principal deficiência da atividade envolve a falta de habilidade gerencial dos negócios, que podem ser resolvidos com a adoção de

estratégias de integração e parceira, criação de associação, melhoria na qualidade dos produtos, participação do Estado no planejamento, capacitação e treinamento da mão de obra.

Estudo realizado por Barbosa e Zamboni (2000) na região do município de Bonito no Mato Grosso do Sul, identificou os principais desafios considerando o turismo no espaço rural, os autores concluíram que a região possui problemas em relação a falta de habilidade estratégica, falta de capacidade associativa e de confiança entre os envolvidos, pouco conscientização da população local, dos agentes locais em compreender que a qualidade ambiental interfere na qualidade do produto a ser oferecido, precária infraestrutura dos meios de acesso e das manifestações da cultura local. Os problemas ocorrem pela inexistência de um plano de desenvolvimento municipal e regional, falta de qualidade do serviço, falta de cooperação devido as relações de poder e falta de continuidade de ações públicas.

Analisando os estudos já publicados nacionalmente sobre o turismo no espaço rural Roque e Vian (1999) apresentam os pontos fortes e fracos encontrados sobre a atividade. De acordo com os autores, os pontos fortes são: a) o espaço rural brasileiro permite que a implementação de atividades turísticas em grande parte do território em virtude de suas características ambientais; b) a atividade colabora para preservação do homem no campo, com isso o novo empreendedor rural incorpora novas metodologias e formas de trabalho no campo; c) O planejamento das atividades turísticas, baseado em estratégias de suplementação e complementação, auxilia na gestão e na integração das atividades primárias; d) o turismo no espaço rural valoriza a consciência ambiental; e) assim como a conservação das características naturais e históricas, garantindo a preservação dos valores humanos; f) e, a tradição regional; g) o turismo no espaço rural segue vertentes de outras modalidades como o agroturismo, ecoturismo, cabe aos gestores identificar a tipologia adequada para cada realidade; h) permite o aproveitamento e recuperação de áreas ociosas; i) a pluriatividade rural permite a agregação de valor a produtos produzidos dentro do espaço e por fim; j) aumenta a interação entre ambiente rural e urbano, proporcionando a interrelação social entre os espaços.

Quanto aos pontos fracos que decorrem do turismo no espaço rural, Roque e Vian (1999) apresentam: a) falta de acesso a informações adequadas para criação de estratégias viáveis; b) a atividade quando não executado de forma correta pode causar a descaracterização do espaço e do homem rural; c) o empreendimento deve ser conduzido a partir de princípios metodológicos diferenciados devido as características do setor; d) as políticas públicas são pouco desenvolvidas para suporte ao turismo no espaço rural; e) ausência de linhas de créditos para o fortalecimento da atividade voltada as atividades; f) as legislações não são compatíveis com as realidades rurais; g) falta de diretrizes básicas e normatizações; h) necessidade de

articulações entre comunidade local e empreendimentos turísticos; i) mão de obra não profissionalizada e j) atividade pouco aceita por produtores.

O turismo no espaço rural prevê mudança ao local, há riscos e benefícios, como especialização turística da região e de seus moradores, aumento exacerbado da demanda e o descontrole da organização dos produtos (TALAVERA, 2001). Assim, a falta de infraestrutura adequada e capacitação técnica pode comprometer o desenvolvimento da atividade em momentos de alto fluxo turístico (BAIDAL, 2000).

Omitir a necessidade de um planejamento do turismo rural pode causar impactos negativos, que para Luloff et al. (1994); Smith (1989); Moletta e Goidanich; (1999), podem: a) descaracterizar a cultura locais, quando há a reprodução dos costumes de outras regiões, com a finalidade de atrair mais turistas; b) perda a autenticidade, na medida que os hábitos e costumes são excessivamente forçados; c) excesso de poluição, como lixo e degradação da paisagem; d) degradação do patrimônio cultura e natural, quando há alteração na estrutura da propriedade, como a modernizar do espaço; e e) descaracterização do patrimônio cultural, mudança a originalidade e autenticidade do espaço

Segundo Schneider e Fialho (2000), o turismo rural pode descaracterizar a cultura local à medida que os padrões de sociabilidade tradicionais são confrontados pela intensa relação mercantil, principalmente quando os mais jovens, recusam seguir com a cultura paterna, como folclore e a linguagem. Os autores ainda apontam que a comunidade é afetada com o aumento do tráfego de pessoas. Dessa forma, enquanto em algumas regiões o turismo pode ser alternativa para dinamizar a economia, em outras pode causar desequilíbrios irreparáveis, contrariando o sentido da iniciativa.

A diversificação das atividades oportuniza uma série de iniciativas, que possibilita para Barrera (2000) a criação de empregos e fomento da permanência do campo, o protagonismo de jovens e mulheres, a revalorização do patrimônio histórico, arquitetônico e ambiental, aumento da receita, melhor qualidade dos produtos e a promoção do associativismo, assim, as atividades podem ser como, por exemplo, o artesanato e/ou gastronomia, com produtos tradicionais do local (WILSON et al, 2001).

As novas demandas da atualidade fizeram com o que turismo incorporasse constantemente novos modelos, mais atrativos à sua oferta. Nessa perspectiva, inúmeros microempreendimentos familiares, cooperativos e comunitários enriquecem o setor turístico nos âmbitos local, nacional e internacional, com suas características singulares e originais (MALDONADO, 2009).

Com o intuito de fomentar uma modalidade de turismo que aproveita os recursos naturais e culturais existentes nos lugares de maneira sustentável, surge o turismo de base comunitária, o turismo étnico, o turismo de natureza, o turismo de aventura, o ecoturismo se diferenciando do turismo convencional, já que dá prioridade a preservação do meio ambiente e das culturas originais do lugar (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010; BOWEN, 2017).

No segmento do turismo no espaço rural, as iniciativas do Turismo de Base Comunitária (TBC) nascem no interior da comunidade, portanto, a própria comunidade gerencia o processo de turismo. Assim, as comunidades de forma associativa e solidária organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. (GIAMPICCOLI et al., 2014).

O Turismo de Base Comunitária permitiu não apenas a geração de trabalho e renda, mas a promoção à educação, saúde e habitação, através da produção de serviços turísticos de forma associativa, comunitária, compartilhada e responsável, tratando-se de uma nova vertente do turismo no espaço rural (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010).

Para Giampiccoli e Mtapuri (2015), o Turismo de Base Comunitária, em sua premissa, fomenta o autoplanejamento, autossuficiência e autogestão, assim como ser transformadora, redistributiva, capacitadora, holística e de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, é capaz de desenvolver as capacidades individuais e comunitárias, geração de emprego e renda, controle de recursos e envolvimento, obtenção da justiça social e remediação do poder e recursos (ASKER et al., 2010).

Os empreendimentos do TBC são de total propriedade e de controle de seus membros, procuram emancipação social e governamental, incluindo empresas e organizações internacionais (PLEUMARON, 2002). À medida que novas iniciativas constroem uma alternativa possível ao turismo convencional, a modalidade é considerada uma abordagem interessante para o desenvolvimento do turismo alternativo de modo a superar os desafios e problemas gerados pelo modelo de turismo tradicional (GIAMPICCOLI; MTAPURI, 2015).

No entanto, a implementação do Turismo de Base Comunitária resulta em uma série de dificuldades que envolvem a avaliação e o planejamento tanto no seu processo de criação como de execução, e o suporte de políticas que incentivem o desenvolvimento, esses fatores são essenciais para uma manutenção de recursos e geração de benefícios sociais e ambientais (ASKER et al., 2010).

Irving (2009) aponta que o turismo de base comunitária segue os princípios de a) base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; b) participação e protagonismo dos membros no planejamento, implementação e avaliação das atividades turísticas; c) escala limitada e

impactos ambientais e sociais moderados; d) produção de benefícios locais; d) afirmação cultural e interculturalidade; e e) compartilhamento e aprendizagem entre atores locais e os turistas.

Logo, espera-se que o TBC seja promovedor do desenvolvimento local e comunitário. Entretanto, o processo de desenvolvimento não é automático e contínuo, é dependente e restrito, Lima (2002), ao contrário de outras ocupações econômicas, como a pesca, a agricultura de subsistência e atividades voltadas ao grupo em geral. O turismo é uma atividade que depende de forças local-global, exige um enraizamento local e um dinâmico enquadramento com as demais atividades e setor globais, ou seja, precisa de um contexto externo para se desenvolver internamente.

Portanto, é relevante para o desenvolvimento do TBC, segundo Fabrino, Nascimento e Costa (2016, p.176) “a integração entre as escalas dos fenômenos (local, regional, nacional e global e vice-versa) e, de forma associada, a integração intersetorial das atividades econômicas e sociais (por exemplo: turismo, agroindústria, infraestrutura, educação, cultura, segurança, etc.)”.

A manifestação do TBC, com todos os seus princípios, peculiaridades e problemas, é um verdadeiro desafio para aqueles que coordenam e tentam se inserir neste contexto tão globalizado, pois precisam ter capacidade de controle dos recursos e dos membros das iniciativas, uma vez que as terminologias “comunidade” e “participação local” fazem fortemente parte da realidade do contexto de cada empreendimento.

2 O PERCURSO DO TRABALHO EMPÍRICO

A definição do percurso empírico nas ciências sociais considera critérios rigorosos de pesquisa que conduzirá o pesquisador a alcançar um determinado objetivo, assim, nomeia-se “método” o percurso percorrido para atingi-lo (FERRARI, 1982; CERVO; BERVIAN, 2002). A definição dos métodos que conduzem a pesquisa permitirá alcançar o seguinte objetivo geral da pesquisa de compreender as territorialidades no âmbito da possibilidade de difusão de iniciativas de turismo no espaço rural em comunidades quilombolas que desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar no Mato Grosso do Sul. Dessa forma, optou-se por uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória que possibilita a inserção do pesquisador de forma mais aprofundada no objeto de pesquisa.

Os territórios quilombolas são objetos valiosos de pesquisa, são campo de estudos para diversas áreas das ciências sociais e humanas (MONTEIRO, 2017). Esses grupos carregam uma carga histórica de superação territorial, racial e humana, que vem dos períodos colonial e imperial (1500), que contribuíram para formação histórica da cultura brasileira através da forma oral, com ditados e provérbios, personagens folclóricos, bem como a religião e a culinária (SOARES; MACHADO, 2017).

Os quilombolas lutam pelo reconhecimento territorial e seguem tentando conquistar melhorias, através da força do trabalho e do incentivo público e privado. A riqueza e o detalhamento das tramas desses grupos, acende o interesse sobre seus discursos, assim, através da análise de conteúdo pretende-se analisar os conteúdos da coleta documental e das entrevistas, e posteriormente com auxílio do Iramuteq, software de análise lexical, compreender a interação, aproximação e complementariedade sobre os conteúdos coletados.

2.1 Caracterização e Natureza da pesquisa

Quanto às características da pesquisa é definida como exploratória e descritiva, pertence a estas características, pois, de forma exploratória pretende ampliar o conhecimento sobre determinado objeto e contribuir no desenvolvimento de outros estudos. Assim, a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com determinado problema pouco ou sem nenhum estudo anterior, a fim de identificar e obter informações mais explícitas do problema ou questão (COLLIS; HUSSEY, 2005). O processo exploratório está relacionado a compreensão da concepção na qual o fenômeno é produzido, isto infere não apenas na descrição ou procura de conclusões sobre o problema de pesquisa.

É também descritiva porque busca descrever o comportamento dos fenômenos em estudo, nesta pesquisa, as territorialidades que envolvem os territórios quilombolas de Mato Grosso do Sul. A pesquisa descritiva, descreve sistematicamente um determinado evento, problema-fenômeno ou característica para evidenciar a estrutura e o comportamento de um fenômeno (RICHARDSON, 2017). Com a pesquisa descritiva, busca-se novas visões sobre a realidade já conhecida, a descrição dos fatos e fenômenos, geram informações sobre o que já se definiu como problema a ser investigado (TRIVIÑOS, 2008). Dessa forma, busca-se entender fenômenos, descobrindo e mensurando relações causais entre eles (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Em relação ao processo, a pesquisa é qualitativa, se propõe a analisar a agricultura familiar e as territorialidades que envolvem os territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul, assim os elementos da pesquisa quantitativa não conseguiriam atingir os objetivos desejados. Compreendida como o método subjetivo, que tem a habilidade de identificar a relação entre o objeto em estudo e os processos metodológicos já definidos, sugere uma abordagem interpretativa e naturalista (FLICK, 2009).

Creswell (2010) assegura que a abordagem qualitativa utiliza percepções filosóficas, métodos de investigação, instrumentos de coleta e análise de considerações particulares para o desenvolvimento da pesquisa. Para Godoy (1995), a abordagem qualitativa proporciona a análise das formas empíricas, inseridas no ambiente natural.

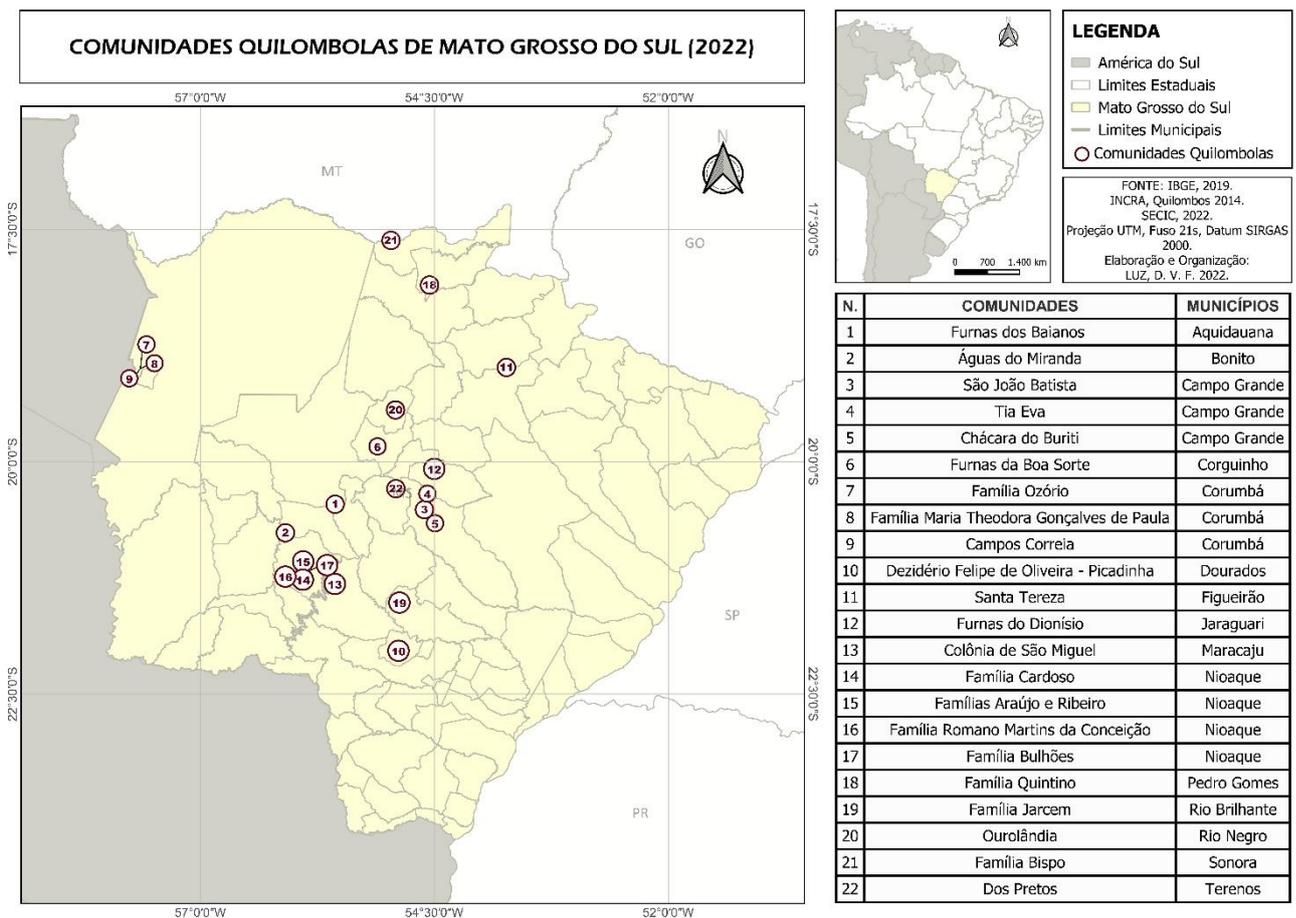
A pesquisa qualitativa permite uma ampla variedade de estudos, que pode ser explorado de modo superficial a aprofundado, para isso, o pesquisador precisa estar atento aos detalhes do ambiente, a narrativa de seus entrevistados, aos documentos que serão analisados, todo elemento ajudará a construir a pesquisa. Além disso, está associada normalmente a estudos sobre as relações sociais, o protagonista são as pessoas e suas relações com a sociedade e estado (YIN, 2010).

Neste sentido, Godoy (1995), aponta características básicas da pesquisa qualitativa, que estão estreitamente ligadas a este trabalho: a) a pesquisa qualitativa desfruta do ambiente natural para coleta dos dados e o pesquisador é o instrumento fundamental, isto é, as entrevistas e observações serão realizadas nos territórios quilombolas junto aos membros da comunidade, estas, realizadas pelo pesquisador, a interação pesquisador e pesquisado é fundamental para entender o fenômeno; b) a pesquisa qualitativa é descritiva, pois pretende descrever os fenômenos que envolvem as questões territoriais dos territórios quilombolas; c) o significado que os indivíduos dão às coisas e a vida é a preocupação do pesquisador, para a pesquisa compreender os nós e as tramas existentes na vivência desses grupos possibilita compreender

o próprio território; d) a pesquisa deve ser composta pelo enfoque indutivo durante a análise dos dados.

Os casos estudados foram escolhidos reconhecendo a oportunidade para um estudo aprofundado (STAKE, 2000). O Estado do Mato Grosso do Sul possui 22 territórios quilombolas reconhecidos pela Fundação Palmares localizados no Estado do Mato Grosso do Sul, sendo que 18 estão em processos de regularização fundiária junto ao Incra, somente quatro territórios estão em processo avançado para conquista do título definitivo: Chácara Buriti, em Campo Grande; São Miguel, em Maracaju; Furnas do Dionísio, em Jaraguari; e Furnas da Boa Sorte, em Corguinho. O reconhecimento fundiário para os territórios quilombolas, significa a conquista de seus direitos, a possibilidade de preservação cultural e territorial, assim como a aplicação de políticas voltados aos quilombolas.

Figura 02 - Comunidades Quilombolas do Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE (2019).

Para a pesquisa, foram escolhidos cinco territórios quilombolas, considerando os requisitos de pertencerem a agricultura familiar, inserção no espaço rural e ter acessibilidade ao território. Os territórios quilombolas, foram escolhidos por tipicidade, que consiste em

selecionar elementos que o pesquisador considere representativo, que seja capaz de extrair suas especificidades (VERGARA, 1998). Os territórios escolhidos contemplavam os requisitos básicos e dois dos selecionados já realizavam atividade turísticas.

O método de pesquisa escolhido é o estudo de multicaso, segundo YIN (2015), três condições são analisadas para a escolha de um método, sendo elas “a) o tipo de questão de pesquisa proposto; b) a extensão do controle que um pesquisador tem sobre os eventos comportamentais reais e; c) o grau de enfoque sobre eventos contemporâneos em oposição aos eventos totalmente históricos” (YIN, 2015, p.09).

Por estudo de caso, entende-se uma investigação empírica, que ressalta a importância da prévia estruturação de proposições teóricas para coordenar o desenvolvimento do processo de coleta e análise de dados. O estudo de caso é limitado a uma ou poucas unidades com o intuito de aprofundar e detalhar os fatos ocorridos (VERGARA 2009; YIN, 2001).

A pesquisa é um estudo de multicasos, os casos representam as experiências das pessoas envolvidas na pesquisa. Para pesquisas de multicasos, os casos devem apresentar semelhantes que caracterizem por algum aspecto em comum (STAKE, 2006), neste caso, os casos escolhidos são territórios quilombolas localizados no Estado do Mato Grosso do Sul, que desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar.

Stake (2006), aborda que os pesquisadores de multicasos devem se questionar os motivos para a escolha de casos múltiplos ou um único caso, ambos buscam a particularização mais do que generalização dos casos, o poder do estudo de caso está na situação local, assim o uso de múltiplas fontes de dados oferta um conjunto mais robusto de dados (YIN, 1994). Para multicasos, os casos devem ter aspectos semelhantes para reunir informações que se relacionem com o estudo, ou seja, concentrar ideias que mantém os casos juntos (STAKE, 2006).

Os estudos multicasos são orientados em torno dos questionamentos de pesquisa, podem se concentrar nos conceitos ou na premissa devido a uma característica em comum (EISENHARDT, 1989; STAKE, 2006). Para Eisenhardt (1989), multicasos visa compreender a dinâmica presente em configurações similares, combinando instrumentos de coleta de dados e elementos qualitativos, quantitativo ou ambos. Para a autora, os casos devem ser teoricamente úteis, permitindo replicar e estender a teoria ao preencher categorias conceituais.

Os casos fortalecem a fundamentação, pois é feita a triangulação das evidências, como será feita nesta pesquisa, cada caso inclui perspectivas diferentes que se complementam e fortalece a construção dos dados (EISENHARDT, 1989). Os casos desta pesquisa, são equivalentes na qualidade de remanescentes quilombolas, serem inseridos na agricultura

familiar, estarem em processo de regularização fundiária e situados em áreas rurais e turísticas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Entretanto, cada caso tem seus contextos e origens culturais, históricas e físicas, ou seja, sua própria situação (STAKE, 2006), analisaremos na pesquisa o comportamento das dimensões territoriais, econômica, política, cultural e ambiental que norteiam as atividades da agricultura familiar e do turismo no espaço rural.

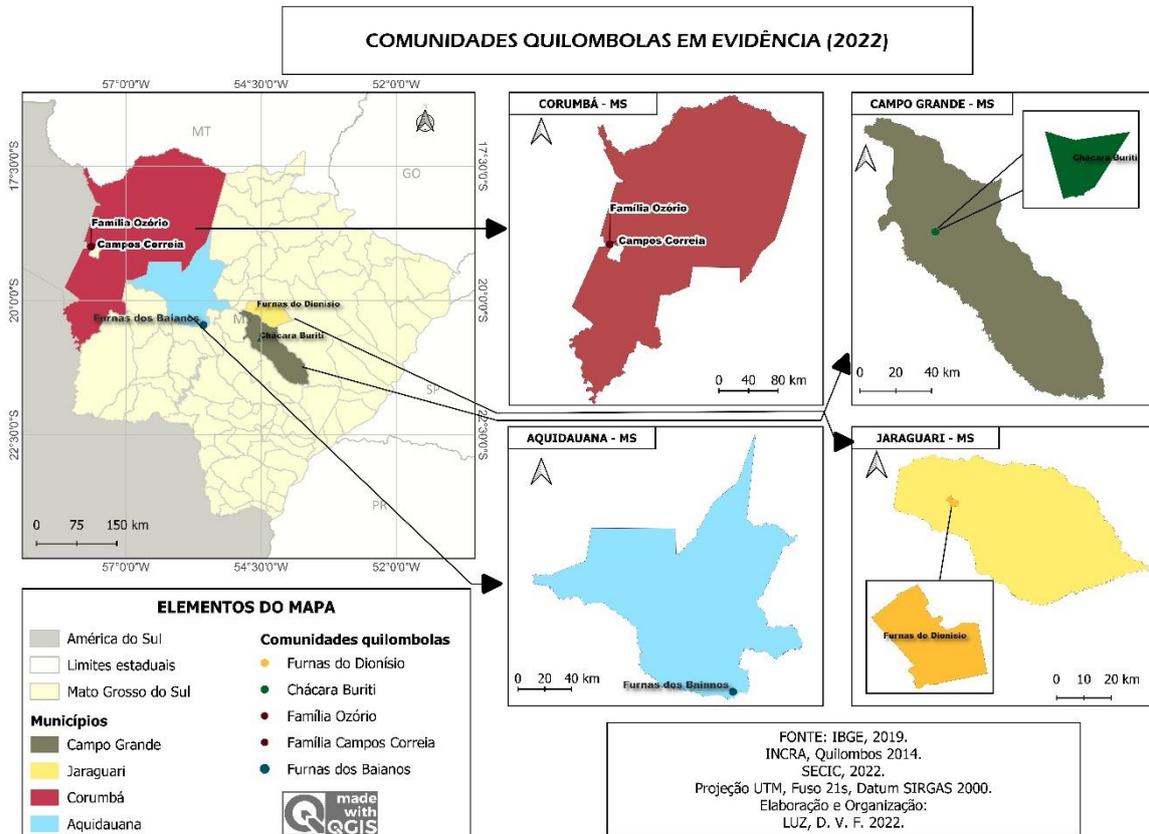
O estudo de vários casos, contempla a exploração, descrição e explicação de cada caso, assim como a relação entre os casos (CRESWELL, 1998), a técnica combina a coleta de dados de arquivos, entrevistas, questionários e observações (EISENHARDT, 1989; YIN, 2001), credibilidade da pesquisa multicase, está na triangulação das descrições e interpretações (STAKE, 2006).

Ao escolher explorar o estudo de multicase, nos aprofundaremos nas territorialidades vividas por cada um dos territórios quilombolas. Os casos são cercados de particularidades devido à combinação de realidades históricas, políticas, econômicas e culturais, assim, os pontos de divergência entre eles são postos-chaves para o desenvolvimento e triangulação dos dados da pesquisa, alcançando uma visão mais ampla da territorialidade quilombola.

2.2 Apresentação dos sujeitos da pesquisa

Os territórios pesquisados possuem características distintas, como por exemplo, o tamanho da propriedade, localização e acesso, e a infraestrutura. Os territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul, são mapeados e registrados junto ao INCRA e as subsecretarias do Ministério Público. Os territórios estão localizados na área rural dos municípios de Campo Grande, Corumbá, Jaraguari e Aquidauana.

Figura 03 – Localização dos Territórios no Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE (2019).

Os dados fornecidos para formulação do quadro 03 foram retirados de relatórios antropológicos e do site do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, as informações sobre os territórios são básicas, são disponibilizados dados sobre localização geográfica, situação fundiária, quantidade de famílias. No quadro 03, trouxemos informações complementares, como a fonte de renda, dado coletado durante a etapa de exploração da pesquisa, assim o expõe a apresentação dos territórios com base na localização, área de território e fonte de renda. Os dados sobre a área territorial dos territórios Famílias Ozório, Campo Correa e Furnas dos Baianos, não foram encontrados, pois, estão em processo embrionário de regularização.

Quadro 03 - Apresentação do Territórios Quilombolas

Territórios	Localização	Área (ha)	Fonte de Renda
Buriti	Campo Grande	43	Hortaliças
Furnas do Dionísio	Jaraguari	1.018,27	Artesanato, Agricultura e Turismo
Família Ozório	Corumbá	Não delimitada	Pesca e Agricultura

Campos Correa	Corumbá	Não delimitada	Pesca
Furnas dos Baianos	Aquidauana	Não delimitada	Turismo e Agricultura

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em dados do Ministério Público.

2.3 Coleta dos dados

Com a construção do referencial teórico e a definição do objeto de pesquisa, foram organizados os instrumentos para coleta de dados, contendo roteiro de entrevista semiestruturado, análise documental e observações (LAVILLE; DIONE, 1999).

A entrevista semiestruturada é um dos modelos mais utilizados na análise qualitativa (FUJISAWA, 2000), permite que o pesquisador tenha mais flexibilidade para inserir questões que não estavam no roteiro durante a realização da entrevista, obtendo uma participação ativa e natural (MEIHT, 2002). Para Colognese e Mélo (1998), a entrevista é um processo de interação social que tem o objetivo de extrair informações relevantes sobre determinado objeto de pesquisa.

O entrevistado é o detentor das informações mais relevantes da pesquisa, não somente por vivenciar os fatos e acontecimentos, mas por confirmar as relações “implícitas, tensões, conflitos, sentimentos e ideologias que revelam os traços de uma época e seu contexto” (COLOGNESE; MÉLO, 1998, p.145). As entrevistas foram realizadas com os presidentes (as) de cada associação e membros dos territórios quilombolas, as entrevistas tiveram em média de uma hora de duração. Foram entrevistados também atores institucionais, como O Instituto da Mulher Negra (IMNEGRA), Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) Ouvir as lideranças e as pessoas chaves é fundamental para compreender as reflexões e questões sobre a problemática de pesquisa, além de agregar novas percepções.

Quanto a análise documental, os documentos são utilizados para compreender o objetivo quanto a sua contextualização histórica, sociocultural e política, esta favorece a observação do processo de maturidade ou evolução de grupos, conceitos, comportamentos e práticas (CELLARD, 2008). Ao mesmo tempo, que permite ao pesquisador se aproximar e familiarizar com o objetivo de estudo (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009; MARCONI; LAKATOS, 2010).

A partir do levantamento documental foi possível analisar leis, programas, decretos, relatórios antropológicos, atas e documentos científicos, que colaboraram para construção territorial dos territórios quilombolas e do desenvolvimento de suas atividades.

O estudo de caso foi realizado em duas etapas: uma etapa de exploração e a segunda descritiva, ambas contaram com processo de análise de observação, sobre o sujeito, as condições e os meios, registrando dados visíveis, que seja de interesse da pesquisa (BARTON; ASCIONE, 1984; BELEI, et al, 2008). Além disso, foi utilizado um gravador e câmeras fotográficas, os registros em áudio serviram para etapa de tratamento dos dados, para a transcrição das entrevistas, enquanto as fotos e vídeos registraram as paisagens, as plantações, objetos, considerados fontes de informações para pesquisa (YIN, 2010).

Assim, na etapa de exploração, a finalidade era gerar *insights* e obter familiaridade com a temática de pesquisa para dar continuidade com as investigações (COLLINS; HUSSEY, 2005; CRESWELL, 2007). A intenção era conhecer de forma superficial o campo pesquisado para ser aprofundado na etapa seguinte.

A primeira etapa aconteceu durante o acompanhamento de uma pesquisa de estágio de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a pesquisa abordou o contexto do território, políticas públicas e instituições nos territórios quilombolas de Mato Grosso do Sul. Os pesquisadores visitaram oito territórios quilombolas de Mato Grosso do Sul e três instituições públicas, as visitas aconteceram entre janeiro e julho de 2019.

Durante a atividade de campo, nesta primeira etapa, utilizou-se o roteiro de entrevista semiestruturado 01, organizado pelo discente de pós-doutoramento, a estrutura base é apresentada no quadro 04, e posteriormente adaptado para realização dessa pesquisa. O roteiro tinha a finalidade de compreender questões relacionadas à origem, aos aspectos culturais e políticos, além do relacionamento com o turismo, pois, alguns dos territórios evidenciavam a presença das atividades turísticas. A finalidade da primeira etapa, para o pesquisador era ter mais proximidade e afinidade com a temática e o objeto a ser pesquisado.

Quadro 04 - Organização do Roteiro de Entrevista 01

Bloco	Objetivo	Descrição
Bloco A	Compreender as atividades produtivas	Analisar questões as atividades de renda, como turismo, agricultura familiar e a comercialização
Bloco B	Inserção nas políticas públicas	Questionar sobre a regularização fundiária, além de aspectos socioeconômicos e políticos.

Bloco C	Analisar os aspectos culturais	Relacionados aos modos de vida e a interação social
Bloco D	Avaliar o turismo	Avaliar a condição de amparo das políticas públicas, de um modo geral, além das políticas públicas de turismo

Fonte: Leite (2018).

A segunda etapa, consistiu na seleção dos casos, análise documental, definição dos instrumentos de pesquisa e aplicação do roteiro. O roteiro semiestruturado, da pesquisa foi aplicado aos territórios, após os procedimentos de seleção dos casos estudados, escolha dos documentos a serem analisados e a definição dos instrumentos de pesquisa que foram selecionados. Dessa forma, escolheu-se cinco territórios quilombolas: Chácara do Buriti, Família Campos Correa, Família Ozório, Furnas dos Baianos e Furnas do Dionísio, que foram territórios que se ajustaram aos objetivos da pesquisa, neste caso, compreender as territorialidades quilombolas que envolvem a consolidação da agricultura familiar e do turismo no espaço rural.

O levantamento documental, é fonte de evidência para estudo de pesquisas de características exploratória, nesta pesquisa, serão analisados os relatórios antropológicos dos territórios, programas voltados ao turismo e agricultura familiar, registros e dados provenientes em sites governamentais.

Em relação a construção do roteiro de entrevistas, embasamento teórico se deu acerca do território e suas territorialidades foi abordado conforme apontados por Raffestin (1993); Saquet (2003); Schneider (2004); Haesbaert (2005); Gallo (2017) ressaltando o relacionamento dos atores sociais e instituições, considerando aspectos econômicos, políticos e sociais, além de seus contextos e a multidimensionalidade territorial. As discussões sobre agricultura familiar Wanderley, (2000;2004); Buainain, Romeiro e Guanziroli, 2003, Savoldi e Cunha (2010). As possibilidades de turismo no espaço rural, Portuguez (1998), Araújo (2000), Dale (2001), Barrera (2000), Campanhola e Graziano da Silva (2000) como atividade alternativa para geração de trabalho e renda complementares as atividades agrícolas.

O roteiro de entrevista utilizada neste momento, foi uma adaptação do modelo utilizado na primeira etapa. A modificação da estrutura permitiu analisar questões como: contextos territoriais, a agricultura familiar, os programas e as instituições. Assim, o quadro 05, apresenta o roteiro de entrevista semiestruturado 2, que será utilizado na segunda etapa da pesquisa.

Quadro 05 - Organização do Roteiro de Entrevista 02.

Bloco	Objetivo	Descrição	Questões Norteadoras
Bloco A	Compreender o contexto histórico dos territórios	Analisar questões sobre sua cronologia histórica, a natureza, as histórias de vida e motivações dos territórios pesquisados.	Conte sobre a história da comunidade; quantas famílias residem no território; quem são as pessoas fundadoras da comunidade; há quanto tempo são reconhecidos como quilombolas
Bloco B	Identificar a identidade quilombolas, memória transmissão	Analisar o vínculo e pertencimento a memória social e a construção da identidade social	O que é ser quilombola; qual a principal diferença da comunidade? Qual história e a tradição? Os mais novos entendem o que é quilombola?
Bloco C	Explorar os territórios	Questionar sobre a regularização fundiária, além de aspectos socioeconômicos e políticos.	Como está processo de regularização fundiária do território; como é organização do território? Qual atividade de renda? Todos trabalham com as mesmas atividades?
Bloco D	Analisar os aspectos culturais	Relacionados à religiosidade, modos de vida e formas de subsistência.	Cultivam as cerimônias religiosas, festas e tradições? Como é a integração dentro na comunidade?
Bloco E	Entender agricultura-familiar	Identificar a atuação agricultura-familiar	Quais as principais produções agrícolas? Participam de programas do governo? A principal renda advém da agricultura?
Bloco F	Investigar o turismo	Realizar indagações sobre a relação dos territórios com o turismo e sobre os impactos e as possibilidades do setor.	A atividade turística traz rentabilidade ao território? Existe controle e planejamento das ações? Os membros concordam com atividade? Quais os impactos positivo e negativo?

Fonte: Leite (2018).

O roteiro de entrevista semiestruturado, é utilizado quando o pesquisador predetermina questões a serem discutidos conforme a teoria, a finalidade é extrair o máximo de informação,

no entanto o entrevistado deve se sentir confortável (MANZINI, 2003), assim a primeira etapa, foi essencial para aproximação com as comunidades quilombolas.

Os entrevistados precisam estar confortáveis durante as entrevistas, o estreitamento das relações com os indivíduos é importante para que não se neguem a fazer parte da pesquisa. Os entrevistados são protagonistas em cena, cabe ao entrevistador aprender tudo que ele venha a ensinar (MACK, et al, 2005). As entrevistas foram realizadas com presidentes (as) e membros dos territórios.

2.4 Tratamento e Análise dos dados

Após as entrevistas serem realizadas e gravadas, foram transcritas separadamente. Os registros contidos nas entrevistas permitem trazer informações diretamente do objeto, analisando suas motivações. No entanto, a qualidade do material depende da qualidade do informante, nesta pesquisa, escolheu-se os representantes e atores inseridos nas discussões dos territórios.

Os dados serão selecionados de acordo com as categorias de análise e interpretação dos dados, então serem analisados por meio da análise de conteúdo. Escolhe-se manter a linguagem nas transcrições, pois, representam um conteúdo importante para compreensão da pesquisa (QUEIROZ, 1991).

A análise de conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações com a finalidade de obter por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo coletado, indicadores, quantitativos ou não, que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dos materiais coletados (BARDIN, 2009).

A análise de conteúdo refere-se ao estudo de documentos e textos, os significados e os significantes da mensagem (VERGARA, 2007). O receptor pode controlar ou não o veículo emissor de significados, estes, podem ser escritos e decifrados através das técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2009).

A análise de conteúdo, para a pesquisa qualitativa, conforme Moraes (1999), não se limita à descrição, mas alcançar um entendimento aprofundado do conteúdo das mensagens por meio da interpretação e da inferência. Para o autor, o analista de conteúdo, não faz interpretações somente sobre os conteúdos, mas também sobre as percepções ocultas conscientes e inconscientes dos sujeitos da pesquisa.

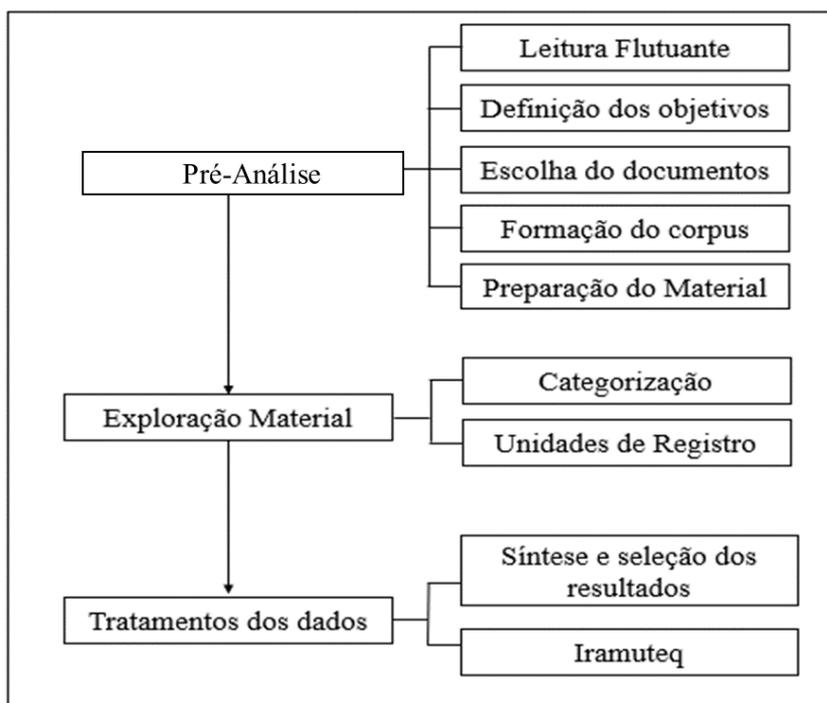
A pesquisa seguirá as etapas da técnica de análise de conteúdo segundo Bardin (2006), na qual se utiliza de três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A fase de *pré-análise* será orientada pela organização do material a ser utilizado com o objetivo de sistematizar as ideias iniciais. Assim, trata-se da organização dos documentos referentes aos territórios quilombolas, como programas, leis, decretos, relatórios que envolvem o levantamento documental do objeto a ser pesquisado, isto, em conformidade com os objetivos da pesquisa.

A segunda fase, *exploração material*, propõe a codificação, a classificação e categorização. Neste momento, serão analisados dos documentos textuais selecionados, possibilitando a riqueza ou não da interpretação, assim, todo corpus textual será submetido a uma análise aprofundada, orientada pelas referências teóricas. Com isso, serão analisadas as transcrições das entrevistas, bem como material escolhido na etapa de pré-análise, e confrontado com a fundamentação teórica. Neste estudo, as categorias e as questões norteadoras serão pré-definidas, com em base leituras e demarcações anteriores.

E por fim, na fase 3, *tratamento dos resultados*, destinada ao tratamento dos resultados. As interpretações das informações e a condensação serão ressaltadas, refletindo em um momento de análise crítica e reflexiva do pesquisador. Na pesquisa, utilizará após a análise do conteúdo, o software IRAMUTEQ, que viabiliza a utilização de diferentes técnicas de análise textual, serão utilizados a análise de similitude, frequência, nuvem de palavras e o dendrograma.

Figura 03 – Etapas Análise de Conteúdo



Fonte: Bardin (2009) adaptado pelo autora

A definição de pré-categorias de análise, como apresenta o quadro 06, possibilita ao pesquisador trilhar um caminho para alcançar a triangulação dos dados, assim, para análise do conteúdo foram construídas as seguintes categorias de análise, territorialidades, agricultura familiar e turismo no espaço rural, de acordo com a fundamentação teórica estudada.

Quadro 06 – Definição das Pré-categorias de Análise

Territórios Quilombolas	
Categorias Teóricas	Fatores de análise
Territorialidades – Relação Político-Jurídico, simbólico-cultural, econômico nas relações sociais, institucionais e ambientais no território (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2003; HAESBAERT, 2005).	Político-Jurídico, nas questões que envolvam políticas públicas e fomento aos territórios; Econômico, identificar os meios de geração de trabalho, renda e subsistência; Simbólico-Cultural, preservação dos aspectos culturas e suas tradições
Agricultura Familiar - O envolvimento com práticas de cultivo no território, bem como as políticas de desenvolvimento rural. (WANDERLEY, 2000;2004; SAVOLDI; CUNHA, 2010; SCHNEIDER, 2014)	As políticas públicas direcionada os produtores familiares auxiliam na falta de insumos, apoio tecnológico, reestruturação sociais; e a possibilidades de desenvolvimento a partir da pluriatividade
Turismo em espaço rural - O turismo rural, fomentador da preservação do patrimônio cultural e histórico, uma diversificação da receita do produtor rural (GRAZIANO DA SILVA, 2000; TULIK, 2003; CAMPANHOLA; ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010)	Novas possibilidades de geração de trabalho e renda; preservação da tradicionalidade, da cultura das crenças e da arquitetura; os impactos negativos e positivos da implementação da atividade

2.5 Utilização do Iramuteq

As pesquisas qualitativas geram uma grande quantidade de registros a serem analisados, como entrevistas, protocolos, anotações de campo entre outros, os softwares de análise textual podem facilitar o processo de tratamento de dados do pesquisador (BAUER; GASKELL, 2002), entre os benefícios de utilização estão a organização e separação de informações, eficiência na segmentação do texto e agilidade na execução da codificação (CRESWELL; CLARK, 2013).

O Iramuteq, está entre os softwares que desempenham esta função e são livres para uso. O IRAMUTEQ é um software gratuito, criado por Pierre Ratinaud e desenvolvido sob a lógica do open source, licenciado por GNU GPL (v2). Ele ancora-se no ambiente estatístico do software R e na linguagem python (www.python.org). Atualmente, contam com um dicionário robusto, permitindo a utilização de vocabulários em diversos idiomas.

Este programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras).

O software de análise de texto informatizado que para Almico e Faro (2014), busca compreender a organização e a estrutura dos discursos dos sujeitos, para os leigos da área estatística e linguagem computacional. O Iramuteq, de acordo com Bueno (2018), não exige conhecimentos aprofundados, apenas básicos de estatística, o programa cria imagens gráficas que permite ao pesquisador analisar e interpretar os resultados.

Para a pesquisa, a utilização do software é um complemento a análise de conteúdo, são meios para concretização dos resultados, assim, o Iramuteq será utilizado como ferramenta metodológica. Bauer e Gaskell (2002), cabe ao pesquisador a capacidade analítica de conhecimento e interpretação dos dados, os softwares em si não serão responsáveis por analisar os dados qualitativamente.

Portanto, após a transcrição das entrevistas, utilizará o software IRAMUTEQ para auxiliar na quantificação dos dados. Os testes estatísticos são apenas aplicações de procedimentos e de fórmulas que, de números, extraem outros números, traduzindo enunciados de caráter probabilista, que apresentem relações estatísticas. No entanto, é limitado e desprovido de poder explicativo, e somente o pesquisador é capaz de interpretá-lo e ser esclarecido (LAVILLE; DIONE, 1999).

Nesta pesquisa será utilizado o cálculo da frequência, similitude, dendrograma e nuvem de palavras para posterior detalhamento e construção das categorias. A análise textual consiste em um método específico de análise de dados que aborda a análise de material verbal transcrito, ou seja, de textos produzidos em diferentes condições tais como: textos originalmente escritos, entrevistas, documentos, redações etc., fontes usadas tradicionalmente em Ciências Humanas e Sociais (NASCIMENTO; MENANDRO, 2006).

A análise de dados textuais, ou análise lexical, conforme Lahlou (1994) sugere que se exceda a dicotomia clássica entre quantitativo e qualitativo na análise de dados, visto que possibilita que se quantifique e aplique cálculos estatísticos sobre variáveis essencialmente qualitativas – os textos. Desse modo, é possível a análise textual descrever um material produzido por determinado produtor, seja um indivíduo ou um grupo, assim pode ser utilizada com a finalidade comparativa, relacional, comparando produções diferentes em função de variáveis específicas que descrevem quem produziu o texto.

Serão utilizados quatro métodos de análise utilizando o software. A análise de similitude que apresenta um gráfico que demonstra o elo entre as palavras do corpo textual, possibilitando a inferência sobre a estrutura de construção do texto e dos temas relevantes. A frequência, apresenta a intensidade numérica das palavras do corpo textual. Na análise de nuvem de palavras, destaque em fontes maiores as palavras com maior frequência em formato de nuvem. E por fim, o dendrograma apresentará os agrupamentos de cada uma das observações de acordo com os níveis de similaridade.

3 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

A história da civilização negra brasileira e quilombola se inicia com a chegada dos negros em terras brasileiras no ano de 1550, os negros eram trazidos do continente africano e vendidos como escravizados para ter a mão de obra explorada na agricultura e na mineração. Durante o período colonial brasileiro a coroa portuguesa teve principalmente como mão de obra os negros, esses, foram trazidos do continente africano e por mais de três séculos foram explorados.

Os negros eram mercadoria e o comércio se mostrava lucrativo, eram trazidos a força do continente de origem e vendidos para serem escravizados. Os escravizados trabalham em fazendas, minas, fábricas e em trabalhos domésticos (REIS; GOMES, 2001). Com as atrocidades que ocorriam durante a exploração da mão de obra, surge as primeiras definições de quilombo dada em 1740 pela legislação brasileira com objetivo de reprimir a resistência negra, assim, definiu-se quilombo sendo, “ toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (PRIOSTE; BARRETO, 2002, p.5).

Os escravizados que fugiam de seus donos formavam os quilombos, que normalmente eram localizados estrategicamente em áreas de mata e serra, para dificultar a recaptura. Após abolição da escravatura 1888 no Brasil, reconhecia-se como quilombolas, aqueles que eram descendentes e remanescentes de escravizados e habitam o quilombo (SILVA et al, 2016). Na constituição brasileira, o direito a posse da terra foi concedido em 1988. Nascimento (2010), a manifestação contra todo processo de repressão fez com que os negros se abrigassem em áreas de difícil acesso, os quilombos, formando territórios independentes, onde pudessem existir sentimento comunitário e liberdade, resistindo aos modelos escravistas que eram submetidos. Os quilombos tinham predominantemente negros, mas também abrigava índios, brancos, os excluídos da sociedade vigente. O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão

A abolição ocorreu em maio de 1888, com a publicação da Lei Áurea, concedendo liberdade a todos os negros escravizados da época. Entretanto, o ato ocorreu apenas do ponto de vista formal, a maioria dos negros eram analfabetos, não tinham emprego, moradia, e ainda precisavam lidar com o preconceito e o racismo e as demais formas de exclusão (PRIOSTE; BARRETO, 2002, p.5).

Os movimentos a favor dos direitos da população negra, manifestou-se por volta do século XX, devido ao surgimento do Quilombo dos Palmares referência histórica na luta contra o sistema

colonial, a escravidão e na dominação racial (FREITAS, 1982). O quilombo era estruturado social e politicamente com princípios, valores, tradições e religiões de base africana, tornou-se exemplo para as demais comunidades quilombolas que surgiam em todo o Brasil. Com a situação os quilombos se fortaleceram, desenvolveram formas de sobreviverem, escolhendo certos aspectos de suas origens africanas e buscando carregar parte de suas raízes para o quilombo. Desconexo das primeiras definições de quilombo, os quilombos foram formados decisão dos ex-escravizados em terras de abandono, pela compra da terra por escravizados alforriados (Lei das Terras, de 1850), ocupação de terras, por herança, doação são inúmeras as formas de origem dos quilombos e pode variar de acordo com cada região territorial do Brasil, atualmente estimasse que existem aproximadamente três mil e quinhentas comunidades.

Situados nas diversas regiões do Brasil, os quilombos foram organizados em regiões auríferas e de diamante, cercado de pastagens e plantações, em regiões próximas a engenhos, morros, chapadas e serras, remanejando as estratégias aos possíveis cenários. Assim, a atividade agrícola, é marco na história das comunidades quilombolas, em conformidade, ao extrativismo, garimpagem, entre outras atividades.

Gomes (2005), salienta que as comunidades apesar de se fixarem em áreas rurais, não se afastavam dos locais onde pudessem realizar trocas mercantis. Apesar das relações econômicas não serem regularizadas, os quilombolas, tinham apoio de taberneiros, pequenos lavradores e daqueles que continuavam em condição de escravizado.

Mesmo no período pós-escravidão a população negra, tanto do campo quanto da cidade, foi atingida por mudança econômicas, políticas e sociais. Viviam em condições de extrema pobreza, mão de obra desvalorizada, sem acesso a políticas básicas, de moradia, saúde, educação e saneamento (NESPOLI, 2013).

A intensa associação com a terra vem de um processo de emancipação e identificação. Por meio de pequenos plantios e acesso ao comércio da roça, originou-se a economia camponesa. Por este motivo, que modo de plantio dos quilombolas é similar a agricultura familiar camponesa, o surgimento se dá, junto ao contexto histórico quilombolas, no entanto nos casos dos quilombolas, a comunidade é predominantemente negra, organizada sob a escravidão, mas compartilhada com outras minorias da época, como lavradores e pequenos comerciantes.

Moura (1997), afirma que a maioria das comunidades quilombolas está sob a cultura de subsistência, mesmo sua predominância étnica ser negra, não excluía a participação de indígenas e até brancos, que se encontravam em situações de exclusão e pobreza. Allen (2000),

corroborar alegando que até Quilombo de Palmares agrupava uma diversidade étnica, onde diferentes povos encontravam vínculos de sociabilidade e união.

Não há um consenso histórico para formação dos quilombos, o caminhar quilombola está alocado a diversos contextos, seja de fuga e memória à escravidão, doadas, compradas ou ocupadas. Segundo a autora, as comunidades valorizam tradições culturais antepassadas e recriam no presente.

Com a terra os quilombolas implementam uma série de atividades agrícolas que sustentam os membros da comunidade e desenvolvem artesanato a partir de recursos da própria natureza, dessa forma, a luta pela terra não é somente a aquisição da propriedade, representa a conquista individual e coletiva. Atualmente, os territórios buscam preservar a proximidade com a terra, mantendo atividades agrícolas e não agrícolas. Entretanto, persistem na garantia do direito a titulação das terras, que segundo Urquiza e Santos (2017), garante a permanência definitiva em seus territórios.

A luta é para continuidade dos princípios originários, que na sociedade contemporânea integra-se a valores sociais, culturais e políticos mudados por uma série de acontecimentos que transformam as dinâmicas da sociedade. A defesa ao trabalho livre e individual, a competitividade e o liberalismo econômico são forçados para fins de progresso, para Nespoli (2013), esses ideais retiram do Estado a responsabilidade pela exclusão social de negros, mulheres e minorias, e os responsabilizando pela condição social e de vida que estão inseridos.

Em conformidade, Souza (2015) afirma que além de toda precária qualidade de vida, os quilombolas são acometidos as manifestações racistas, inclusive pelo Estado, que não reconhece a dívida histórica com negros e seus descendentes. O racismo é manifestado em diversas configurações para os quilombolas, é historicamente determinada, onde pessoas negras são desumanizadas e exploradas em função do pertencimento racial (SCHUCMAN, 2014). Nos quilombolas, além da questão racial, há

Ao longo da história, os negros lutam e resistem contra a opressão de diversas formas, as estratégias garantem a sobrevivência e a preservação da tradicionalidade. A resistência está presente no corpo, na fala, nas vestimentas, nas organizações sociais, políticas e religiosas, como foram organizadas nos quilombos, irmandades e terreiros de candomblé (SOUZA, 2008). Continua-se a resistir, a forte caracterização da resistência é viva e fortemente presente nas expressões e manifestações da cultura afro-brasileira.

Arruda, Mariani e Nolasco (2021), entendem que ao pensar as comunidades quilombolas sobre a ótica decolonial, onde implica superar os valores coloniais e hegemônicos, para conhecer novas formas de produção de conhecimento, através da possibilidade de criar

novos direcionamentos a partir da resistência, da sociabilidade e da criatividade, personifica um caminho para alcançar a emancipação das comunidades, mesmo com a omissão do Estado, das políticas públicas e da sociedade. A potencialidade histórica, a tradição, a valorização da terra e o relacionamento solidário entre os membros da comunidade ressignifica a possibilidade de (re)existência possíveis (ALMEIDA; MESQUITA, 2019).

Com isso, é oportuno e necessário compreender os territórios quilombolas enquanto atores repletos de potencialidades, capazes de construir e suportar diversas manifestações sobre a sobrevivência, com a finalidade de alcançarem a emancipação dos indivíduos e da própria comunidade (NASCIMENTO, 2019; ARRUDA; MARIANI; NOLASCO, 2021). Assim, construir um processo de empoderamento efetivo e duradouro, de modo que preservem a história, a cultura e resistência, para que seja responsável pela produção de novas narrativas. Por isso, as comunidades quilombolas independente do processo de formação, mas do modo de identificação, como o indivíduo ou comunidade se autodefine. A identidade, é a ancestralidade, o reconhecimento como descendentes de escravizados, daqueles que foram submetidos a escravização, preconceito e racismo e ainda encontram formas de autopreservação.

A Constituição Federal de 1988 marcou no âmbito jurídico a tutela das comunidades quilombolas, após anos de luta para preservação e segurança das terras, após a instauração da constituição, direitos foram concedidos aos remanescentes quilombolas e assim poderiam ter definitivamente a propriedade, entretanto, muitos entraves fizeram com que somente em 2004, com alguns avanços e modificações no decreto as ações fossem efetivadas e o processo de regularização começasse a funcionar.

O processo era realizado pelo Incra e as fases para a regularização dos territórios ocupados pelas comunidades quilombolas, eram compostas de:

- 1) Certificação da comunidade junto a Fundação Cultural Palmares, nessa fase a comunidade necessita da declaração de autorreconhecimento;
- 2) Abertura do processo administrativo no órgão responsável mediante apresentação da certidão;
- 3) Com abertura do processo inicia-se a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID);
- 4) Publicação do RTID no diário oficial da União e notificação dos interessados;
- 5) Fase de contestações - é o exercício do direito ao contraditório que as partes interessadas, assim como os notificados de desapropriação e a própria comunidade, podem contestar o RTID;
- 6) Portaria de Reconhecimento - é um ato do Presidente do INCRA que reconhece o território e a área demarcada;
- 7) As desapropriações - realizado através de decreto assinado pelo Presidente da República, com base na legislação que permite a desapropriação por interesse social, ocorrem quando for constatada propriedade particular no território demarcado, que necessite se proceder

a desapropriação; 8) Titulação do Território - será feito o ato em cartório pelo Incra, passando o território para a associação, a título definitivo que dela não poderá dispor como bem entender, ficando o território inalienável, intransferível.

No Mato Grosso do Sul são 22 territórios quilombolas reconhecidos pela Fundação Palmares localizados no Estado do Mato Grosso do Sul, sendo que 18 estão em processos de regularização fundiária junto ao Incra, somente quatro territórios estão em processo avançado para conquista do título definitivo: Chácara do Buriti, em Campo Grande; São Miguel, em Maracaju; Furnas do Dionísio, em Jaraguari; e Furnas da Boa Sorte, em Corguinho. Os territórios apresentados a seguir são os abordados na pesquisa, destacando os aspectos históricos, a caracterização da agricultura familiar e do turismo no espaço rural, quando, o território disponha de atividade turística em processo de fortalecimento.

3.1 Chácara do Buriti

O território quilombola Chácara Buriti, está localizado a vinte e sete quilômetros do município de Campo Grande/MS, situado na zona rural as margens da Rodovia BR 163, possui cerca de quarenta e três hectares, sua história está em construção há mais de cem anos, sua origem se dá, quando a ex-escravizada Vovó Antônia e seus dois filhos chegam àquelas terras no início do século XX. Segundo o Relatório Antropológico, o nome da comunidade é decorrente da grande quantidade de palmeiras buritis que havia na região por volta de 1920 a 1930. O território quilombola Chácara dos Buritis é um dos poucos territórios do Estado que estão em fase avançada para reconhecimento fundiário, até o momento o território possui a declaração de território quilombola da Fundação Palmares, adquirida logo após a criação da associação.

A comunidade é composta por cinquenta e cinco famílias que sobrevivem da agricultura familiar, cultivando hortaliças para serem comercializado para pequenos e grandes supermercados de Campo Grande, além de participar de convênios com a prefeitura do município e comercializa na própria comunidade. O território em parceria com outra associação participa da disponibilização de alimentos para merenda escolar, ainda inexperiente na prática cultiva parte dos alimentos enviados, já que exige grandes quantidades de produção.

O território é representado por uma associação, criada no ano 2005 ao mesmo tempo que se deu início ao processo de regularização fundiária, fundada e gerida por membros da comunidade, por meio da associação dos quilombolas organizam as atividades, buscar por

melhorias, participam de editais de leis, projetos e programas institucionais que podem contribuir no desenvolvimento do território. Após a constituição da associação parcerias públicas e privadas incentivam o desenvolvimento do território, desde o reconhecimento da comunidade até aquisição de insumos, equipamentos, instalações hidráulicas e elétricas, acessibilidade e transporte.

Atualmente, o território possui atendimento médico periódico, acesso e transporte para as crianças até a escola, saneamento básico, energia elétrica e possibilidade de implementar outras atividades para geração de renda como abertura de panificadora e a possibilidade de turismo. As mulheres do território possuem o espaço e o maquinário para abertura da panificadora, no entanto, a estrutura do local no momento não está apta para uso. Em relação ao turismo no espaço rural, a comunidade é procurada por turistas, escolas e universidades que querem conhecer a história da comunidade em busca de conhecimentos culturais. Não há iniciativas para o desenvolvimento do turismo no território, mesmo com o potencial de crescimento da atividade em razão da paisagem, da cultura e da culinária, os membros da comunidade são resistentes a presença dos turistas.

Entretanto em relação a agricultura familiar, está é a atividade mais desenvolvida, ativa e antiga, a figura 04, apresenta um campo de plantio de milho, no entanto, são produzidos legumes e hortaliças, a diversidade varia durante os períodos do ano no território.

Figura 04 –Chácara do Buriti



Fonte: Foto tirada pelos pesquisadores em 2019.

A comercialização dos produtos é feita no território, em mercados, minimercados e possui contrato de abastecimento com a prefeitura de Campo Grande. O desenvolvimento da agricultura é de extrema importância para sobrevivência e manutenção do território, apesar da

falta de insumos e infraestrutura conseguem através da comercialização dos produtos atuarem na agricultura familiar, gerar renda e preservar as culturas do território.

3.2 Campos Correa

O território quilombola Campos Correa, está localizado no município de Corumbá/MS, a comunidade fica na área ribeirinha, situada às margens do Rio Paraguai, a um quilômetro do centro da cidade. A comunidade surgiu em torno de 1970 com a chegada de Ferbiana Campo a Corumbá, o território foi reconhecido como remanescente de quilombola no ano de 2004 e sequencialmente iniciou-se o processo de regularização fundiária junto ao INCRA, no entanto, até o momento, não há conhecimento sobre o andamento do processo, sugerindo que ainda permanece em fase embrionária. Por este motivo, não há muitas informações sobre a histórico de surgimento da comunidade.

Mesmo após a constituição da associação em 2004, pouco mudou a realidade da comunidade, atualmente, continuam sem acesso a água encanada e energia elétrica legalizada, toda parte de fornecimento é feito do modo irregular, o que traz preocupação e desconforto aos moradores da comunidade. A renda do território é advinda da pesca, situados nas margens do Rio Paraguai, as famílias são compostas por pescadores profissionais, que atuam como pescadores individuais e ajudantes nas embarcações turísticas que saem do porto de Corumbá com destino ao Pantanal. Entretanto, apesar do incentivo da associação, os pescadores não possuem barcos próprios para o desenvolvimento da atividade, quando há a terceirização dos equipamentos o retorno financeiro é baixo, assim buscam outras alternativas, como trabalhos em restaurantes e serviços da construção civil.

Entre os territórios pesquisados, Campos Correa é o mais precário em relação à infraestrutura básica. A figura 05, apresenta a entrada de acesso ao território, a passagem é isolada, não possui acesso às vias principais, dificultando a entrada e saída do território, sendo a falta de energia elétrica regularizada um dos principais problemas do território.

Figura 05 – Entrada do Território Campos Correa



Fonte: Foto tirada pelos pesquisadores, 2019.

Com a figura 05, notamos também realidades extremamente opostas, o território quilombola construído há anos, mas sem resquícios de estrutura e segurança e ao lado de uma residência de alto padrão que possui acesso a recursos, a segurança e vias de acesso. A nítida extremidade reforça a importância por visibilidade e melhores condições de vida.

3.3 Família Ozório

O território quilombola Família Ozório, está localizado no município de Corumbá/MS, na região ribeirinha, ao lado do território Campos Correa, a comunidade foi a primeira de Corumbá a ser identificada, entretanto, teve seu reconhecimento e criação da associação em 2008, antes da data caracterizavam-se como uma comunidade negra. O processo de regularização fundiária está mais avançado que a do território Campos Correa, o relatório antropológico está em construção, o que indica andamento do processo.

O território possui vinte e três famílias, que atuam na pesca e na comercialização de hortaliças. As hortaliças são vendidas em feiras e supermercados, a sazonalidade e a falta estrutura dificultam a alta produtividade. Na pesca, os pescadores são profissionais, trabalham como piloteiros e ajudantes nas embarcações que saem do porto de Corumbá. A localização e a estrutura da comunidade permitem a introdução de outras atividades ainda não implementadas na comunidade.

Através da associação pretendiam criar um espaço para comercialização do artesanato, servir a culinária tradicional do território, incentivar a promoção e a preservação da cultura,

para impulsionar o turismo e o desenvolvimento da comunidade, no entanto, não houve iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento das ações as perspectivas de atuação e inserção da do turismo até o momento não foram sucedidas.

Figura 06 – Vista do Território Família Ozório



Fonte: Foto tirada pelos pesquisadores em 2019.

A figura 06, apresenta vista do alto do território, nesta área a associação tem a pretensão de construir um espaço para atrair os turistas, a ideia principal seria a construção de restaurante, onde os membros da comunidade pudessem trabalhar e os turistas contemplar à vista saboreando as comidas típicas do território.

3.4 Furnas dos Baianos

O território quilombola Furnas dos Baianos, está localizado próximo ao município de Aquidauana/MS, o território quilombola fica dentro do distrito de Piraputanga, este, é cercado de morrarias que pertencem a Serra de Maracaju, por este motivo configura-se a nomenclatura Furnas. O surgimento do território decorreu da chegada de povos baianos a Mato Grosso do Sul, no ano de 1952, de acordo com Neto (2005), as terras pertenciam a propriedade privada Fazenda Palmar, quando invadidas por garimpeiros, foram desapropriadas e vendidas posteriormente os povos que chegavam da Bahia.

O território está em processo de regularização fundiária, no entanto, não há informações sobre o andamento do processo. O reconhecimento como comunidade descendente de quilombola ocorreu em 2004, dez anos depois da criação da associação. Hoje, no território são 28 famílias que se dividem nas atividades do cultivo de hortaliças, a pecuária, criação de gado e turismo.

As características da região facilitam o plantio e colheita, pois possuem água em abundância, clima favorável e pouca sazonalidade, os primeiros moradores daquela época promoveram o cultivo e plantio da mandioca, para comercialização da farinha, trazendo para a localidade técnicas sobre farinheira, e até hoje é uma das bases econômicas do território (BRUNET; CARDOSO, 2014). Além disso, as famílias atuam no cultivo de grãos e legumes, e na atividade leiteira, no entanto, não há tanta produtividade, apenas o excedente é comercializado.

Outra atividade exercida no território é o turismo, a área é cercada por ambientes naturais e um sítio arqueológico, assim são oferecidos serviços de trilhas, camping e rapel, os profissionais são qualificados e certificados para desenvolvimento da atividade, mas possuem parcerias com agências turísticas de Campo Grande/MS que oferecem suporte na atividade, como por exemplo, na captação de turistas.

Figura 07 –Furnas dos Baianos



Fonte: Foto tirada pelos pesquisadores em 2019.

A grande pedra que está na figura 07 é um ponto turístico do território Furnas dos Baianos, os turistas que visitam o território são convidados a subir e contemplar a vista do alto da pedra. O turismo é atividade mais desenvolvida no território, apesar de atuarem na agricultura familiar também com a produção de farinha.

3.5 Furna do Dionísio

O território quilombola Furnas do Dionísio, está localizado na região rural do município de Jaraguari, Mato Grosso do Sul, cerca de trinta e cinco quilômetros da capital de Campo Grande, capital do Estado do Mato Grosso do Sul. A comunidade se constituiu em meados de 1890, antes da criação de Jaraguari, quando Dionísio Antônio Vieira e a família saíram de Minas Gerais. Segundo dados do Relatório Antropológico, no século XX no quilombo era

praticado o comércio de querosene, sal e outros produtos, em virtude da proximidade com a capital a mercadoria era transportada em animais ou carro de boi.

O território é reconhecido pela Fundação Palmares desde 2003, o processo de regularização fundiária iniciou-se em 2009, já possui áreas demarcadas pelo INCRA, representando fase avançada no processo de regularização. Atualmente, são mais de cem famílias que vivem no território que possuem parentesco entre si, de acordo com o Relatório Antropológico, Dionísio fomentava o matrimônio entre comunidades negras, ou grupos familiares, os herdeiros deveriam se casar com parceiros que compartilhavam a pertença racial. As tradições africanas eram base para as práticas de vida de Dionísio e da comunidade, a força e o respeito aos antepassados são valores estruturantes. Hoje, as tradições africanas, como a religião de matriz africana perdem força no território, mas preservam celebrações, como Santo Antônio, a consciência negra e no território acontece a festa da rapadura, característico da comunidade.

O território tem como modo de produção a agricultura familiar, cultivam mandioca, cana-de-açúcar, milho, quiabo entre outras hortaliças, variam a forma de plantio, entre individual e familiar. A comunidade em 2018 conquistou o Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), o selo consiste em uma identificação para produtos oriundos da agricultura familiar, este é concedido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), vinculada no Estado do Mato Grosso do Sul a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), desde então os produtos podem conter nas embalagens o selo de certificação.

O selo tem validade de cinco anos e é concedido a agricultores familiares que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para identificação dos produtos. Os produtos são comercializados no território para consumidores que vão à procura principalmente de mandioca e rapadura, além de entregar alimentos no programa de merenda escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e vender parte dos produtos para a Central de Abastecimentos de Mato Grosso do Sul (CEASA).

Além da agricultura familiar, há pouco tempo o território atua no desenvolvimento do turismo, o território é cercado por furnas e vales na Serra do Maracaju, que dão acesso a cachoeiras e córregos, oferecendo aos turistas belas paisagens naturais, trilhas, caminhadas, corridas de motocross, banho de cachoeira e culinária típica. São poucos os membros do território que trabalham com o turismo, uma pessoa responsável pela organização dos roteiros,

contato e controle de turistas e do guia. Os roteiros são intercalados de acordo com o fluxo de turistas, isto em função da preservação do local, são quatorze trilhas diferentes mapeadas na comunidade. Os contatos para agendar a visita e os passeios no território são feitos com através de agência de turismo de Campo Grande/MS e também com o responsável e guia da comunidade, não há um controle efetivo e automatizado para fluxo de turistas, apenas preenchimento de um caderno com controle de entrada de pessoas nas trilhas.

Figura 08 – Associação de Furnas do Dionísio e Igreja



Fonte: Foto tirada pelos pesquisadores em 2019.

Durante os finais de semana o fluxo de turista é maior no território, assim, os membros do território aproveitam para comercializar os legumes, verduras, frutas e a rapadura produzidos no território como retratado na figura 08. A associação que organiza a comercialização é um modo de auxiliar na venda dos produtos e apresentar os produtos aos turistas.

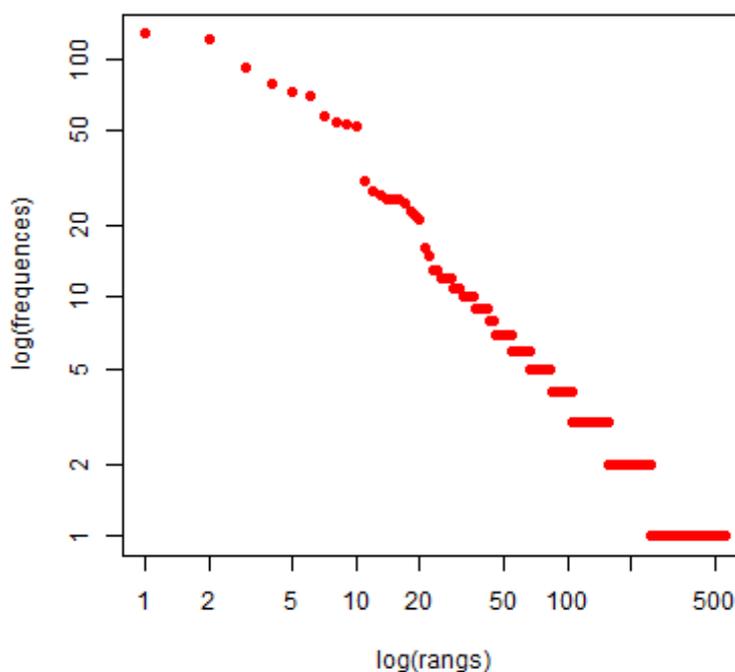
4 ANÁLISES DOS DADOS UTILIZANDO O IRAMUTEQ

Os resultados são decorrentes da utilização do software Iramuteq, os gráficos são resultantes das entrevistas realizadas junto aos territórios quilombolas estudados, neste estudo optou-se por apresentar a análise de frequência, a nuvem de palavras, análise de similitude, dendrograma e a análise fatorial confirmatória.

4.1 Chácara do Buriti

Os resultados obtidos através da entrevista realizada com o Território Chácara do Buriti, demonstram a composição de um corpus textual composto por 2.254 ocorrências (Number occurrences), isto é, a quantidade de palavras, formas e vocábulos encontrados na entrevista, sendo que 557 (Number of forms) são palavras que se repetiram e 310 (Hápax) palavras que aparecem uma única vez. Os resultados são apresentados pelo gráfico 01 de Distribuição de Frequência.

Gráfico 01 - Distribuição de Frequência – Território Chácara do Buriti

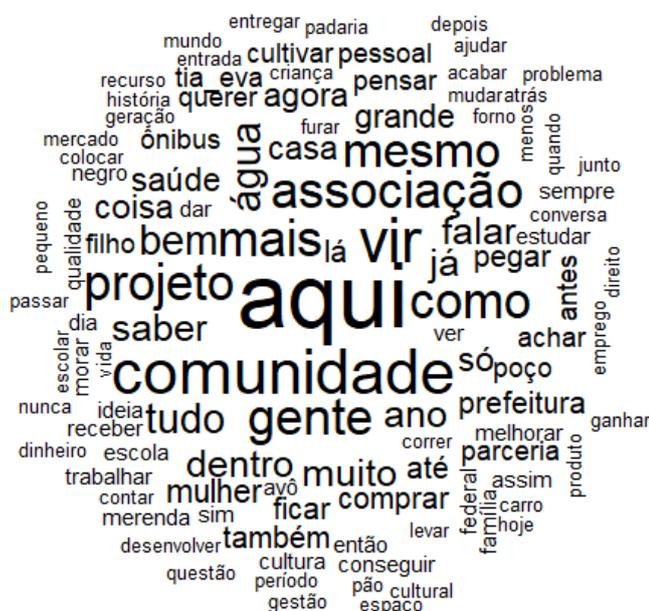


Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

A distribuição de frequência, pertence as análises lexicográficas clássicas, que demonstra através de dados estatísticos as informações sobre o corpus textual. Nota-se que no

gráfico 01 apresenta a frequência de palavras através do “log(frequences)” localizada verticalmente e o número vezes que são repetidas no eixo horizontal por meio de “(log)rangs”. Assim, a maioria das palavras identificadas foram repetidas pelo menos uma vez durante a entrevista. A análise da frequência das palavras permite encontrar termos de indexação, aqueles que representam um assunto, ou palavras-chave (GUEDES; BORSCHIVER, 2005). Para ilustrar as palavras com maior recorrência durante o texto, utilizou-se a nuvem de palavras, como apresentado na Figura 09, o método organiza as palavras em fontes maiores e menores, de acordo com a frequência e apresenta em formato de nuvem.

Figura 09 - Nuvem de Palavras – Território Chácara do Buriti



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Da análise de nuvem de palavras do Território Chácara do Buriti, obtida por meio da entrevista, denota-se que as palavras evocadas com maior frequência são: comunidade, projeto, associação e gente. A concentração de palavras relaciona-se com o contexto da comunidade, que por meio de projetos vinculados a associação e instituições públicas e privadas conseguiu garantir melhorias para a comunidade.

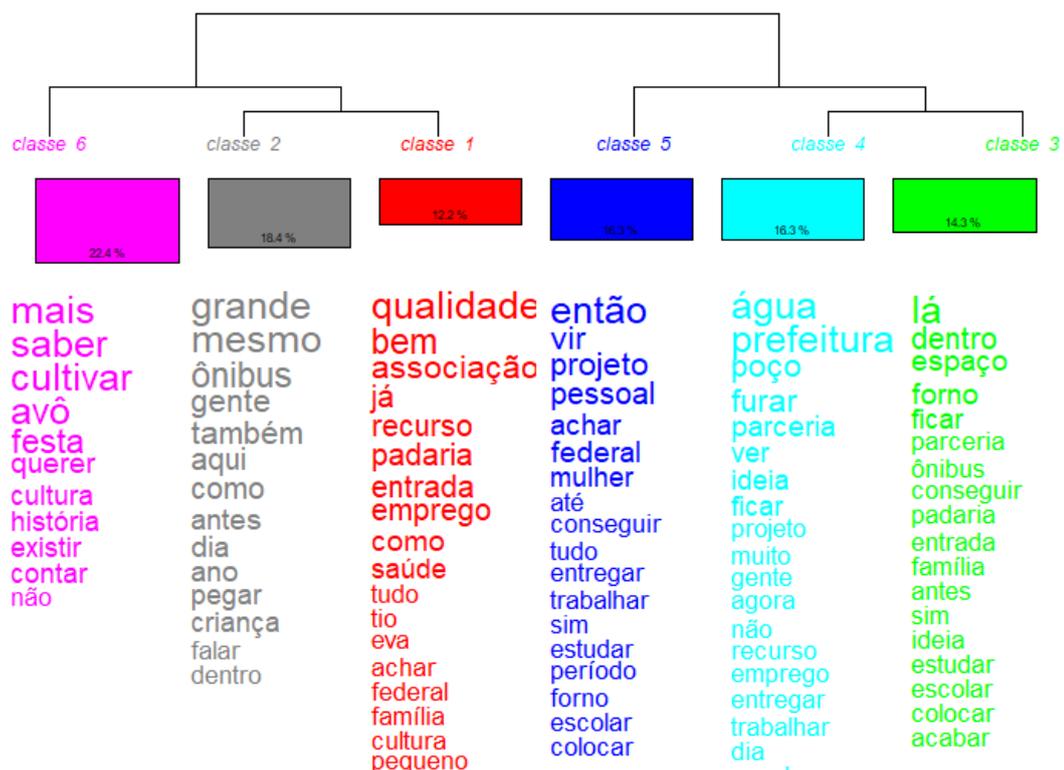
As palavras evocadas em segundo plano como parceria, prefeitura, saúde, água e ônibus, reafirmam as questões relacionados ao desenvolvimento do território e as conquistas que obtiveram a partir das parcerias realizadas por meio da associação. A figura na sequência apresenta a análise de similitude, que permite identificar a ocorrência entre as palavras e as indicações de conexidade, isto é, identifica as ligações entre as palavras a partir do corpus

fonte maior. Conforme o contexto que estão inseridos “comunidade” e “associação” inferi como ponto central na narrativa, considerando a importância de ambas as expressões no discurso do entrevistado.

A palavra “não”, é o ponto de partida para as demais ramificações, isto, em decorrência do maior número de vezes que aparece durante o texto, se caracterizando em momentos de adverbio e em outros de substantivo, assumindo diversas formas durante a entrevista. A expressão “aqui”, se refere ao espaço, ou seja, o próprio território, acompanhado das palavras “criança”, “ônibus”, “escola”, “qualidade” e “vida”, relaciona-se as questões de transformação na qualidade de vida, principalmente as crianças que possuem atualmente possuem acesso à educação. Quanto a palavra “gente”, refere-se aos indivíduos da comunidade, no discurso a expressão “a gente” reforça o pertencimento ao espaço, quando atrelado as palavras “pão”, “mercado” e “produto”, indica o resultado da força de trabalho realizado dentro da comunidade, que pode ser impulsionado através da comercialização dos produtos.

A próxima análise é o dendrograma, utiliza-se do Método de Reinert, propõe uma análise baseada na proximidade entre as palavras, assim os segmentos são classificados conforme seu respectivo vocabulário e o conjunto é dividido conforme a frequência das palavras, ou seja, as classes são formadas com palavras que mais se associam (OLIVEIRA, 2015). O dendrograma do Território Chácara do Buriti é apresentado a seguir na Figura 011.

Figura 011 – Dendrograma do Território Chácara do Buriti



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

O dendrograma demonstra as palavras de acordo com a significação e o sentido no discurso, o resultado apresenta a formação dois clusters, composto por seis classes distintas de palavras. O primeiro clusters é formado pela Classe 1 que representa 12, 2% do total do corpus textual, Classe 2 representando 18,4% e pela Classe 6, com maior representatividade de todo corpus textual com 22,4%. Este primeiro cluster agrupa as classes de expressões com maior representatividade do discurso. O segundo cluster é formado pela Classe 3, que representa 14,3%, a Classe 4 e Classe 5 com a mesma porcentagem de 16,3 % cada.

A Classe 1, representa a classe de palavras com menor parte do discurso, tem como palavra em destaque “Qualidade”, o conteúdo semântico da categoria emerge um elemento marcante que é a busca por melhor qualidade de vida, adquirida através de recursos, emprego, saúde, bem-estar que incorporados através da associação para o território e que são evocadas com maior frequência dentro da classe. A Classe 2, é a segunda classe com maior porcentagem de representação do corpus textual, as palavras mais evocadas são: grande, ônibus, gente, criança, antes. De acordo com a entrevista, a palavra “grande” sugere proporções, como na frase do entrevistado “a grande maioria usa ônibus e sair daqui para ir para lá é inviável”. Para as expressões gente, criança e antes, representa uma retrospectiva dos acontecimentos que para as crianças, principalmente, representou a conquista de um ônibus que os leva até a escola.

Na Classe 3, é possível identificar que há palavras já citadas nas Classes 1 e 2, mas estão em contexto diferente, alterando a significação e a relação entre elas. Na Classe 3, as palavras mais evocadas são dentro, espaço, forno, parceria. Estas palavras representam a implementação de ações que gerem fontes alternativas de renda, atualmente a comunidade sobrevive da agricultura familiar, mas existe a possibilidade de criar novos meios de fonte de renda através da culinária tradicional do território. As Classes 4 e 5 possuem a mesma representatividade. Na Classe 4 as palavras água, prefeitura, poço e parceria são as mais evocadas, isto, em decorrência a parceria realizada entre poder público e a empresa Águas Guarirobas, que realizaram a implantação do sistema de água e esgoto na comunidade, e que segundo o discurso do entrevistado “antes tínhamos muitos problemas com diarreia e dor de estomago, e sempre "bati na tecla" que era a água, apesar ser poço, agora melhorou muito”. Na classe 5, as palavras mais evocadas são vir, projeto, federal, o conteúdo da classe permite inferir que os projetos adquiridos pelo governo local garantiram ao território um cenário de melhor qualidade de vida.

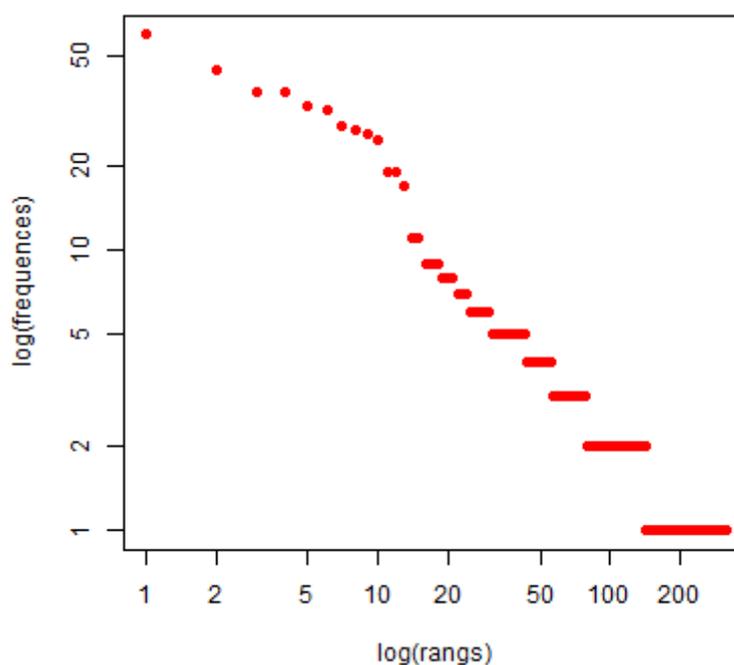
A Classe 6, e representado de 22,4% do corpus textual, apresenta as palavras saber, cultivar, avô, festa sendo as mais evocadas. O conteúdo da classe, permite identificar a importância das questões culturais e históricas do território, a forma de cultura, o pertencimento

hidráulico no território, derivados das palavras chaves água, poço e projeto. Os quadrantes a direita, formados pelas Classe 3, Classe 4 e Classe 5, corresponde melhor qualidade de vida que o território obteve com a concretização de projetos e a preservação da cultura, do cultivo e da história da comunidade.

4.2 Campos Correa

Os resultados obtidos através da entrevista realizada com o Território Campos Correa, demonstram a composição de um corpus textual composto por 1.019 números de ocorrências (Number occurrences), isto é, a quantidade de palavras, formas e vocabulários encontrados na entrevista, sendo que 336 (Number of forms) são palavras que se repetiram e 174 (Hápax) palavras que aparecem uma única vez. Nota-se que a entrevista realizada neste território contém um corpus textual menor, os resultados são apresentados pelo gráfico 03 de Distribuição de Frequência.

Gráfico 03 – Distribuição de Frequência do Território Campos Correa



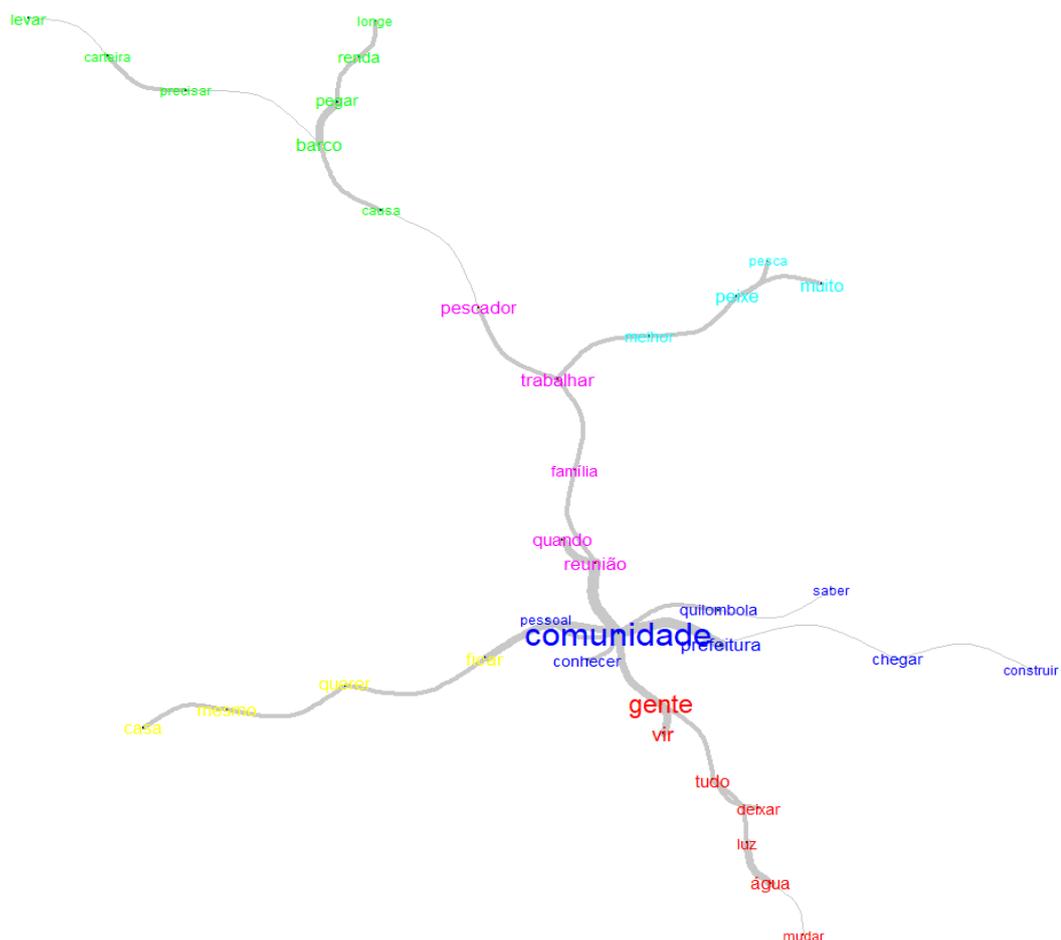
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

A distribuição de frequência, pertence as análises lexicográficas clássicas, que demonstra através de dados estatísticos as informações sobre o corpus textual. Nota-se que no gráfico 02 apresenta a frequência de palavras através do “log (frequences)” localizada

As palavras evocadas em segundo plano como água, barco, trabalhar, peixe e prefeitura, reafirmam as questões relacionados ao desenvolvimento do território, o território busca nas atividades econômicas proporcionado pela margem do rio, para obter fonte de renda, entretanto, dos territórios visitados, este, está em situação de maior vulnerabilidade, pela falta de água e energia elétrica regular, os entrevistados afirmam que *“estamos na luta pelos nossos objetivos, pelos benefícios, principalmente por luz e **água**, estamos correndo com a **prefeitura**”*.

Na sequência, a análise de similitude permite identificar a ocorrência entre as palavras e as indicações de conexão, isto é, identifica as ligações entre as palavras a partir do corpus textual. A figura 013 apresenta a análise de similitude a partir da entrevista realizada com o Território Campos Correa, compreende-se que a estrutura de conteúdo textual e os temas significativos, a partir da coocorrência entre as palavras.

Figura 013 - Análise de Similitude do Território Campos Correa



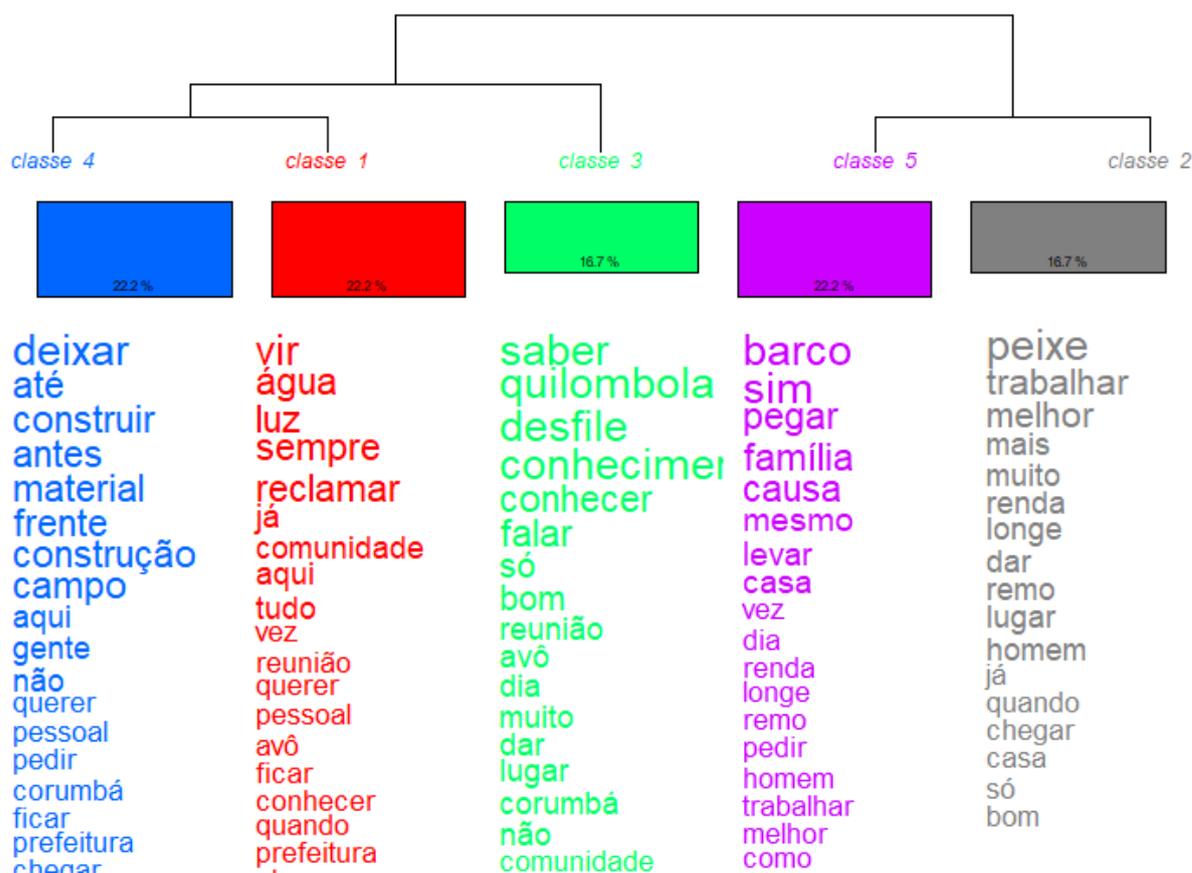
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

A partir da figura 013 da análise de similitude é possível identificar que as expressões em maior destaque são comunidade e gente que aparecem em fonte maior. Conforme o contexto que estão inseridos “comunidade” e “gente”, inferi como ponto central na narrativa, considerando a importância de ambas as expressões no discurso do entrevistado. A expressão “comunidade”, é o ponto de partida para as demais ramificações, isto, em decorrência do maior número de vezes que aparece durante o texto, a partir da expressão construí a estrutura do corpus textual. Quanto a palavra “gente”, refere-se ao próprio território, assim como na análise de similitude anterior no discurso a expressão “a gente” reforça o pertencimento ao espaço, quando atrelado as palavras “água”, “luz” e “mudar”, nota-se que são palavras que apareceram na nuvem de palavras com maior frequência e na análise de similitude com maior conexão entre elas.

Os demais grupos de palavras que se ramificam na figura, entendem-se que estão interligados a comunidade e reforçam todo o contexto que estão inseridos, como a palavra “família” no mesmo grupo de palavras que “pescador”, identificados pela cor roxa, e também a expressão “barco” que relaciona-se a “renda” e ao mesmo tempo com “carreira” destacado na cor verde, o território tem potencial para implementação de atividades vinculados ao rio, apesar da luta e persistência, o território permanece esquecido pelo poder público e ignorado pela sociedade.

A seguir o dendrograma, propõe uma análise baseada na proximidade entre as palavras, assim os segmentos são classificados conforme seu respectivo vocabulário e o conjunto é dividido de a partir da frequência das palavras, ou seja, as classes são formadas com palavras que mais se associam (OLIVEIRA, 2015). O dendrograma do Território Campos Correa é apresentado a seguir na Figura 014.

Figura 014 - Dendrograma do Território Campos Correa



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

O dendrograma da entrevista com o território Campos Correa resultou em dois clusters formados por cinco classes de palavras organizadas de acordo com a significação e sentido no discurso. O primeiro clusters de palavras é composto pela Classe 1, Classe 3 e Classe 4, na qual representam 61,1% de toda a entrevista, enquanto o segundo clusters representa 38,9%, formado pelas Classe 2 e Classe 5.

O primeiro clusters corresponde as características estruturais e históricas do território, isto, em razão do realce das palavras construir, água, luz, quilombola e conhecimento. A Classe 1 representa 22,2%, assim como a Classe 4, na de número um, as palavras em destaque são água, luz, reclamar e comunidade, está classe representa o presente discurso da entrevistada sobre a omissão do poder público no fornecimento dos recursos básicos, água e energia elétrica, a fala a seguir representa o conteúdo da classe “*querem resolver o mais fácil, já revolveram o negócio do correio, mas não resolvem água e luz aqui*” diz a entrevistada.

A Classe 3, representa 16,7% de toda entrevista, da classe as palavras evidência são saber, quilombola, desfile e conhecimento. Durante a entrevista indagou-se a falta de conhecimento civil sobre a existência e sinalização da comunidade no município, a busca por

reconhecimento não apenas das questões burocráticas como de regularização, certificados e declarações do território são importantes, mas também o reconhecimento social, a relevância histórica e a preservação cultural. Entre o discurso que corresponde à formação da classe, a passagem “*muita gente não conhece né, só conheceu no **desfile** quando falou o nome de cada comunidade, muitos não tem **conhecimento***” demonstra a falta de informações e sinalizações, e reforça o esquecimento do território.

A Classe 4 destaca as palavras, deixar, construir, material e construção, a classe é formada por discursos da entrevista direcionados ao acesso do território, entre os territórios analisados, em relação a infraestrutura Campos Correa é o menos favorecido. O território é cercado de construções que impedem acesso a rua e dificultam os serviços de entrega devido a irregularidade das construções. Dessa forma, destaque -se a passagem:

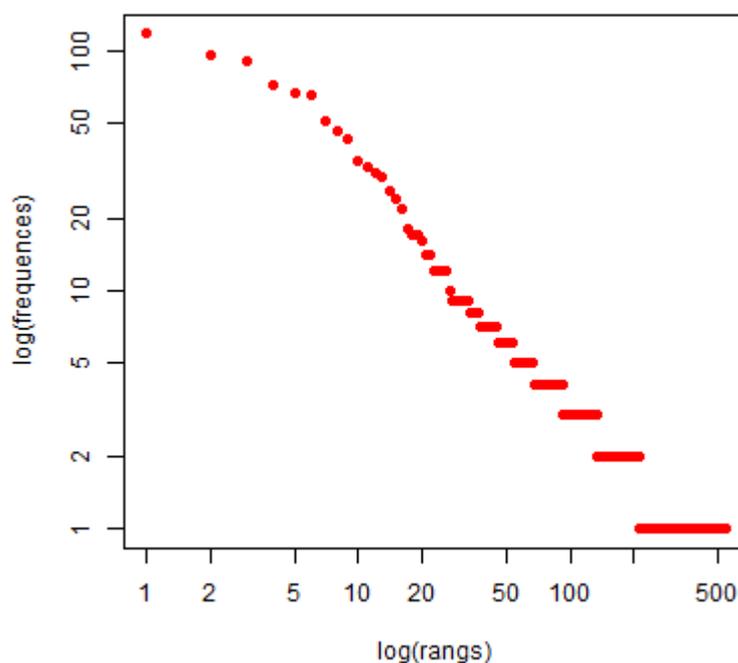
*“[...] ele chegou **construiu** o muro e ficou assim, corremos atrás para **deixar**, mas o pessoal falou que não tinha jeito, até que construiu tudo e deixou só aquele caminho para gente, a única saída da comunidade. É complicado, não tem como pedir um gás, material de **construção** [...]”*

O segundo cluster de palavras formados pela Classe 2 e Classe 5, correspondem ao discurso sobre as questões produtivas e consequentemente da cultura gastronômica do território, sendo assim, as palavras evocadas com maior representatividade nas passagens são barco, família, peixe e trabalhar. A Classe 2 representa 16,7% de todo corpus textual, as palavras em destaque são peixe, trabalhar e melhor, o território é fortemente ligado a pesca, homens e mulheres se profissionalizam para exercer a profissão, entretanto, questões como a falta de barco a motor traria melhor rentabilidade, como destacado na entrevista “*não temos condição de ir longe, por que é só no remo, se tivéssemos condição de ir longe, tem lugares **melhor de peixe**, e dá renda melhor.*”. Revela-se também, a culinária em torno do peixe, “*gostamos de **peixe**, frito ou assado, ensopado, muito bom. Comemos mais frito ou ensopado, e os homens que cozinham mais*”, diante da proximidade com rio o território concentra suas atividades em torno da pesca.

Para a Classe 5, as palavras barco, pegar e família possuem maior relevância, correspondendo a 22,2 % de todo corpus textual da classe. Nota-se que o barco à motor seria ferramenta fundamental para melhorar a renda das famílias do território, como apresentado na classe anterior, o utilizado é a remo que limita a distância a ser percorrida e a pesca de peixes maiores, “*por causa do **barco**, por que tem que pegar bastante para ter uma renda maior a canoa é a remo e não tem como ir mais longe, a renda é menor não tem como sustentar uma **família***”, a passagem da entrevista representa a classe. O gráfico a seguir, demonstra através da análise confirmatória o ponto de ligação e interseção das classes.

Os resultados obtidos através da entrevista realizada com o Território Família Ozório, demonstram a composição de um corpus textual composto por 1.979 números de ocorrências (Number occurrences), isto é, a quantidade de palavras, formas e vocabulários encontrados na entrevista, sendo que 542 (Number of forms) são palavras que se repetiram e 328 (Hápax) palavras que aparecem uma única vez. Os resultados são apresentados pelo gráfico 05 de Distribuição de Frequência.

Gráfico 05 - Distribuição de Frequência do Território Família Ozório

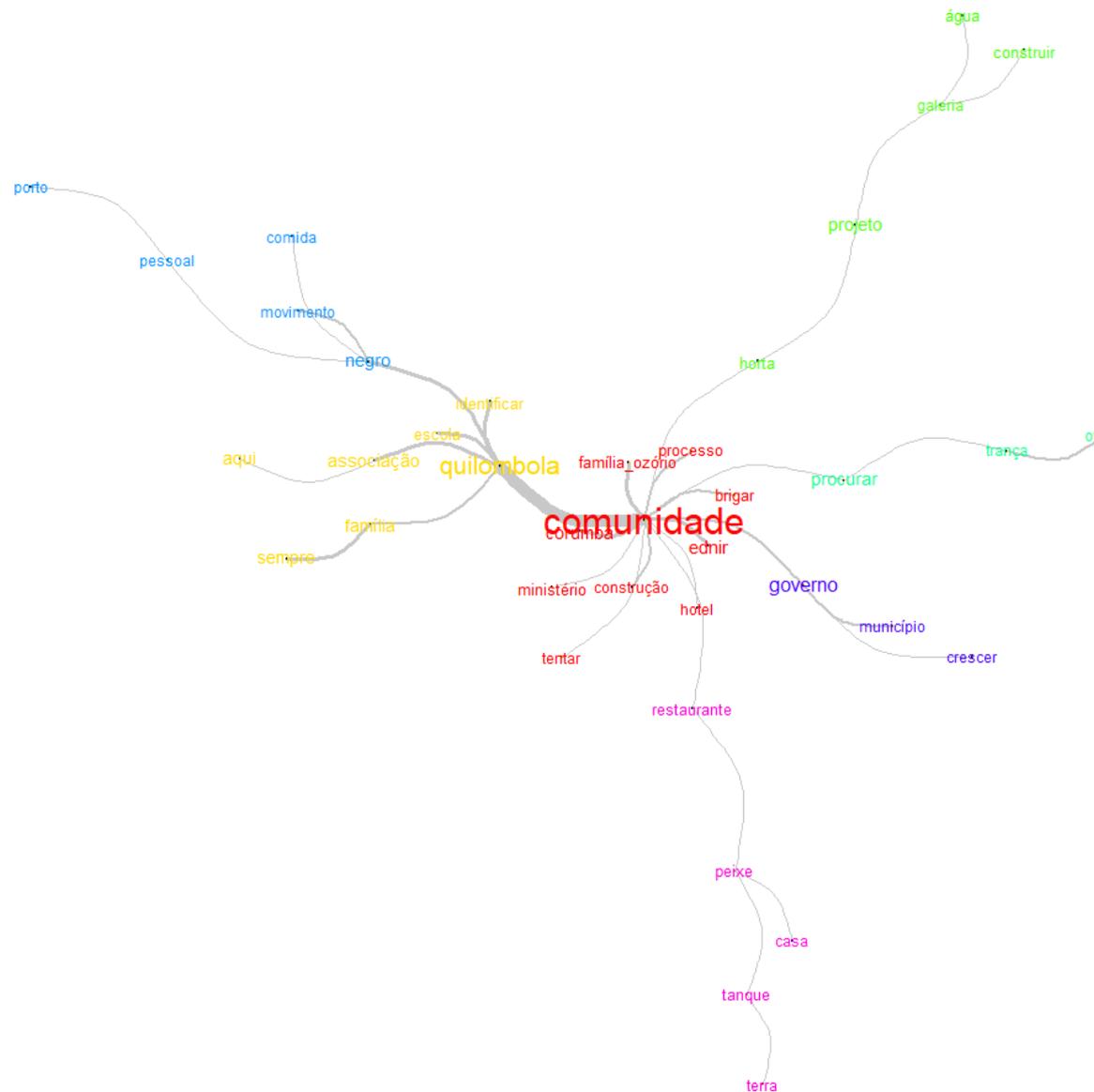


Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

A distribuição de frequência, pertence as análises lexicográficas clássicas, que demonstra através de dados estatísticos as informações sobre o corpus textual. Nota-se que no gráfico 04 apresenta a frequência de palavras através do “log(frequences)” localizada verticalmente e o número vezes que são repetidas no eixo horizontal por meio de “(log)rangs”. Assim, a maioria das palavras identificadas foram repetidas pelo menos uma vez durante a entrevista. A análise da frequência das palavras permite encontrar termos de indexação, aqueles que representam um assunto, ou palavras-chaves (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Para ilustrar as palavras com maior recorrência durante o texto, utilizou-se a nuvem de palavras, como apresentado na Figura 015, o método organiza as palavras com fontes decrescentes de acordo com a frequência, no centro estão as palavras com maior número de repetição enquanto na margem da figura e em menor fonte e apresenta em formato de nuvem.

Figura 016 - Análise de Similitude de Território Família Ozório



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

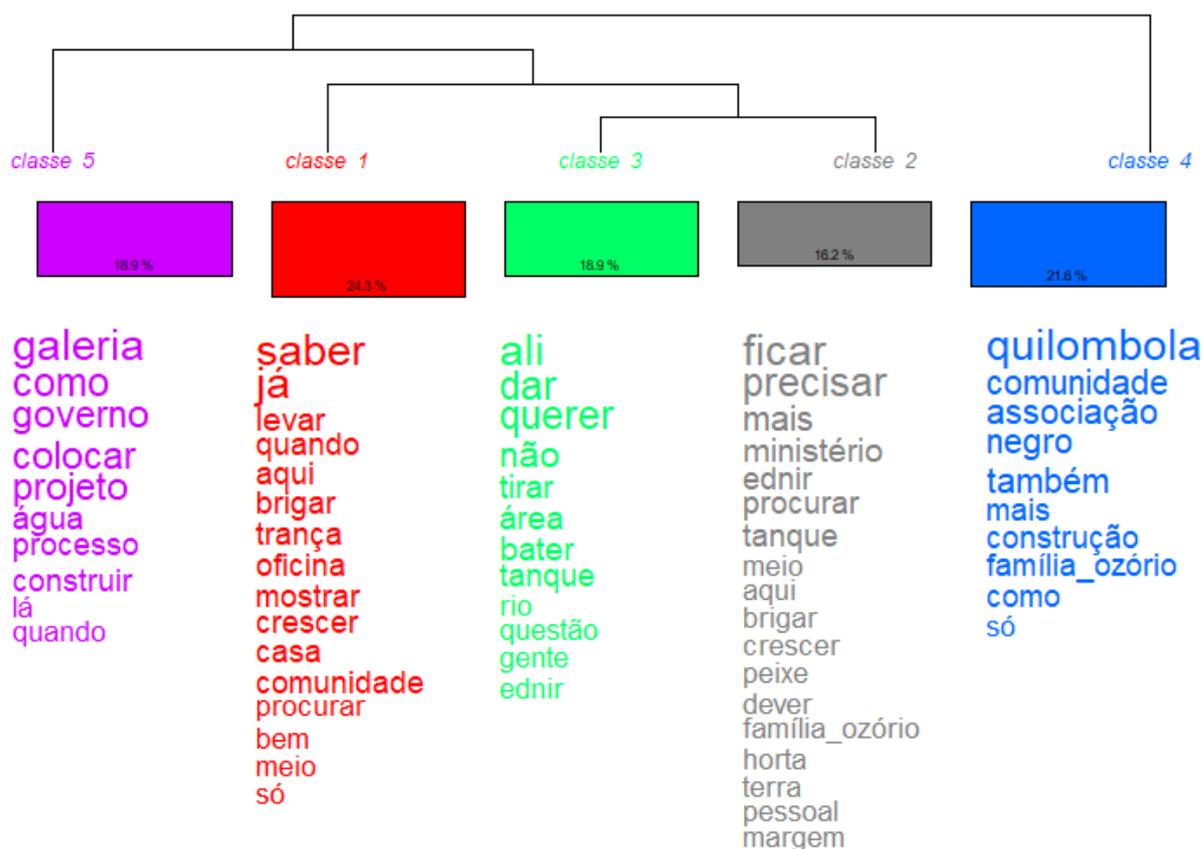
A partir da figura 016 da análise de similitude é possível identificar que as expressões em maior destaque são comunidade e quilombola inferem como ponto central do discurso. Conforme o contexto que estão inseridos “comunidade” é elo de ligação entre as palavras “quilombola”, “negro”, “governo”, “restaurante” considerando a importância de todas as expressões no discurso do entrevistado. A expressão “comunidade”, é o ponto de partida para

as demais ramificações, isto em decorrência do maior número de vezes que aparece durante o texto, a partir da expressão construí a estrutura do corpus textual. Quanto a palavra “quilombola”, refere-se ao próprio território, que associada às palavras como “associação”, “família”, “sempre” e “identificar” reforça o sentimento de pertencimento e fortalece o movimento quilombola de Corumbá/MS, o crescimento do território permite a melhor qualidade de vida de todas as famílias da comunidade, por meio da preservação das tradições que vem da paisagem e da culinária. Nota-se que os territórios corumbaenses Família Ozório e Campos Correa, não desejam modificar suas origens para garantia de melhor qualidade de vida, buscam através da pesca e da agricultura renda para preservação dos territórios.

Os demais grupos de palavras que se ramificam na figura, entendem-se que estão interligados a comunidade e reforçam todo o contexto que estão inseridos, como a palavra “negro” no mesmo grupo de palavras como “movimento”, identificados pela cor azul claro, e também a expressão “governo” que relaciona-se a “município” e ao mesmo tempo com “crescer” destacado na cor azul, o território tem potencial para implementação de atividades vinculadas ao rio, ao espaço natural, ao peixe e lazer, que conseqüentemente impulsionaria a economia do município, que já é destino turístico no Estado do Mato Grosso do Sul.

Com a utilização do Método de Reinert, o dendrograma propõe uma análise baseada na proximidade entre as palavras, com isso os segmentos são classificados conforme seu respectivo vocabulário e o conjunto é dividido de a partir da frequência das palavras, assim, as classes são compostas por palavras que mais se associam (OLIVEIRA, 2015). O dendrograma do Território Família Ozório é apresentado a seguir na Figura 017.

Figura 017 -Dendrograma da Território Família Ozório



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

O dendrograma demonstra as palavras de acordo com a significação e o sentido no discurso, o resultado apresenta a formação dois clusters, composto por cinco classes distintas de palavras. O primeiro clusters é formado pela Classe 1 que representa 24,3% com maior representatividade de todo corpus textual, a Classe 2 representando 16,2%, pela Classe 3 e Classe 5, ambas representando 18,9 %. Este primeiro cluster agrupa as classes de expressões com maior representatividade do discurso. O segundo cluster possui apenas a Classe 4, que representa 21,6%, do conteúdo textual.

A Classe 1, representa a classe de palavras com a maior parte do discurso, tem em destaque palavras como “saber”, “levar” “brigar”, “trança”, “oficina” e “crescer”, o conteúdo semântico da categoria emerge um elemento marcante da entrevista como a passagem “[...] As pessoas não me identificam como quilombola, se eu **brigar** eles sabem, questão de autoconhecimento [...]”, questões como a falta de conhecimento sobre a história quilombola e o preconceito são presentes no discurso dos entrevistados. Destaca-se se também a passagem “[...] fazem **oficina de trança**, beleza e turbante, não faz um officia de direito para mostrar como se faz um projeto, são embates de luta e fazer uma interlocução do meio [...]”, as ações, como as oficinas oferecidas são importantes, mas não suprem as necessidades da comunidade,

precisam também de informações jurídicas, administrativas e econômicas que consolide seus projetos.

Na Classe 2, as palavras mais evocadas são: ficar, precisar, mais, ministério. De acordo com a entrevista, a palavra “ficar” sugere variações como “fica”, “ficam” e “ficou” como na frase do entrevistado “[...] *com esse tanque **fica** mais fácil, e podemos apresentar nosso trabalho da onde vamos viver das hortaliças e dos peixes, então seria uma oportunidade para ter uma renda a mais [...]*”, o tanque mencionado na passagem seria para criação de peixes, entretanto não há expectativas para implementação do projeto, devido a questões políticas e ambientais. Para as expressões precisar, mais, ministério, destaca-se a passagem:

*[...] Quando nós fomos procurar um meio de fazer os tanques, chegamos até o **ministério** da pesca, que disse que caso o projeto fosse liberado nós deveríamos criar o pacu e pintado que são da região, mas aprovado não trabalharíamos com a horta porque precisaria de **mais** terra. [...]*

Observa-se que o território persiste na luta para realizar a inserção de novas atividades que garantam a geração de renda, mas dificilmente são executadas, os apoios do poder público para os territórios são fundamentais para conquista de até pequenas benfeitorias dentro do território.

Na Classe 3, as palavras mais evocadas são ali, dar, querer e não. Não houve alteração no vocabulário utilizado pelos entrevistados, assim, quando utilizam palavras como “ali” é em referência ao espaço, como na passagem “[...] *a gente trabalha com hortaliças, o rio **está bem ali** e todas as casa tem peixes que normalmente fazem, nós queríamos fazer um tanque [...]*”, reforçando a importância da pesca e da agricultura para o território. Assim como no Território Campos Correa, as palavras representam a implementação de ações que gerem fontes alternativas de renda, atualmente a comunidade sobrevive comercialização de hortaliças, mas existe a possibilidade de criar novos meios de fonte de renda através da culinária tradicional do território.

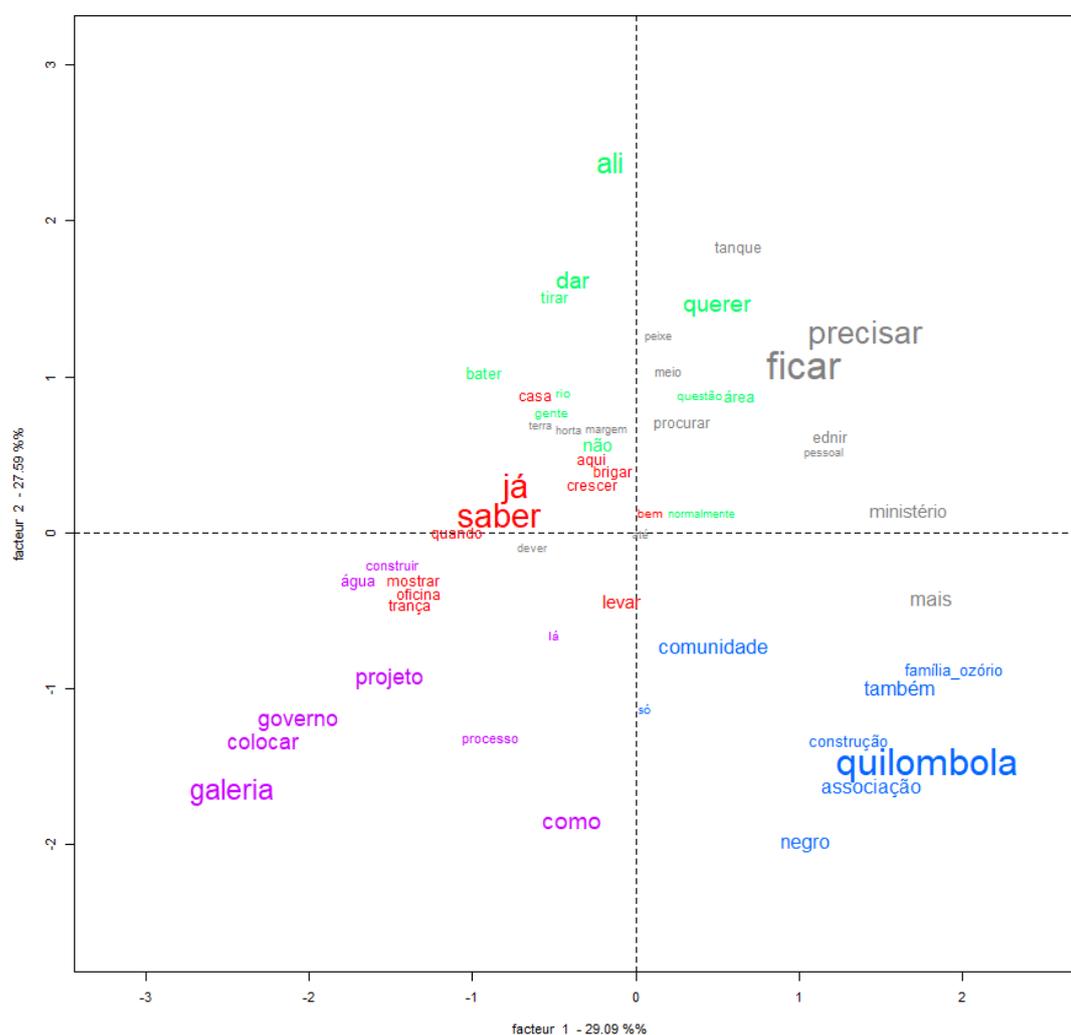
As Classes 3 e 5 possuem a mesma representatividade. Na Classe 5 as palavras galeria, governo, colocar e projeto são as mais evocadas, isto, em decorrência a construção de uma galeria, na qual todo esgoto, é direcionado para o território e que segundo o entrevistado “[...] *A parte do esgoto, é falta de comprometimento de **governo**, como constrói uma **galeria** para desembocar nas terras, estamos preocupados com as políticas do novo **governo** [...]*”.

O segundo grupo de classes é formado pela classe 4, que é segunda com maior representatividade dentre as classes. As palavras mais evocadas são quilombola, comunidade, associação, e negro o conteúdo da classe permite inferir que se trata de discussões sobre as questões que envolvem o processo de construção territorial, “[...] *o pessoal ainda tem no sentido*

que **comunidade** quilombola é só **negro**, pode ser branco e negro [...] é difícil acreditarem que sou negra, sou negra e descendente de **quilombola** [...] afirma uma das mulheres do território,

As questões raciais sobre os povos negros e a importância da associação no resgate e conexão dos temas confirmar o pertencimento a terra. No gráfico a seguir é apresentado o gráfico da Análise Fatorial Confirmatória a análise consiste no encontro das classes definidas no dendrograma.

Gráfico 06 - Análise Fatorial Confirmatória do Território Família Ozório



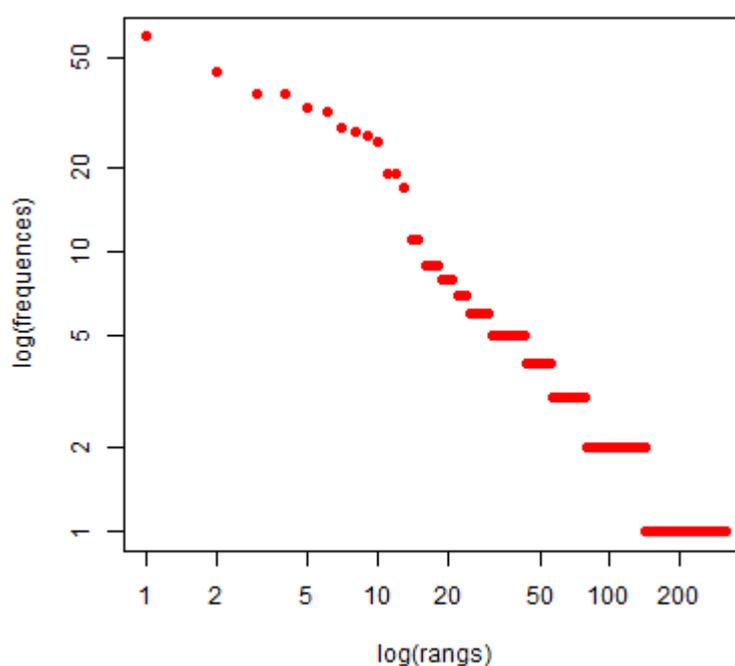
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Conseguirmos identificar no gráfico que as palavras se concentram em maior número nos quadrantes inferiores. Percebe-se que a Classe 4 que pertence ao segundo grupo de palavras é única no quadrante inferior a direita, enquanto as demais classes se dispersam entre os quadrantes. As palavras-chaves das classes são quilombola, galeria, saber e precisar.

4.4 Furna dos Baianos

Os resultados obtidos através da entrevista realizada com o Território Furna dos Baianos, demonstram a composição de um corpus textual composto por 1.821 números de ocorrências (Number occurrences), isto é, a quantidade de palavras, formas e vocabulários encontrados na entrevista, sendo que 519 (Number of forms) são palavras que se repetiram e 296 (Hápax) palavras que aparecem uma única vez. Os resultados são apresentados pelo gráfico 07 de Distribuição de Frequência.

Gráfico 07 - Distribuição de Frequência do Território Furnas dos Baianos



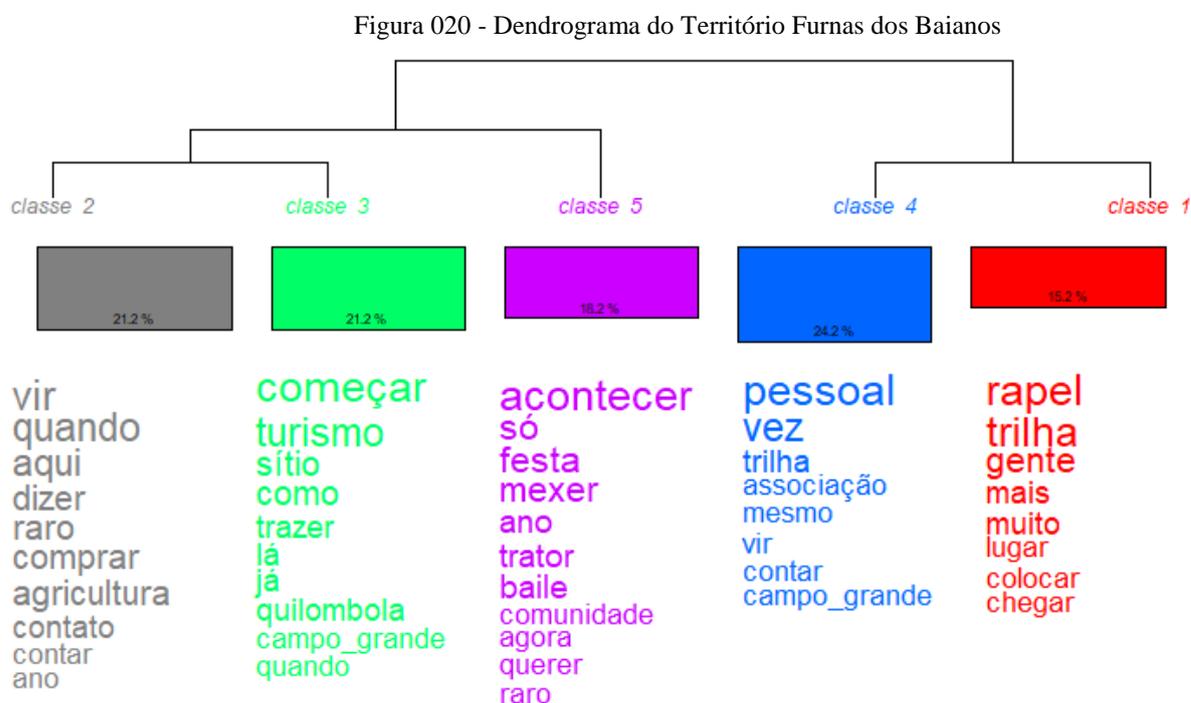
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

A distribuição de frequência, pertence às análises lexicográficas clássicas, que demonstra através de dados estatísticos as informações sobre o corpus textual. Nota-se que no gráfico 04 apresenta a frequência de palavras através do “log(frequences)” localizada verticalmente e o número vezes que são repetidas no eixo horizontal por meio de “(log)rangs”. Assim, como nas entrevistas anteriores a maioria das palavras identificadas foram repetidas pelo menos uma vez durante a entrevista. A análise da frequência das palavras permite encontrar termos de indexação, aqueles que representam um assunto, ou palavras-chaves (GUEDES; BORSCHIVER, 2005). Para ilustrar as palavras com maior recorrência durante o texto, utilizou-se a nuvem de palavras, como apresentado na Figura 018 referente ao território Furnas dos Baianos.

se ao próprio território, que associada as palavras como “associação”, “farinheira”, “baiano” e “terra”, as palavras indicam as características predominantes do território, que é farinheira e baiano, povos baianos trouxeram a atividade para a região e desde então está intrínseca no contexto histórico o território.

Os demais grupos de palavras que se ramificam na figura, entendem-se que estão interligadas as questões que envolvem o turismo e o território quilombola, como a palavra “trilha” no mesmo grupo de palavras como “corda”, “rapel” e “agência”, identificados pela cor azul roxa, bem como a expressão “comunidade” que se relaciona a “dificuldade” e ao mesmo tempo com “propriedade”, destacada na cor laranja. O território tem potencial para se desenvolver através da consolidação do turismo e da comercialização da farinha de mandioca, as atividades podem ser complementares, enquanto turista faz uso do ambiente natural e ao mesmo tempo consome a culinária tradicional do território, entretanto não há iniciativas públicas e privadas que contemplem as atividades para o território.

O dendrograma do Território Furnas dos Baianos é apresentado a seguir na Figura 020, demonstrando através de um conjunto de classes as palavras que mais se associam, de acordo com a frequência (OLIVEIRA, 2015).



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

O dendrograma apresenta as palavras de acordo com a significação e o sentido no discurso. O resultado do dendrograma do Território Furnas dos Baianos demonstra a formação dois clusters, composto por cinco classes distintas de palavras. O primeiro cluster é formado pela Classe 2 e Classe 3 que representam igualmente 21,2% de todo corpus textual e também por a Classe 5 representando 18,2%, este primeiro cluster agrupa as classes de expressões com maior representatividade do discurso. O segundo cluster é composto pela Classe 1, que representa 15,2% e pela Classe 4 com 24,2% maior representatividade do conteúdo textual.

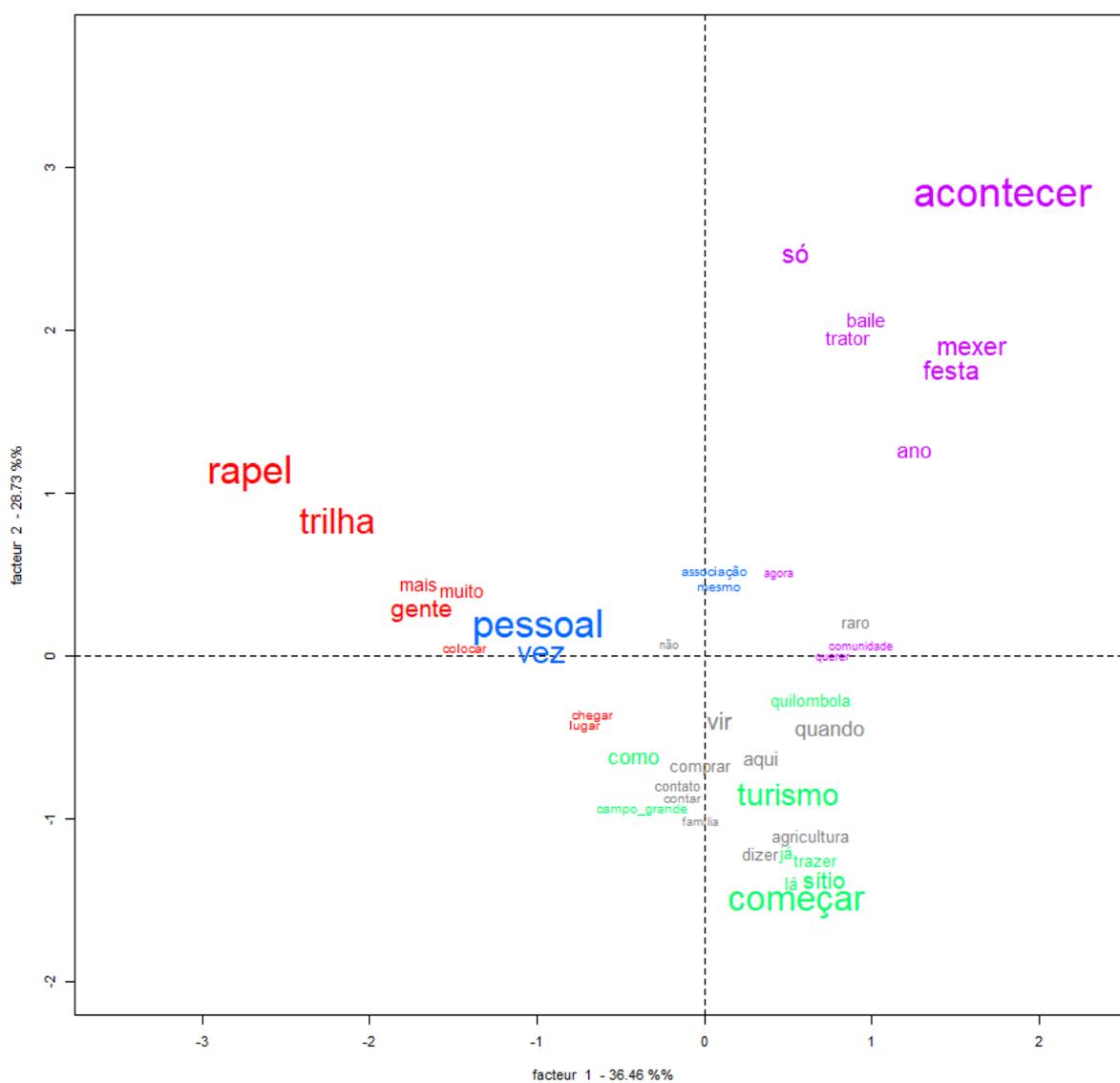
Na Classe 1, as palavras em destaque são rapel e trilha, essas palavras correspondem as atividades turísticas que são oferecidas no território “[...]é uma área de camping, **trilha e rapel** [...]”, a atividade prevê não somente a diversificação da renda, mas também a preservação do local, “[...] recomendamos para não escrever em arvores, não deixar lixo, antes de sair para **trilha** nós conversamos[...]”. A Classe 4, as palavras principais são “pessoal”, “vez”, “trilha” e “associação”. Durante a entrevista é utilizada expressão “pessoal” para se referir ao conjunto de pessoas, que pode ser os membros da comunidade como na passagem “[...] é um incentivo para **pessoal** plantar novamente, muitos tinham parado [...]” ou para os clientes, [...] **as vezes o pessoal** vem para fazer trilha [...], entre outras caracterizações diferentes que são apontadas na entrevista. A palavra “vez” corresponde a palavra vezes que aparece no discurso da entrevista em frases como “Às **vezes** vem família por conta para acampar”, são repetidas diversas vezes durante o corpus textual.

As Classes 2 e Classe 3, ambas representam 21,2 % e pertencem primeiro grupo de palavras. Na Classe 2, as palavras principais são vir e quando. A expressão “vir” corresponde às variações “viemos”, “vieram”, “vem” e “veio”, que se repetem durante os discursos. A palavra “quando” é repetida durante as falas que representando um tempo que já ocorreu, como em “**Quando** nós descobrimos o sítio, estava com um grupo de dezesseis jovens de Campo Grande”, o sítio arqueológico foi descoberto a pouco tempo na Serra do Maracaju, dentro do território quilombola Furnas dos Baianos.

A Classe 3, as palavras em destaque são começar e turismo. A palavra começar, representa as variantes “começamos”, “comecei” e “começou” que dá base ao turismo, que é segunda palavra em destaque na classe. As palavras de correlacionam como na passagem “[...] quando comecei a olhar este lado do turismo, e **comecei** a trazer gente para fazer trilha também [...]”, o turismo é recente no território, agências de turismo de Campo Grande/MS já ofertam visitas ao lugar, para os entrevistados as pessoas querem contato com a natureza, vão em busca de paisagem e aventura.

A Classe 5, também pertence ao primeiro grupo de classes, as palavras acontecer e só se destacam na classe. “Acontecer” traz os desdobramentos do verbo, “acontecia”, “acontece” e “aconteceu” para se referir a fatos que aconteceram no território, como as festas tradicionais que aconteceu, e há quatro anos já não acontecem, devido à falta de estrutura para festa. No gráfico a seguir é apresentado o gráfico da Análise Fatorial Confirmatório a análise consiste no encontro das classes definidas no dendrograma.

Gráfico 08 - Análise Fatorial Confirmatória de Furnas dos Baianos



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

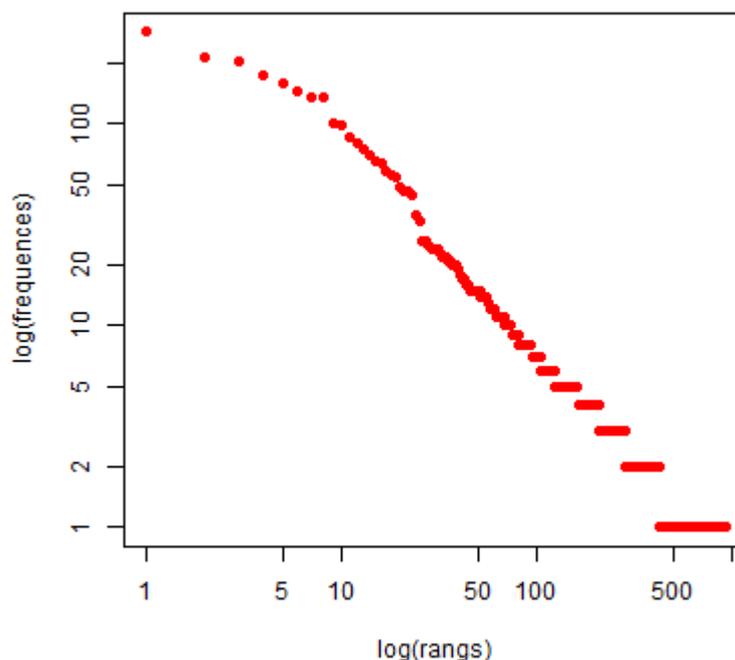
Nota-se a separação das classes nos quadrantes de forma homogênea. Nos quadrantes da esquerda estão as Classes 1 e Classe 4, enquanto no da direita estão Classes 2, Classe 3 e Classe

5. Conseguimos identificar que as palavras chaves das classes são rapel, trilha, pessoal, turismo e acontecer.

4.5 Furnas do Dionísio

Os resultados obtidos através da entrevista realizada com o Território Furnas do Dionísio, demonstram a composição de um corpus textual composto por 5.046 números de ocorrências (Number occurrences), isto é, a quantidade de palavras, formas e vocabulários encontrados na entrevista, sendo que 928 (Number of forms) são palavras que se repetiram e 505 (Hápx) palavras que aparecem uma única vez. Os resultados são apresentados pelo gráfico 09 de Distribuição de Frequência.

Gráfico 09 - Distribuição de Frequência do Território Furnas do Dionísio



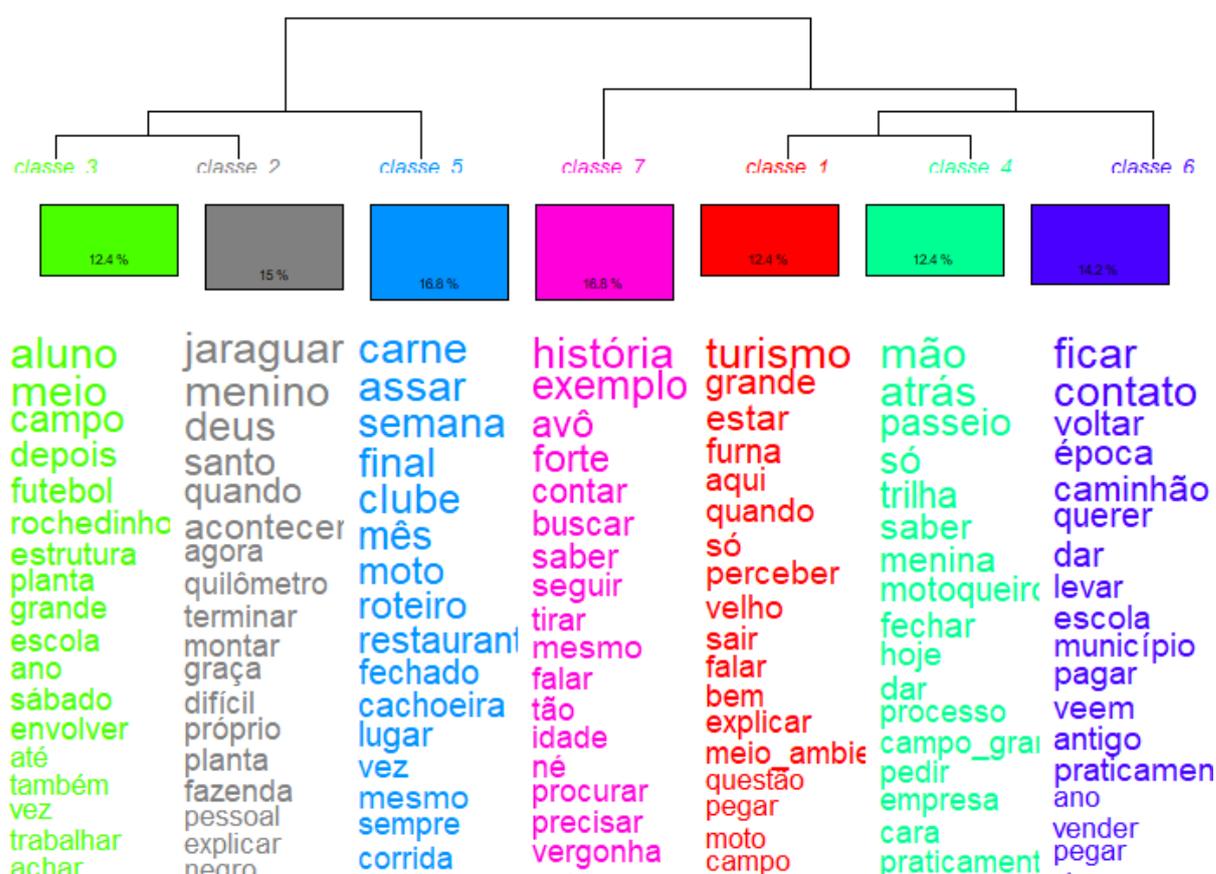
Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

A distribuição de frequência, pertence as análises lexicográficas clássicas, que demonstra através de dados estatísticos as informações sobre o corpus textual. Nota-se que no gráfico 05 apresenta a frequência de palavras através do “log(frequences)” localizada verticalmente e o número vezes que são repetidas no eixo horizontal por meio de “(log)rangs”. A entrevista com Furnas do Dionísio teve a maior extensão textual e atingiu mais de 500 palavras mencionada uma única vez, mas como as anteriores a maioria das palavras

expressão “negro” está vinculada a palavras como dança, catira, movimento e cultura. O turismo é alternativa para a preservação do espaço e da história de Furnas, considera-se a importância da atividade para o território, “[...] quem ganha com isso é a Furnas, as pessoas que vem aqui o que eles lavam de produto, quando ficam acampados aqui [...]”, o turismo leva as pessoas até o território e assim conseqüentemente consomem os produtos produzidos pela comunidade. Quanto a palavra “passeio”, associa-se a “natureza”, “almoço” e “cobrar”. Os passeios são todos em torno das trilhas que possuem no território, há um responsável por coordenar as atividades, as trilhas chegam até as cachoeiras e no retorno os turistas são recebidos com almoço.

Furnas é ponto turístico, que tem potencial para se desenvolver através da consolidação do turismo, que permanece fragilizado, a cultura tradicional de comercialização dos produtos da comunidade, pode ser complementar ao turismo, a culinária, meios produtivos, a história, as arquiteturas fazem parte da experiência turística. O dendrograma utiliza-se do Método de Reinert propõe uma análise baseada na proximidade entre as palavras, assim os segmentos são classificados conforme seu respectivo vocabulário e o conjunto é dividido a partir da frequência das palavras, ou seja, as classes são formadas com palavras que mais se associam (OLIVEIRA, 2015). O dendrograma do Território Furnas do Dionísio é apresentado a seguir na Figura 022.

Figura 023 – Dendrograma do Território Furnas de Dionísio



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

O dendrograma apresenta as palavras de acordo com a significação e o sentido no discurso. O resultado do dendrograma do Território Furnas do Dionísio demonstra a formação de dois clusters, composto por sete classes distintas de palavras. O primeiro cluster é formado pelas Classe 2, Classe 3 e Classe 5, juntas representam a menor porcentagem do corpus textual. A classe 2 que representa 15% do corpus textual, a Classe 3 representa 12,4% e a Classe 5 representando 16,8%. O segundo cluster é composto pela Classe 1, que representa 12,4% e pela Classe 4 com 12,4%, pela Classe 6, representando de 14,2% e pela Classe 7 com 16,8% o mesmo percentual da Classe 5, os maiores em representatividade do conteúdo textual.

Na Classe 3, do primeiro cluster, a palavra em destaque aluno, no território funciona uma escola que garante as crianças e adolescentes acesso a educação, durante a entrevista a escola está em manutenção e poucas salas de aula estava em condições de uso. Na Classe 2, a palavra em evidência é Jaraguá, em referência ao município que o território está localizado, são poucos quilômetros até Campo Grande/MS. A palavra principal da Classe 5 é carne, considerando a base da alimentação nos almoços oferecidos aos turistas “[...] recebe gente de todo lugar, então assa carne, a madrinha faz porco caipira, todo final de semana estão ai [...]”,

após a trilha os turistas são recebidos com churrasco, os movimentos no território são intensificados durante os finais de semanais, reunindo motociclistas, grupos de corrida e visitantes.

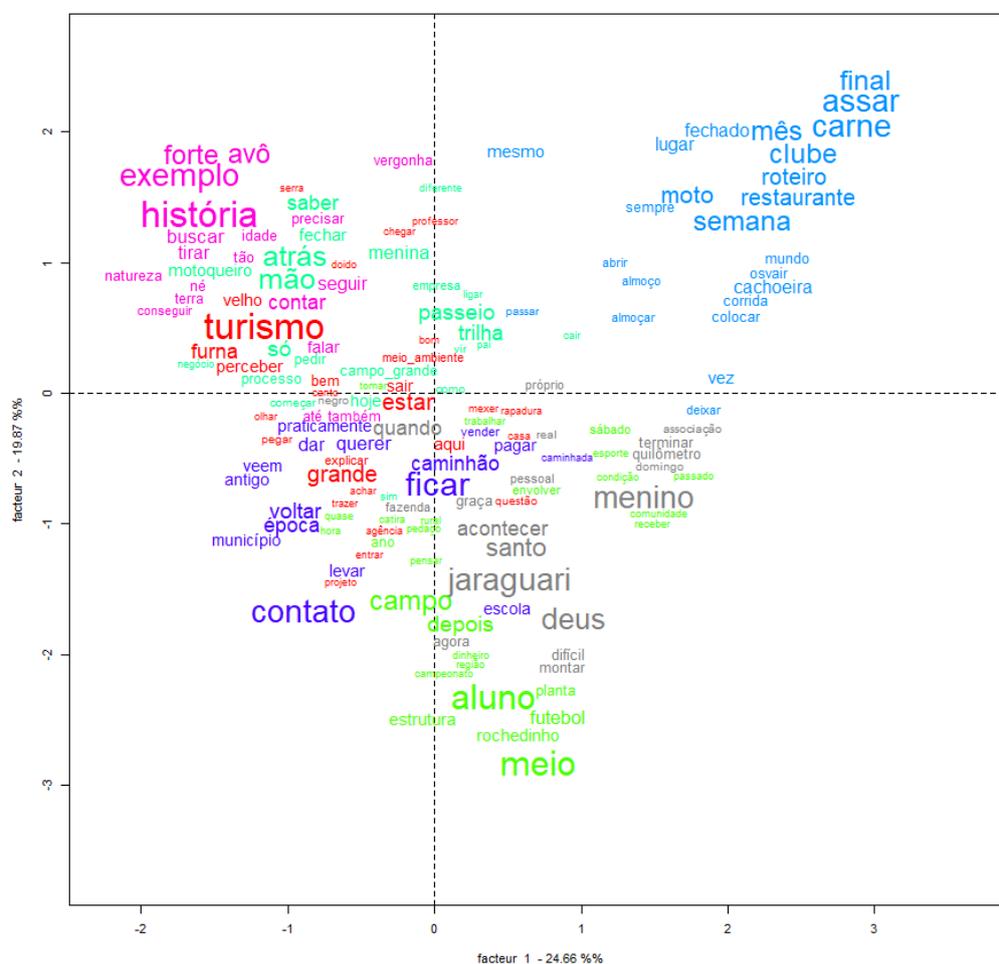
O segundo clusters é formado pela maioria das classes. Na Classe 1 destaca -se a palavra turismo, “[...] *o turismo já estava aqui dentro e as pessoas não percebiam [...]*”, no início os membros da comunidade eram resistentes a implementação do turismo, não estavam abertos a diversificação das atividades econômicas. Na Classe 4, a palavra “mão” e “atrás” são as palavras com maior referência, na frase “*20 anos atrás chegou um amigo do meu primo, ele veio passear aqui na chácara, ele era motoqueiro de trilhas, me chamou no canto e disse, cara, você está com a riqueza nas suas mãos e não sabe aproveitar*”, a comunidade quilombola não acreditava que o turismo poderia ser inserido no cotidiano do território de forma espontâneo. Nota-se pela passagem “*falo turismo, só quando estiver com os documentos na mão*”, a importância pela legitimidade da região como turística, atualmente, as trilhas são organizadas por um membro da comunidade com auxílio de dois ajudantes, o serviço pode ser contratado por agências turísticas de Campo Grande/MS ou com o próprio guia da comunidade via telefone. Ressalta-se o pouco acesso a área telefônica no território.

A Classe 6, representa 14,2% do total do corpus, as palavras destacadas foram “ficar” e “contato”. A palavra “ficar” representa as variações do verbo, como “fiquei”, “ficou” e “ficam, como na passagem, “*mas a grande faculdade da vida é em contato com outras pessoas, fiquei com as escolas de fora, e fiz uma palestra de furnas, desde 1890, mas foi tempo antes a fundação*” na fala do entrevistado observa-se a realização de atuar na atividade turística, apresentar a história de furnas e ter pessoas que se interessem pelo surgimento do território quilombola.

A Classe 7 possui mesmo percentual que a Classe 5 do primeiro grupo, ambas com representam 16,8%, as palavras em destaque da classe são história e exemplo, o contexto da classe representa construção histórica de Furnas do Dionísio, segundo o entrevistado [...] *Recebo amigos, mas tomou uma proporção tão grande, é de todos os lugares, tomou uma proporção tão forte, por exemplo, só aqui do brasil, mas de outros países que vem para buscar história de furnas [...]*, o território quilombola atrai toda semana dezenas de turistas que vem não só de regiões do Brasil, mas de outros países, os registros são feitos em cadernos e são realizados no início do passeio, assim como outras funções como preenchimento dos dados e pagamento das taxas. Outro fator apontado na Classe 7, é o incomodo dos mais velhos do território em contar a história de furnas, “*o pessoal velho se sente retraído, um pouco é vergonha de se abrir de falar*”, ter pessoas desconhecidas para conhecer a história de vida da

comunidade é desconfortável para alguns do território. A seguir é apresentado o gráfico da Análise Fatorial Confirmatória a análise consiste no agrupamento das classes apresentadas no dendrograma.

Gráfico 010 - Análise Fatorial Confirmatória do Território Furnas de Dionísio



Fonte: Elaborado pelo autor por meio do Iramuteq (2021).

Observa-se que o gráfico está dividido entre os grupos de classes. O primeiro quadrante representa o segundo grupo formado pelas Classes 1, Classe 4, Classe 6 e Classe 7, no qual as palavras chaves são exemplo, história, turismo e contato. No segundo quadrante está o menor grupo de classes formado pelas Classes 2, Classes 3 e Classe 5, em que as palavras chaves são carne, assar, Jaraguari e aluno.

A organização de observações e entrevistas exige a utilização métodos rigorosos que envolve a coleta, a armazenagem, tratamento e recuperação das informações. No caso dos territórios quilombolas, as entrevistas dão acesso as crenças, percepções, experiência manifestados pela linguagem verbal e gestual, não acessada por meio de documentos, imagens e questionários. Transcrever e interpretar cada fragmento da entrevista é conhecer os dilemas

do cotidiano dos pesquisados e dar sentido a construção social dos territórios. A sistematização desses procedimentos beneficia a produção de conhecimentos em pesquisas de característica qualitativa (SOUSA et al, 2020), e além disso, aumenta a eficiência do processo, facilita a localização de segmentos do texto e auxílio no processo de codificação (SOUZA, et al, 2018).

O software Iramuteq, através das ilustrações lexicográficas organizou o vocabulário das entrevistas realizadas com os territórios quilombolas de forma compreensível e visualmente clara, no entanto, exige do pesquisador conhecimento sobre as análises para sustentar o processo interpretativo (CÚRCIO, 2006). Com isso, a utilização do software não desconsidera a importância da análise realizada pelo pesquisador e os aspectos particulares da análise de conteúdo, ou seja, as análises lexicais dão suporte ao pesquisador, para extrair informações sobre os discursos e colaborar para no entendimento sobre as territorialidades que envolvem os territórios.

Desta forma, a falta de conhecimento sobre conteúdo e a interpretação equivocada e intuitiva sobre as ilustrações, poderia gerar duplicidade no significado dos contextos, desconsiderando os aspectos éticos da análise. É relevante destacar também, que as análises do Iramuteq utilizadas são fundamentadas na frequência, associação e encontro de dados textuais, com isso, passagens que são fundamentais no processo de categorização, por exemplo, pode não ser inseridas no contexto de análise do software.

Nota-se também que o tamanho do corpus textual pode interferir na produção das ilustrações. As entrevistas utilizadas são consideradas de baixa variação de palavras e número de ocorrências, entretanto, foram possíveis obtenção das análises do Iramuteq, mas corpus textuais pouco explorados não são processados para análises como dendrograma e a análise fatorial confirmatória pelo software. Dessa maneira, o pesquisador deve atentar-se a influência do roteiro de entrevista sobre os entrevistados e as limitações operacionais devem ser consideradas (SOUSA et al, 2020).

Neste sentido, os dados apresentados são representativos para o desenvolvimento da pesquisa, já que trazem questões econômicas, sociais e políticas, que envolve todos os territórios, com isso, a principal contribuição do Iramuteq na pesquisa é oferecer a antecipação dos resultados para subsidiar a análise de conteúdo e o aperfeiçoamento de pesquisadores qualitativos em software para fins de análise textual. Portanto, para corroborar e aprofundar as análises da pesquisa, seguimos para as próximas seções, que dão suporte as análises realizadas com auxílio do Iramuteq.

5 QUILOMBOS E AS DIMENSÕES TERRITORIAIS

A legitimação de cada território quilombola ocorre com a construção de um sentimento de pertencimento e identificação cercado de relações históricas, políticas, sociais e culturais. Assim, compreendemos que a complexidade das interações humanas no território dá forma a territorialidade que surgem como um conjunto de ações coletivas locais (HAERBAERT, 2004; SAQUET, 2015). A partir das dimensões territoriais é possível mapear os caminhos trilhados pelos territórios quilombolas para produção das territorialidades.

Quadro 07 – Definição das Categorias de análise

Territórios Quilombolas	
Categorias Teóricas	Fatores de análise
Territorialidades: relação político-jurídico, simbólico-cultural, econômico nas relações sociais, institucionais e ambientais no território (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2003; HAESBAERT, 2005).	Políticas públicas, regularização fundiária, incentivos as atividades econômicas, sociais e culturais; agricultura familiar e turismo no espaço rural; aspectos culturas e suas tradições
Agricultura Familiar: envolvimento com práticas de cultivo no território, bem como as políticas de desenvolvimento rural. (WANDERLEY, 2000;2004; SAVOLDI; CUNHA, 2010; SCHNEIDER, 2014)	Pluriatividade, precariedade de insumos e estrutura, diversidade produtiva e falta de incentivo público
Turismo em espaço rural: fomentador da preservação do patrimônio cultural e histórico, uma diversificação da receita do produtor rural (GRAZIANO DA SILVA, 2000; TULIK, 2003; CAMPANHOLA; ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010)	Melhores condições de vida, trabalho e renda, diminuição do êxodo rural, preservação da tradição quilombola e as dificuldades de implementação da atividade

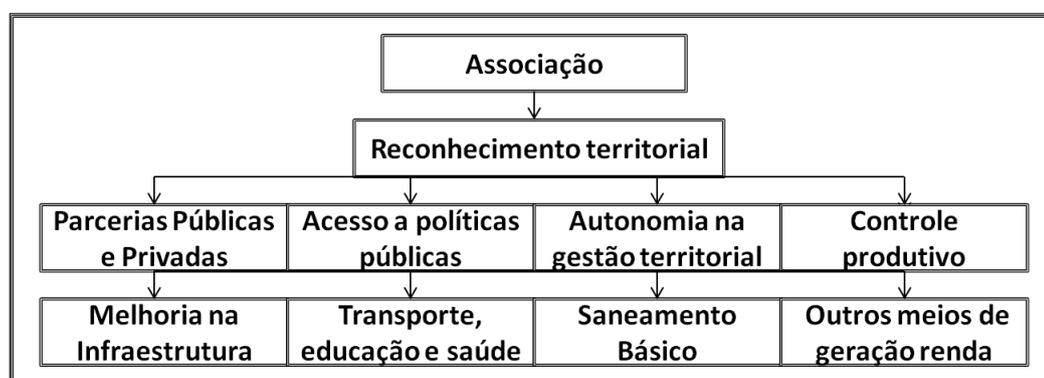
Cada território possui suas próprias territorialidades formadas por um conjunto de ações que fazem parte das transformações e realidade local. Com o desenvolvimento da pesquisa, principalmente na fase exploração material, notou-se a individualidade de cada território quilombola, isto, em razão da extensão do espaço físico, quantidade de membros da comunidade, as questões estruturais de moradia, acesso a informação, aos recursos básicos como água e energia elétrica, aos fatores econômicos e ambientais.

Dematteis (1970), compreende a concepção de território como a formação social, calcada em desigualdades, que revelam contextos territoriais diversos, que varia do local ao global. Naturalmente, um espaço territorial, é marcado por diferenças, com isso cada sistema territorial converge na sua própria territorialidade, no entanto, observamos que dado o conjunto

de ações e desafios enfrentados pelos grupos estudados os resultados são um coeficiente comum, ou seja, as lutas e tramas, são as mesmas, entretanto, estão em estágios diferentes do processo de desenvolvimento.

Sobre a perspectiva territorial, para os territórios quilombolas a criação de uma associação é marco inicial para regularização do território e o elo com instituições públicas e privadas. Com a associação a luta para melhorias na qualidade vida e desenvolvimento da atividade agrícola passam a ser mais eficientes, visto que, após a constituição da associação podem ser contemplados com projetos, leis, programas institucionais que podem contribuir para desenvolvimento do território.

Figura 24 – Organização da Associação Quilombola



Fonte: elaborado pela autora. (2021)

Os membros das associações são responsáveis por coordenar e organizar todo processo produtivo das atividades, além de coordenar suas estratégias, vivem suas dificuldades e fazem parcerias (LAMARCHE, 1994). As políticas públicas brasileiras voltadas aos territórios quilombolas auxiliaram no desenvolvimento da educação, saúde, habitação e infraestrutura da comunidade, no entanto a falta de recursos e incentivos acabam colocando os territórios em situações de vulnerabilidade. O desenvolvimento territorial depende de um conjunto de ações como o acesso ao território, suporte técnico, moradia, saneamento, energia elétrica, educação, saúde e bem-estar.

Entre os territórios, Família Ozório é o mais desfavorecido de estrutura, apesar de recorrer ao Ministério Público para aquisição e regularização de serviços básicos, os moradores seguem em situação de vulnerabilidade. As vias de acesso aos territórios são precárias, as estradas são sem pavimento e em períodos de chuva o deslocamento não é viável. As moradias possuem com coberturas improvisadas como em Furnas do Dionísio e Família Ozório. Os

territórios carecem de infraestrutura básica, como água encanada, energia elétrica e acessibilidade.

Desde o ano de 2016, não há reconhecimentos de novas comunidades no Brasil, a mudança de governo e a reestruturação dos ministérios fez com que prejudicasse o processo de reconhecimento territorial dos territórios quilombolas brasileiros, sendo que apenas 1,96% das comunidades quilombolas tiveram seus títulos emitidos pela União (SANTANA, 2018; SOUZA; MORETTI, 2019).

O Estado é um dos agentes regulares de poder no território juntamente com empresas privadas, através de mecanismos de regulação monetária, financiamento, leis e da política (GALLO, 2017). Este, tem um papel importante para regularização dessa população, não somente em aspectos burocráticos e legislativos, mas também em princípios, valores e políticas que garantem a inclusão e igualdade no espaço territorial.

Importante no processo de comunicação entre território e poder público, as lideranças também exercem influência nos territórios, normalmente representados pelos presidentes das associações e personalidades próximas a história dos territórios. As lideranças são importantes agentes na busca por minimizar os efeitos da omissão do Estado e garantir os direitos quilombolas.

Os líderes são atuantes do Movimento Quilombola e Movimento Negro do Mato Grosso do Sul, buscam captação de recursos e políticas, pressionando o poder público e privado para que possam auxiliar no desenvolvimento do território. Em Corumbá/MS o projeto Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA) é responsável pelo apoio à identificação e organização das comunidades remanescente de quilombos do município, é independente, a presidente não é membro das comunidades quilombolas, mas utiliza do instituto para auxiliar na regularização dos territórios.

O INEGRA tem uma função importante para os territórios quilombolas em Corumbá, *“Corumbá tem comunidades quilombolas, atrás do IMNEGRA que desfila e mostra a comunidade, para gente é importante, antes disso, éramos esquecidos”* (integrante do território Família Campos Correia), as instituições públicas e privadas são aliadas aos territórios para gerar autonomia e implementar novas estratégias.

Os gargalos do poder público refletem no desenvolvimento e consolidação dos territórios, a falta de organização dos processos, os aspectos burocráticos e legislativos, a dificuldade de comunicação entre território e estado e a ausência de incentivos refletem nas dimensões econômicas e culturais dos quilombolas. Os territórios quilombolas no Mato Grosso do Sul possuem realidades e necessidades distintas, precisam de apoio e incentivos políticos

econômicos para fortalecer os meios de promoção e produção de renda, e socialmente, na inclusão e na melhoria nas condições de vida.

Nos territórios quilombolas, a agricultura familiar é uma realidade apesar das dificuldades de controle, manutenção e produção. A produtividade depende de fatores como infraestrutura, sazonalidade, qualidade do solo e mão de obra. A comercialização dos produtos é realizada em supermercados, feiras, pequenos comerciantes e eventuais consumidores que vão até as comunidades. Entretanto, a falta de estrutura e planejamento reduz a oportunidade de comercializar em volumes maiores.

Com problematização estrutural e comercial, observou-se também a deficiência de mão de obra. Nos territórios quilombolas da pesquisa a falta de mão de obra é consequência da evasão rural, muitos, principalmente os mais jovens, saem do território para trabalhar e estudar, nos poucos casos retornam ao território. Não veem nos territórios uma possibilidade de desenvolvimento querem buscar melhores condições de trabalho e renda. Esse movimento para os territórios quilombolas vem ocasionando o enfraquecimento das culturas tradicionais, ao mesmo tempo, que é preciso inserir novas possibilidades a fim de diminuir a saída dos territórios.

Economicamente, os territórios quilombolas estudados em sua predominância atuam com a agricultura familiar, produção e venda de legumes e hortaliças, pesca e turismo e estão localizados em áreas rurais. Na agricultura familiar, Chácara Buriti têm melhores condições de desenvolvimento da atividade. Furnas do Dionísio e Furnas dos Baianos atuam também na área do turismo rural, os territórios desfrutam do ambiente natural cercados de trilhas, cachoeiras e rios para pluriatividade da agricultura familiar. Enquanto, Família Campos Correa e Família Ozório, utilizam da pesca como diversificação de trabalho, renda e subsistência.

No cotidiano, os agricultores precisam diversificar as fontes de renda para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sustentável, para os agricultores quilombolas essa realidade também se torna viável, na pesquisa propomos a inserção da atividade turística (WANDERLEY, 2004). As especificidades e incertezas da atividade fazem com que os quilombolas se mobilizem para diversificar as fontes de renda dentro da comunidade.

A falta de recursos e insumos, desencoraja a produção fazendo com que as famílias busquem outras formas de garantir trabalho e renda (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003; WANDERLEY, 2004). Investem em outras atividades produtivas como turismo rural, agroturismo, turismo de pesca, artesanato e diversificação produtiva.

Os territórios quilombolas vivem suas particularidades e fazem das atividades econômicas seus meios de subsistência. O território Chácara do Buriti, tem suas atividades

voltadas a agricultura familiar, com a produção de legumes, verduras e hortaliças, o território participa de programas como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) impulsionam a comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar, direcionados a produção da merenda escolar que segundo a presidente da associação *“até então era um sonho para agricultura familiar”*, a inserção do território em programas públicos é um marco para o desenvolvimento e promoção da produção agrícola. O processo é organizado através da associação e os membros são ativos nas tomadas de decisões do território.

Os territórios quilombolas Campos Correa e Família Ozório, estão localizados na região ribeirinha do município Corumbá, próximos as margens do Rio Paraguai, mas apesar da proximidade ao rio as estruturas dos territórios são distintas, Família Ozorio possui um território delimitado e organizado, a principal fonte de renda é da agricultura, o território produz hortaliças e atua na atividade de pesca, com a falta de estabilidade na produção e fatores estruturais segundo a associação *“tem que ter uma área boa, Corumbá é quente tem que ter cobertura e é muito caro”* o território comercializa seus produtos para pequenos mercados de Corumbá.

O território Campos Correa possui uma localização desprivilegiada, com ausência de estruturas de moradia, segurança e trabalho prejudicada, a origem da renda está associada a atividade de pesca *“A maioria são pescadores profissionais, com carteira”*, os membros da comunidade são terceirizados por outras empresas privadas vinculadas a atividade de pesca no município. Os potenciais de turismo de pesca no território são evidentes, a associação ainda evidenciou o desejo de aliar a pesca com culinária e tornar-se ponto turístico.

Furnas do Dionísio e Furnas dos Baianos são territórios que atuam na agricultura familiar e no turismo. Furnas do Dionísio, em Jaraguari/MS, produz pequenos plantios de legumes e verduras e a rapadura que são comercializados no CEASA de Campo Grande/MS no próprio território e em mercados. A prática do turismo no território se iniciou em torno dos anos 2000, *“e o turismo já estava aqui dentro e as pessoas não percebiam os moradores não queriam, pessoas fechadas”* diz o responsável por iniciar a atividade no território, que atualmente acompanha a atividade com a prática de trilhas e visitas ao território.

Com os anos, cresceu as possibilidades de turismo em Furnas do Dionísio, o território passou a receber turistas de diversos lugares e as agências de turismo de Campo Grande/MS se interessaram pelo lugar e oferecer o passeio aos turistas. A limitada experiência com a organização, estruturação de roteiros e dinâmicas do turismo faz com que o território faça

parcerias com agências de turismo para atrair mais pessoas, no entanto, todo percurso da é realizado por um membro da associação quilombola.

No turismo, o mesmo acontece em Furnas dos Baianos, há pouco tempo disponibilizam de atrativos turísticos, visitas, trilhas, camping e rapel, a maioria dos turistas são trazidos por agências de turismo de Campo Grande/MS, a atração mais popular é o sítio arqueológico que pertence ao território. Na agricultura, a principal atividade é a utilização da farinha comunitária, cada produtor é responsável pela produção e comercialização da farinha que normalmente é comercializada em cidades próximas, com extrema importância para o território a associação luta pela regularização e certificação da farinha, além disso, no território possui plantios de verduras e legumes utilizados principalmente para subsistência. Entretanto, percebe-se que atividade turística é a mais atuante no território devido à riqueza da paisagem e da condição histórica.

Ao implementar o Turismo no Espaço Rural nos territórios quilombolas não representa somente a diversificação das atividades agrícolas, mas também um fator de pluriatividade, em conformidade as atividades econômicas e culturais desenvolvidas em ambiente rural, entre elas, a produção do artesanato, produção e venda de produtos tradicionais alimentícios, criação de empregos, manutenção e conservação das paisagens naturais e a preservação das tradições locais (RIQUE; VIAN, 2011).

O turismo cultural pode ser implementado nos territórios observados, a paisagem cultural do território é afetiva, sensorial, simbólica e material (ALMEIDA, 2017). A paisagem cultural demonstra a identidade territorial que os turistas desconhecem ao visitar um território quilombola, *“é uma comunidade negra, a pessoa chega e acha que aqui tem um samba, umbanda, senzala, como um verdadeiro negro”*. Os territórios quilombolas são cercados de materiais intangíveis, que revelam o cotidiano, os conflitos, festividades e sonoridades, rusticidade e tradições. O turismo cultural precisa ser compatível aos recursos econômicos, sociais e culturais, assim garantem a base alimentar com plantio e consolidação da identidade étnica e cultura.

Nos territórios Chácara do Buriti, Família Osório e Campos Correa o turismo não é exercido, mas são áreas com potencial de desenvolvimento turísticas. Além dos aspectos culturais que podem ser explorados turisticamente nos territórios, Chácara do Buriti, tem potencial para o agroturismo, enquanto Campo Correa e Família Osório, poderiam atuar no turismo pesca, agroturismo e turismo gastronômico, todos os territórios são localizados em áreas de extremo potencial turístico.

Para Haesbaert (1997), com a dinâmica global os espaços são suscetíveis as mudanças, alterando a identidade territorial, inserir novos meios de produção de renda traz alterações territoriais que são conscientes aos indivíduos, pois, conseguem preservar suas essências imaterial, como o lugar, a cultura e a história. Como possibilidade de desenvolvimento territorial, alicerçado a agricultura familiar, os territórios possibilitam a inserção de atividades turísticas, em um processo de reterritorialização, os territórios estão localizados em áreas rurais e ribeirinhas, cercados de ambientes naturais que propiciam lazer e entretenimento (LUCHIARI, 2002).

Entretanto, nota-se a dependência sobre instituições públicas e privadas, os territórios quilombolas são ancoradas a diversas instituições, que de certa forma limitam e auxiliam em seu desenvolvimento, ao mesmo passo que promovem o desenvolvimento e a conquista de novas possibilidades, os limitam a ter uma condição de causa e efeito, então somente a ação é realizada, se as instituições estiverem unidas e presentes durante todo processo. O processo de emancipação econômica dos territórios só acontecerá quando estiverem consolidados com as atividades da agricultura e turismo, reunir conhecimento técnico e terem acesso a políticas inclusivas e efetivas que contemple todo processo produtivo.

Manter as tradições e os preceitos é fundamental para essência e continuidade dos territórios, inserir a pluriatividade na agricultura familiar está associada a uma demanda de reterritorialização, onde as atividades turísticas complementam a agricultura tradicional. Mas, há um percurso distante e complexo entre as duas atividades, enquanto a agricultura familiar exerce um papel de preservação histórica, o turismo assume uma posição menos conservadora e desafiadora para os territórios.

A agricultura familiar é um processo tradicional quilombola, utilizada para subsistência e exerce função econômica, mas que mesmo tempo tem pouca eficiência, isto, em razão de diversas deficiências, como a qualidade da terra, infraestrutura, sazonalidade, qualidade de plantio, falta de incentivo e a comercialização. A diversificação da atividade é a possibilidade de conquistar novas caminhos aliado a história, ao território, a comunidade, a novas fontes de incentivo e ao fortalecimento da agricultura familiar, unindo agroturismo, turismo gastronômico e o turismo de pesca.

As produções de novas territorialidades ocasionam nos territórios alterações importantes no processo de expansão, criação, modificações e exclusão (HAESBAERT, 2004). Observamos mudanças no posicionamento dos gêneros, na influência do estado e também culturalmente. A cultura tradicional afrodescendente vem se dissipando nos territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul

Na religião, por exemplo, não são predominantes entre os territórios as religiões de matriz africana, como a umbanda e o candomblé, que tipicamente estariam presentes nos territórios quilombolas, prevalece a presença da religião evangélica e do catolicismo. As religiões de matriz afrodescendentes carregando uma carga de preconceito e discriminação ao longo da sua história, assim a introdução de outras religiões ganhou força dentro dos territórios e conquistou a maioria dos quilombolas observados.

Nas festividades tradicionais que acompanham os territórios, por sua vez, demonstraram singularidade, cada território tem suas tradições festivas a serem comemoradas. No território Furnas do Dionísio, acontece no mês de junho a festa de Santo Antônio, o evento reúne todos do território para típica dança de quadrilha, no mês de agosto comemoram a festa da Rapadura, culinária típica e marcando do território, a festa reúne pessoas de fora do território interessadas em experimentar as rapaduras, e em novembro comemoram a consciência negra também estimulando danças, como catira e o envolvimento de toda comunidade.

O território Família Campos Correa comemora em julho a festa de São João, a festa é uma tradição da família a anos, tem objetivo de reunir toda a comunidade e priorizar atividades culturais. Os demais territórios relatam a existência de festividades, no entanto, faziam muitos anos que não realizam devido à ausência de recursos, infraestrutura e falta de incentivo local.

As questões culturais e tradicionais pertencem ao campo imaterial da dimensão simbólica-cultural. Nos territórios quilombolas percebemos que mesmo que as mudanças ocorrem a luta pelo reconhecimento da terra, as festividades, a preservação da culinária e do artesanato aspectos imateriais, são conservadas. Dessa forma, a mudança realizada pela sociedade do território, amparada por seus recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, é fundamental para fortalecimento dos povos tradicionais e manutenção do território sem perder a essência original (DALLABRIDA, 2011).

Território	Territorialidade Quilombola
Político	Lentidão no processo de regularização fundiária Ausência de infraestrutura básica Falta de comunicação entre poder público e territórios quilombolas
Econômico	Diversificação produtiva Fortalecimento da agricultura quilombola Políticas públicas de desenvolvimento turístico
Cultural	Inserção de religiões de denominações cristãs e eurocêntricas Protagonismo Feminino Força do Movimento Negro

Fonte: elaborado pela autora. (2022)

Notamos a produção de novas territorialidades nos territórios quilombolas observados, são produzidas na tentativa de se encaixar aos ambientes políticos, econômicos e sociais, ou seja, são condicionadas a se inserirem ao processo de reterritorialização que ocorrem naturalmente ou pressionada por motivações externas.

Durante a exploração do campo foi perceptível o papel das lideranças femininas nos territórios, a atuação das mulheres na tomada de decisão, com as passagens nos territórios ficou evidente a força dos discursos femininos e a influência das mulheres nas causas negras e quilombolas. A presidente do INEGRA conta que sua motivação as causas negras e quilombolas se dá em virtude de discriminação racial *“passei por um processo de discriminação racial, não existia nenhuma lei antirracismo, tinham leis, mas não diziam que injuriar uma pessoa pelo fato de ser negra constituía em crime, e não existe secretarias que tratam dessa questão”*.

A manifestação da potência no discurso feminino, principalmente feminino negro, durante as entrevistas, as falas femininas remetiam ao existir negro, suas lutas, as posições de resistência que até hoje são marcadas pelas heranças da escravidão. Em uma das passagens é dito por uma das entrevistadas *“é difícil acreditaram que sou negra, sou negra e descendente de quilombola [...] falaram que sou índia e não quilombola”*, o fato de resistir e querer apresentar suas raízes e fruto de vivência com outras mulheres, denominadas negras, fortes e guerreiras, *“Mas aprendi isso, não foi com os meus parentes, por que sou mulher (presidente da INEGRA) é mulher ela é batalhadora, eu vejo ela brigando e lutando, é uma admiração”*. Resistir às lutas contra os estereótipos, ao abandonar as dificuldades de serem ouvidas, a

cultura, representam os fatos guardados na memória não só daquelas mulheres, mas de todas nós, mulheres negras e pessoas negras que sofrem com preconceito e tem suas vozes reprimidas.

As práticas racistas acontecem de diversas dimensões nos territórios quilombolas, isto, deveria as condições precárias, baixos níveis de renda e a dificuldade de acesso (ARRUDA et al, 2020). Homens e mulheres negros e negras quilombolas, ou não, precisam se reafirmar em todas as situações, dizer quem são e por que ocupam os lugares que estão. Questionados sobre ser quilombola afirmam que as vezes são esquecidos, *“mas nós tivemos o trator e a farinha, pelo fato de ser uma comunidade quilombola”*, tornar-se quilombola legalmente é fundamental para conseguirem participar de políticas públicas.

As tradições são passadas para as próximas gerações *“eu sou quilombola, meu filho diz a mesma coisa e ele se identifica”* diz a entrevistada, que por ser menos retinta que a família é sempre questionada por sua história e descendência. A violência está por todo lado, trazer à tona o desconforto negro e quilombola, é resistir e apresentar a sociedade a realidade repleta de preconceito, lutas, racismo e desigualdades.

Assim, é possível compreender como as vozes negras quilombolas são subalternizadas e oprimidas, denunciar a precariedade de como vivem os territórios é reivindicar os direitos básicos omissos de regulação fundiária e do conjunto de serviços públicos que deveriam ser oferecidos. A reflexão de Ribeiro (2019) aponta que é preciso amplificar a voz dos sujeitos negros aquilombados. Para a autora, os territórios quilombolas devem ser reconhecidos como espaços de potência, capazes de manifestar novas sociabilidades, epistemes criativas, conhecimentos socialmente relevantes, além de diversas maneiras evidência a ideia de que a vida nos quilombos seja possível e viável.

6 DENTRE AS POSSIBILIDADES, O TURISMO NO ESPAÇO RURAL

As análises anteriores reafirmam as discussões de Arruda, Mariani e Nolasco (2021), quando apontam que as comunidades quilombolas devem ser vistas sobre a ótica decolonial, onde os valores coloniais e hegemônicos são superados e capazes de implementar novas formas de produção de conhecimento.

É possível a criação de novos direcionamentos a partir da resistência, da sociabilidade e da criatividade, personifica um caminho para alcançar a emancipação das comunidades. Assim, consideramos que a inserção do turismo no espaço rural possa fortalecer o processo de emancipação, mesmo com a omissão do Estado, das políticas públicas e da sociedade.

O turismo no espaço rural, compreende ao conjunto de possibilidades turísticas, como o Turismo Rural, Turismo Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Saúde, Turismo Cultura e Turismo Esportivo entre outras modalidades, entretanto, essas são compatíveis as características dos territórios quilombolas da pesquisa.

Além da ruralidade nos territórios, o turismo impulsionaria a pluriatividade e diversificação das fontes de trabalho e renda, a preservação da identidade, paisagem e o patrimônio (SANTOS, 2013). O Quadro a seguir apresenta as descrições sobre as modalidades de Turismo em Espaço Rural.

Quadro 08 – Modalidades Turísticas

Modalidades	Definições
Turismo Rural	Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas em ambiente rural, comprometidas com a produção agropecuária, valorizando produtos e serviços em promoção ao patrimônio cultural e natural da comunidade (MIT, 2010)
Ecoturismo	Atividade que visa a valorização da cultura e da sustentabilidade ecológica, principalmente os recursos naturais. Proporcionando aumento da renda da propriedade e preservação das áreas naturais (ROQUE; VIVAN, 1995).
Turismo de Aventura	Preza pelas características naturais e ambientais, na experiência com o ambiente ao ar livre, além da beleza visual (OMT, 2003).
Turismo Cultural	Corresponde ao interesse pelos atrativos locais, a cultura, a arquitetura, aos diferentes aspectos culturais em extinção (SOARES, 2007).
Turismo de Saúde	Utiliza-se do espaço para finalidades terapêuticas, estéticos, de bem estar físico e psíquico (DORNELES, 2009).

Turismo Esportivo	Atividades decorrentes de práticas e apreciação de modalidades esportivas (BRIZOLLA, 2006).
Turismo de Base Comunitária	Valoriza o patrimônio cultural, bem como o ambiente natural (GIAMPICCOLI, 2015).

Fonte: elaborado pela autora com base em Roque e Vivian (1999); Dorneles (2009); Brizolla; (2006); Soares (2007); OMT (2003); MIT, (2010).

Há uma variedade de modalidades que podem ser exploradas nos territórios quilombolas, isto, conforme seus espaços rurais, a agricultura familiar, a cultura tradicional quilombola, o ambiente natural, a gastronomia e a arquitetura. Entretanto, possuem fatores que limitam e impedem que atividade seja colocada em prática como a falta de incentivo público e privado, desconhecimento da existência dos territórios quilombolas, baixa capacidade econômica, ausência de infraestrutura adequada, impedimentos burocráticos, falta de equipamentos específicos para cada atividade, além da dificuldade de acesso as informações, falta de planejamento de gestão, ausência de roteiros turísticos, falta de mão de obra e resistência dos membros do território.

Diante das demandas que fragilizam o desenvolvimento da atividade turística, somada a realidade local dos territórios, compreendemos que um conjunto de ações econômicas, políticas, culturais e sociais como desenvolvimento profissional, fortalecimento da escolaridade, promoção ao empreendedorismo, poderiam auxiliar no processo de prestação de serviço, ampliar a empregabilidade e garantir o aumento da renda a partir do turismo no espaço rural.

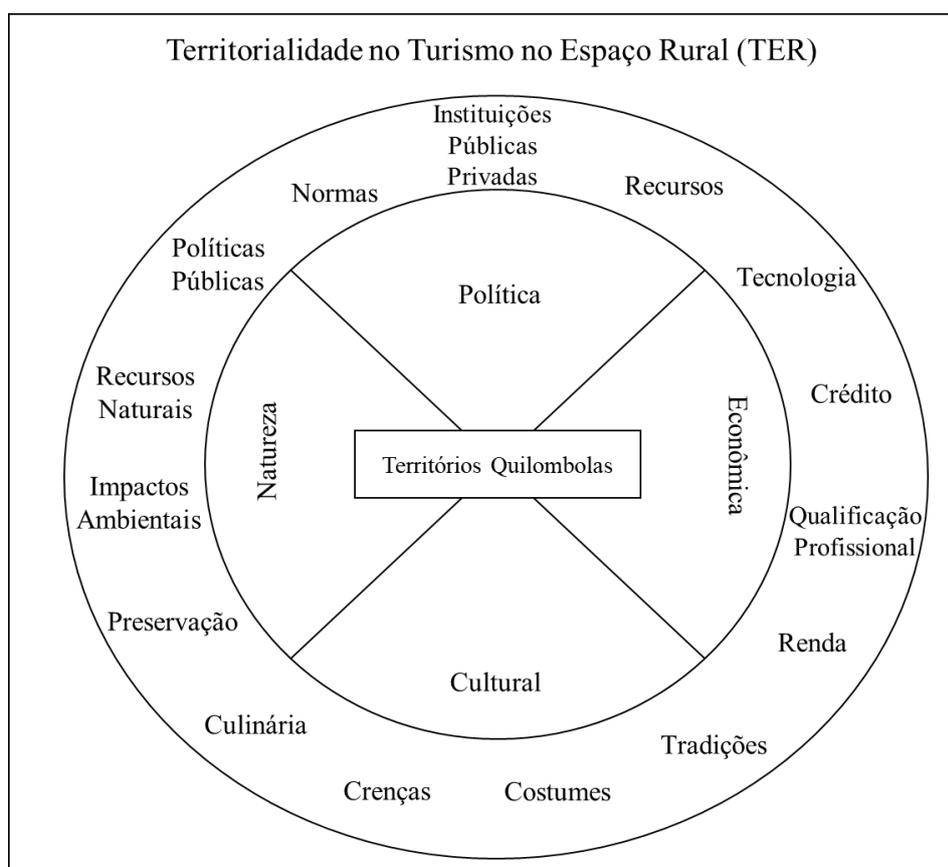
Ações de fortalecimento do turismo em áreas quilombolas tem objetivo de contribuir com a promoção dos atores internos, a partir da valorização e empregabilidade da mão de obra de jovens e adultos, articular o aperfeiçoamento do processo formativo na prestação de serviços turísticos, fortalecendo a relação entre atores internos e externos, promover o empoderamento possibilitando melhores condições de vida e permanência nos territórios quilombolas.

Entretanto, além da necessidade de implementação da atividade turística é preciso garantias de que os territórios terão protagonismo comunitário e participação social em todas as fases do processo. Para que isso ocorra é necessário:

- Considerar as manifestações do interesse de cada comunidade, já que estão em graus distintos de conhecimento turístico, Furna do Dionísio e Furna dos Baianos, já realizam atividades turísticas em seus territórios.
- Avaliar o nível de organização social, formal ou informal dos territórios. Considerando os atores internos, fatores de evasão rural e suas especificidades.

- Priorizar a participar do território em todo processo (escolha das atividades, do cronograma, da equipe, no desenvolvimento e avaliação da atividade).
- Garantir que gestão ocorrerá de acordo com o desejo dos envolvidos (ganhos, perdas, garantias e desvantagens)
- Incentivar a participação de todos os membros do território e a utilização da associação dos territórios na busca por parceiras públicas e privadas

Figura 026 – Territorialidade no Turismo no Espaço Rural



Fonte: Adaptado pela autora.

Ao considerar uma possível pluriatividade da agricultura familiar entende-se que a inserção da atividade deve contribuir para o desenvolvimento e promoção do território, do trabalho e da renda. Foi identificado nos territórios quilombolas estudados os seguintes integrantes da base territorial:

- Os membros dos territórios envolvidos na atividade
- Servidores públicos das instâncias municipais, estadual e federal
- As instituições que auxiliam os territórios
- Agenciadores de serviços turísticos

- Turistas e visitantes

Com isso, entendemos que ao propor a implementação do turismo em espaços quilombolas atuamos com os atores externos aos territórios, aqueles que estão na linha de frente da atividade, e com os que estão inseridos e são trabalhadores do turismo, como prestadores de serviços público e privado e os atores internos, os membros dos territórios quilombolas, representados por pessoas jovens e idosos, que não possuem conhecimentos teóricos sobre o turismo, mas conhecem o potencial e a riqueza de suas terras e são os únicos que podem usá-las como fonte de renda. Desta forma, envolve a conscientização de todos os integrantes do território sendo eles, atores diretos e/ou indiretos.

Assim, encontrar novos caminhos efetivos é atrelar o potencial cultural e social ao econômico e político. Portanto, para alcançar os objetivos e diretrizes para as atividades turísticas nos territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul, definimos prioridades a serem consideradas:

- Interesse em fortalecer a rede de atores, para que de forma conjunta atinja os objetivos das instituições envolvidas, visando o planejamento e articulações de planos e políticas em dimensão municipal, estadual e federal, para que aumente a representatividade desses grupos e valorize as atividades produtivas, culturais, econômicas e sociais. Ressalta-se que a cultura quilombola, pode ser valorizada também em âmbitos políticos, quando incluída em conteúdos pedagógicos regionais em parceria ao ensino básico, técnico e projetos científicos.
- Valorizar o patrimônio a cultural (material e imaterial) quilombola, inserir os territórios nos roteiros turísticos sulmatogrossense, parcerias com agenciadoras e instituições de ensino público e privado, investimentos em ferramentas de tecnologia, para controle, precificação, logística, fiscalização, comercialização e organização das atividades e ações de divulgação dos destinos e atrativos turísticos.
- Incluir nas instâncias de governança estaduais e municipais ações de financiamento das atividades turísticas, infraestrutura e recursos para bens e serviços.
- Aumentar o nível de escolaridade e profissionalização daqueles envolvidos na atividade, incentivo ao empreendedorismo social, ao associativismo e à agricultura familiar.

Atender as prioridades oportuniza a visibilidade regional dos territórios, fortalece a perspectiva de inserção nos roteiros turísticos do Estado e na cadeia do turismo, além de

impulsionar a profissionalização, o empreendedorismo e a diminuição do êxodo rural nos territórios. O quadro abaixo, apresenta as demandas dos territórios para fortalecer o processo desenvolvimento turístico.

Quadro 08 – Demandas Quilombolas

Territórios Quilombolas	
Condição	Garantias estruturais para que as políticas, diretrizes, normas e regulamentações sejam aplicadas e desenvolvidas de forma eficiente (MMA, 2006).
Gestão	Mecanismos administrativos, gerenciais, de controle ambiental e avaliação (MMA, 2006).
Preservação	Necessidade de preservação, manutenção, uso sustentável (manter os processos ecológicos e a biodiversidade), recuperação do ambiente natural. Que garanta preservação cultural, “ à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).”
Garantias	Medidas adotadas para garantir a conservação e as condições de produção e reprodução dos bens culturais de natureza material ou imaterial, ou seja, ações de protejam os bens físicos e intangíveis.
Turistas	Se deslocam até o território por motivos diversos e consomem serviços e produtos como alimentação, hospedagem, lembranças, história entre outros. Além disso, tem também os visitantes que vão para motivos de lazer, conhecimento, recreação, entre outras finalidades (MMA, 2006).

Durante as passagens pelos territórios notou-se que os territórios quilombolas tinham o anseio em inserir a atividade turística para que a agricultura familiar ganhasse força e o turismo uma alternativa de renda e preservação da população do território. O turismo é oportunidade de prosperar diante das dificuldades de se manter agricultura familiar (sazonalidade, falta de estrutura, pequena produção, dificuldade em se manter somente com a atividade e a ausência de políticas de fomento).

Ao pensar no turismo, os territórios enxergam suas próprias realidades, perspectivas e dificuldades que possam vir a enfrentar com a atividade, no entanto, os benefícios desta articulação de possibilidades dão forças para o enfrentamento dos obstáculos da agricultura familiar. Durante a entrevista em um dos territórios que já atuam com turismo o entrevistado disse “*A escola que veio na sexta, deu renda para o produtor*”, se referindo a comercialização

de rapadura, queijo e hortaliças após a visitação de um grupo escolar, ou seja, ao atrair grupos interessados sobre a cultura quilombola há o interesse em se consumir produtos do território.

A passagem anterior do entrevistado reforça o papel das instituições de ensino na promoção dos territórios. As escolas e universidades podem ser aliados no processo de desenvolvimento da atividade turística. As instituições de ensino, poderiam inserir em seus conteúdos pedagógicos a cultura quilombola, apontando os modos de subsistência, a importância histórica, os meios de garantia e renda e a gastronomia.

A visita aos territórios é uma possibilidade de conhecer e proporcionar renda aos produtores da agricultura familiar, com a comercialização de produtos com insumos do território. As universidades, por exemplo, poderiam inserir programas de pesquisa, ensino e extensão nos territórios, auxiliando na profissionalização do turismo, na gestão do negócio, a explorar o perfil empreendedor, das estratégias de marketing e nas finanças.

Há a necessidade de aprimorar e qualificar as atividades, bem como os atores envolvidos com turismo. Apesar de estarem envolvidos no processo turístico, os próprios membros do território não se sentem inseridos no contexto turístico, “*não conseguem imaginar que sou um guia turístico*” diz o entrevistado responsável por organizar as funções da atividade.

Além da profissionalização dos envolvidos, compreende-se a criação de estratégias para o desenvolvimento econômico do território que devem envolver (1) atrações: as características naturais a uma comunidade; (2) promoção: o marketing de uma comunidade e suas atrações turísticas para turistas em potencial; (3) infraestrutura turística: facilidades de acesso (estradas, aeroportos, trens e ônibus), serviços de água e energia, estacionamento, sinalização e recreação instalações; (4) serviços: hospedagem, restaurantes e diversos (artesanatos) precisavam cuidar das necessidades dos turistas; e (5) hospitalidade: como os turistas são tratados por ambas as comunidades residentes e funcionários (GUNN 1988). Além disso, quando tratamos de territórios quilombolas, deve ser priorizado a preservação natural e os aspectos socioambientais.

Estabelecer relações e parcerias junto às instituições públicas e privadas, é uma estratégia para suprir as demandas da inclusão do turismo nos territórios quilombolas, assim como possibilitar aos territórios a atuação, visibilidade e emancipação.

Além das instituições de ensino, no âmbito público do Mato Grosso do Sul as parcerias poderiam ser feitas com as Secretarias Municipais do Turismo, Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). No âmbito privado, as agências e prestadores de serviços turísticos que garantam os interesses dos territórios.

Durante a visita um dos entrevistados ouvi “ *por que não derrubam essa casa e fazem outra*”, em resposta disse “ *expliquei que a casa velhinha está ali no canto mas para nós tem história*”, os turistas e visitantes dos territórios não conhecem sobre a origem e as raízes das comunidades, é interessante que criar roteiros que passem por lugares que tenham artefatos e histórias.

Ao reforçar a garantia aos interesses dos territórios, atenta-se ao valor de sua história, aos saberes e fazeres. O resgate e a preservação da tradicionalidade quilombola tem finalidade de implementação de sistemas de manejo, políticas públicas, inclusão de renda, geração de conhecimento técnico-científico, ao mesmo tempo que contribui com a redução de desigualdades e conservação do ambiente natural. O processo de cooperação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento territorial articula em reconhecimento a diversidade cultural e simbólica, que a princípio demonstram pouca afinidade.

6.1 Barreiras identificadas para desenvolvimento dos objetivos

Considerando o levantamento do conteúdo empírico com os territórios quilombolas, identificou-se as possíveis barreiras que dificultam o desenvolvimento dos objetivos para desenvolvimento do turismo no espaço rural. Desta forma, na figura abaixo destaca-se barreiras de desenvolvimento do turismo.

Figura 026 – Barreiras da atividade turística

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS	Contexto	Infraestrutura básica
		Resistência da comunidade
		Preservação das tradições
	Enfrentamento	Poder Público
		Preconceito
		Empoderamento
	Sobrevivência	Agricultura Familiar
		Trabalho informal
		Desemprego
	Turismo	Turismo de Aventura, Turismo Gastronômico, Turismo de Pesca e Ecoturismo
		Roteiro turístico
		Novos agenciamentos

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Portanto, observamos que os fatores que limitam e/ou impedem que a atividade seja colocada em prática são:

- Ausência de infraestrutura e acesso, as estradas são sem pavimento e períodos de chuva o deslocamento não é viável, e em alguns casos, como no território Campos Correia condições básicas de água, energia elétrica regular e moradia.
- Resistência dos membros do território, o não envolvimento de toda comunidade ocorre em função das incertezas da atividade e também pela busca por trabalhos fora do território, principalmente dos mais jovens
- A falta de incentivo financeiro do poder público e privado e a ausência de articulação com territórios, quando há vínculos ocorrem de modo descontinuado.
- Desconhecimento da existência dos territórios quilombolas, o patrimônio cultural não é valorizado, a sociedade desconhece a existência dos territórios quilombolas.
- Baixa capacidade econômica, os territórios sobrevivem da agricultura familiar, dos trabalhos informais fora do território e do desemprego, assim não possuem condições para investirem nas demandas do turismo.
- Carência de equipamentos específicos para cada atividade, bem como certificados e autorizações que dê a possibilidade do turismo.
- Falta de projetos que insira os territórios no roteiro turístico do estado, assim, facilitaria possíveis parcerias com agências turísticas.

6.2 As origens dos problemas

Refletindo o conteúdo teórico e as narrativas dos territórios foram identificadas motivações para os enfrentamentos das ações descontinuadas que ocorrem na promoção as atividades no território. Com isso, para que as demandas e objetivos sejam materializados devem se atentar as origens dos problemas, na figura abaixo é apresentado as possíveis causas.

Quadro 09 – Origens da problemática do turismo

Problemas	Origens
Baixa escolaridade	Ausência de novas atividades produtivas e empregabilidade local; pouco interesse na profissionalização e evasão rural

Propostas pedagógicas desvinculada aos territórios	Fragilidades organizacionais, estruturais e operacionais quanto ao conteúdo programático em ensino de nível básico, médio e superior; Carência de projetos de ensino, pesquisa e extensão e Desinteresse em reconhecer a importância histórica dos territórios quanto aos seus potenciais turísticos para o Estado.
Baixa articulação entre atores territoriais	Ineficiente comunicação entre os atores; Relações desconexas e frágeis entre governo e os territórios; Falta de projetos que estejam compatíveis as necessidades dos territórios
Deficiência econômica	Falta de condições financeiros para ações destinadas as atividades do território e projetos/programas de incentivo financeiro
Precariedade Estrutural	Falta de estrutura adequada para transporte, atendimento, alimentação e hospedagem devido ao “esquecimento” e/ou ausência investimentos no território
Descontinuidade das ações	Acesso restrito a água, energia elétrica, saneamento, tecnologias digitais (como a internet)

6.3 RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES NOS TERRITÓRIOS QUILMBOLAS DO MATO GROSSO DO SUL

Em consideração as características, os potenciais e as experiências concretas de turismo que já ocorre em territórios quilombolas, viabilizar planos de ação, projetos e programas que evidência o turismo em comunidades quilombolas é não apenas potencializar a geração de trabalho e renda, mas a promoção a educação, saúde e habitação, através da produção de serviços turísticos de forma associativa, comunitária, compartilhada e responsável, tratando-se de uma nova vertente do turismo no espaço rural (ZAMIGNAN; SAMPAIO, 2010).

Propomos um processo formativo atrelado aos aspectos culturais, naturais, econômicos e políticos, que considere a interação entre territorialidade quilombola e a sociedade. O conjunto de ações e estratégias transversais tem características desafiadoras e complexas, que requer o movimento de distintos atores para o alcance dos objetivos. No entanto, consideramos que se executadas, proporcionaria a ressignificação (reterritorialização) da condição de vulnerabilidade que esses grupos enfrentam.

A estruturação de estratégias em prol ao turismo no espaço rural é idealizada a partir dos resultados da pesquisa e do diálogo com os territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul.

Desse modo, consideramos o contexto atual e os relacionamentos multidimensionais, os principais desafios enfrentados nas dimensões territoriais e os atores que possibilitam as ações no território. Com isso, notamos que não existe algo sistematizado devido as características de cada território, no entanto, organizamos as principais recomendações nas seguintes esferas:

Os motivos para se investir em turismo no espaço rural: Conforme a literatura, o turismo deve ser incorporado aos agricultores rurais, como diversificação das atividades em prol a geração de emprego e renda no meio rural, a adversidades da atividade, oportuniza a inserção do turismo, ao mesmo passo, que cria novos empregos e fomenta a permanência no campo, revaloriza o patrimônio histórico, arquitetônico e ambiental, aumenta a receita, qualifica os produtos e serviços e promove o associativismo e a emancipação.

O turismo no espaço rural como desenvolvimento rural: Os mecanismos de desenvolvimento rural, sobrevivência e garantia de reprodução material e imaterial devem estimular redes e parcerias com instituições públicas, privadas e do terceiro setor, compatíveis aos interesses e realidades dos territórios, proporcionando profissionalização, emprego, infraestrutura, transporte e qualidade vida.

Novos destinos rurais, os territórios quilombolas: A inserção dos territórios nos roteiros turísticos do Estado do Mato Grosso do Sul, promoveria reconhecimento e a valorização patrimonial, cultural e ambiental dos territórios quilombolas. Dentre as modalidades, o turismo de base comunitária, turismo cultura, baseado na utilização de recursos culturais (arte, história, costumes); ecoturismo, o principal atrativo é a paisagem, a finalidade é integrar meio rural e humano oferecendo ao turista contato com recursos naturais e culturais; turismo esportivos, o objetivo é a prática de esportes no ambiente rural; turismo de aventura, utiliza espaços do meio rural pouco explorado por turistas para produzir descobertas, o turismo de saúde pertence a modalidade e também turismo científico, realizado para fins de exploração científica, através de programas e projetos de instituições ou profissionais da área acadêmica.

Os atores externos: Instituições públicas: Institutos, Universidades, Secretarias Municipais do Turismo, Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO). Organizações privadas: Faculdades e Centros de ensino e Prestadores de serviço turístico (agências e guias turísticos).

Formas de financiamento e execução: O financiamento da atividade seria por meio de editais, auxílios e repasses financeiros, tecnológicos e científicos. Políticas de fomento ao turismo e aos territórios. Nas universidades, promoção projetos de pesquisa, ensino e extensão. Agências de turismo, capacitação e desenvolvimento da atividade turística.

Formas de análise, adaptação e acompanhamento: A valorização dos interesses e capacidades dos territórios é fundamental para implementação da atividade. É necessário que os grupos estejam confortáveis e engajados na atividade, por muito tempo, foram subalternizados e pressionados pelo processo territorial, assim, conhecer e garantir as demandas das comunidades, valorizar os conhecimentos tradicionais, os saberes e a própria cultura é fator decisivo para efetivação do projeto. A baixa escolaridade nos territórios, prevê um processo formativo organizado em uma linguagem fácil e adaptável, distante linguagem científica dos manuais, mas que tenha um diálogo entre empírico e teórico em ações de sensibilização para os territórios. Por tanto, além de conhecer as realidades e identificar a melhor maneira de transmitir os ensinamentos aos territórios, essas ações devem ser orientadas por continuidades, ou seja, proporcionar as ferramentas de incentivo ao turismo, o suporte e orientação do processo de gestão da atividade, com a finalidade principal de assegurar a emancipação do turismo quilombola.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo compreender as territorialidades no âmbito da possibilidade de difusão de iniciativas de turismo no espaço rural em comunidades quilombolas que desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar no Mato Grosso do Sul. Notamos que a agricultura familiar quilombola carrega aspectos específicos que envolvem a cultura, o modo de produção, a fonte de renda, a região que estão localizados, além das particularidades de toda uma trajetória de luta e pertencimento.

Os territórios quilombolas possuem características distintas, que variam desde a extensão do território, quantidade de pessoas, acesso a informação e a obtenção de recursos básicos como água, energia elétrica e moradia. Através das investigações empíricas constatou-se que há dois fatores importantes para o desenvolvimento dos territórios quilombolas: o reconhecimento territorial e regularização fundiária. Esses processos são essenciais para o desenvolvimento econômico, político e social dos territórios quilombolas. A partir do reconhecimento territorial, é possível criar suas associações e concorrer a benefícios como projetos, leis, programas institucionais, bem como organizar as atividades produtivas e os seus interesses próprios.

Na realidade brasileira, as políticas públicas voltadas aos territórios quilombolas auxiliaram no desenvolvimento da educação, saúde, habitação e infraestrutura da comunidade, no entanto, são descontinuadas e pontuais, pois não contemplam a realidade os territórios. No caso, da promoção a agricultura familiar, há a possibilidade de participar de programas como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Mas os territórios não conseguem produzir uma quantidade suficiente capaz de suprir as demandas escolares. Por este motivo, comercializam em supermercados e pequenos comerciantes próximos ao território. Com a produção limitada, os territórios lidam também com a sazonalidade e falta de infraestrutura, como sistemas de irrigação, coberturas e estufas.

Para suprir as deficiências e impulsionar o desenvolvimento territorial, consideramos a possibilidade de inserção do turismo no espaço em seus contextos como a diversificação forma da produção, trabalho e renda. Entre os territórios da pesquisa, Furnas do Dionísio (Jaraguari/MS) e Furnas dos Baianos (Aquidauana/MS) tem o turismo inserido em seus territórios, mas não pertencem aos roteiros turísticos do Estado. Chácara do Buriti (Campo Grande/MS) e Campos Correia (Corumbá/MS) são as mais estruturadas quanto a atividade agrícola, ambas com potenciais turísticos. Família Osório (Corumbá/MS), é o território menos

estruturado nas atividades e quanto aos recursos básicos, não há uma atividade predominante, a comunidade se divide entre pesca, agricultura e trabalho informal.

A agricultura familiar quilombola busca meios de resistir aos sistemas produtivos convencionais. Nesta perspectiva, cria-se a possibilidade de novas oportunidades, com o desenvolvimento de atividades turísticas. Com a crescente procura por formas de lazer associada ao ambiente natural e a natureza, o turismo em áreas quilombolas valoriza a conservação do meio ambiente e da cultura. Por esse motivo, considera-se que a pluriatividade, na agricultura familiar quilombola impulsionaria o desenvolvimento territorial, ao mesmo passo que reterritorializaria o modo de produção de trabalho e renda desses grupos.

Nesta ótica, utilizou-se do Turismo no Espaço Rural, já que teoricamente permite abranger todas as atividades turísticas que ocorrem no meio rural, assim, a modalidade é definida como “todas as atividades turísticas endógenas desenvolvidas no meio ambiente natural e humano” (ZIMMERMAM 2000, p.129). A modalidade e os atributos turísticos são definidos a partir da iniciativa local e de suas características, não há uma padronização das estratégias, cada atividade turística deve ser considerada única, bem como os costumes, memórias e tradições de cada território.

Os territórios quilombolas conforme suas características permitem uma demanda diversificada de modalidades turísticas, assim nos mercados turísticos, poderiam ser oferecidos: ecoturismo, o principal atrativo é a paisagem, oferece ao turista contato com recursos naturais e culturais; turismo de aventura, utiliza espaços do meio rural pouco explorado por turistas para produzir descobertas; turismo cultural, baseado na utilização de recursos culturais (arte, história, costumes); turismo de saúde, com finalidade de bem estar físico e psíquico; turismo esportivos, o objetivo é a prática de esportes no ambiente rural; turismo científico, realizado para fins de exploração científica e o turismo de base comunitária, valoriza o patrimônio cultural.

A finalidade da atividade turística é atrelar as atividades que já ocorrem nos territórios como a venda e produção do artesanato, de produtos alimentícios e da própria agricultura familiar ao turismo. Assim, economicamente a inserção da atividade promoveria a criação de emprego, manutenção e melhoria dos produtos e serviços oferecidos no local e diversificaria as fontes de renda. Ao ambiente natural, geraria a preservação e melhoria na paisagem do meio rural, além do intercâmbio cultural, da manutenção dos costumes e tradições locais, valorização das comunidades quilombola e interesse da sociedade em apoiar os grupos.

Entretanto, apontamos motivações que podem dificultar a inserção da atividade turística nos territórios quilombolas: ausência de garantias que as políticas, diretrizes, normas e

regulamentações sejam aplicadas e desenvolvidas de forma eficiente, falha na comunicação entre poder público e os territórios; ausência de planos gerenciamento, controle e avaliação das atividades agrícolas e turísticas, falta de incentivo financeiro e resistência dos membros do território. Com a baixa valorização dos grupos e pouca visibilidade, implementar o turismo nos territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul é a oportunidade de reconhecer a importante função desses grupos para a cadeia do turismo e do agronegócio do estado.

Há necessidade de subsídio político para que os territórios alcancem a emancipação, mas percebe-se o insuficiente empenho dos gestores públicos em enxergar os potenciais dessas comunidades. Não há políticas públicas e ações privadas de impulsionamento da atividade nos territórios. Os incentivos públicos e privados devem considerar a ausência de infraestrutura adequada, a baixa escolaridade, falta de capital, aperfeiçoamento, profissionalização, o aumento do êxodo rural e a empregabilidade local. As ações devem ser direcionadas a garantia e preservação cultural e ambiental, buscando alcançar os interesses dos territórios.

Os planos de uma diversificação da atividade impulsionam a inserção no setor turístico, e também motiva uma gestão mais participativa, com desenvolvimento e preservação a sociocultural de seus membros, bem como da região e da comunidade. Os territórios desejam autonomia em gerenciar e controlar suas atividades produtivas, isto é, querem atuar em suas próprias atividades, além disso, é perceptível que a promoção da comunidade está em conformidade com patrimônio cultural dos territórios e da região.

A inserção dos territórios em um roteiro turístico poderia incentivar a inserção ou integração com a atividade do turismo. Permitir aos turistas experiências com patrimônios culturais, a recursos naturais, atrações locais e o trabalho desenvolvido nos territórios. Por este motivo, é necessário o desenvolvimento de políticas que se moldem a realidade local, isto é, devem ser ajustadas ao processo de desenvolvimento turístico local, contemplando garantias restritas ao contexto local.

Dessa forma, os territórios visam por meio do turismo garantir a inclusão econômica e social, incentivando seus membros por meio das práticas turísticas atrelada ao desenvolvimento das localidades, assim os territórios conseguem de forma sustentável garantir a preservação econômica, social e cultural de seus territórios. Os efeitos da reconstrução territorial permitem que as estruturas sejam modificadas, com tanto que, conserve as premissas e tradicionalidade de cada comunidade.

8 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.
- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira. *TEDESCO, JC Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas*, 1999.
- ALMEIDA, A. W. B.. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ALMICO, T.; FARO, A. Coping of Caregivers of Children With Cancer in Chemoterapy Process. **Psicologia, Saúde & Doença**, v. 15, n. 3, p. 723–737, 2014.
- ANDRADE, M. C.. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
- ARAÚJO, J. G. F. de. ABC do turismo rural. Viçosa: Aprenda Fácil. 138p. 2000.
- BARRERA, E. Situação do turismo rural na Argentina. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papirus. p. 181-208, 2000.
- BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Apresentação. In: BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem,. p. 13-24. 2009.
- BARTON, E. J.; ASCIONE, F. R. Direct observation. Child behavioral assessment: Principles and procedures, 1984, 166-194.
- BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.
- BAUMEL, A; BASSO, L C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.). **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava, PR: Ed. Unicentro, 2004.
- BELEI, R.A, et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. *Cadernos de educação*, 30.1: 187-199, 2008.
- BLANCO, R.; BENAYAS, J. El Turismo Como Motor del Desarrollo Rural. Análisis de los Proyectos Subvencionados por Leader I. *Revista de Estudios Agrosociales*, (169), 119-147. 1994.
- BLOS, W. **Turismo rural e desenvolvimento local: Lages (SC)**. Santa Maria: FACOS, 2005. Dissertações em Turismo Rural.
- BODDY, C. R. Sample size for qualitative research. *Qualitative Market Research: An International Journal*, 2016.
- BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 211-250, 2009.
- BOWEN, M. L. Who owns paradise? Afro-Brazilians and ethnic tourism in Brazil's quilombos. **African and Black Diaspora: An International Journal**, 2017, 10.2: 179-202.
- BRASIL, IBGE. Censo Agropecuário, 2017. Rio de Janeiro, 2016.
- BRASIL, IBGE. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2006.
- BRASIL. MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Dados de Produção*. 2017.

- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. E.; Agricultura familiar e o novo mundo rural. In: **Sociologias**, nº 10, p. 312–347, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>. Acesso: 20 abr. 2016.
- BUENO, A. J. A., et al. Uma análise por meio do Software Iramuteq de teses e dissertações defendidas entre 2007 e 2017 com a temática de filmes comerciais no ensino de Ciências. 2018.
- BURGOS, A.; MERTENS, Frédéric. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 2015, 13.1: 57-71.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 145-179.
- CANDIOTTO, L. Z. P. O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do estado do Paraná no contexto. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, 2015, 7.2: 111-131.
- CÁNOVES, G., VILLARINO, M, PRIESTLEY, G; BLANCO, A. Rural Tourism in Spain: an analysis of recent evolution. Elsevier, **Geoforum** 35: 755-769. 2004.
- CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. No. 12, pp. 49-59. Brasília: IPEA, 2015.
- CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, 1998, 9.4: 143-160.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais ...** Brasília: SOBER, 1998. p. 117-142. v. 1.
- CORDEIRO NETO, J. R. et al. Uma Revisão Crítica da Pesquisa Qualitativa em Gestão Territorial: panorama da produção brasileira em administração (2006-2015). **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 46, p. 112-129, 2019.
- CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. IN: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). Território, globalização e fragmentação. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.257-269.
- CRESWELL, J. H.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. São Paulo: Penso, 2013.
- CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa & Projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2014.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e misto**. Ed 2. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CRUZ, R. C. A. da. Geografias do turismo de lugares a pseudo-lugares. São Paulo, SP:
- CÚRCIO, V. R. Estudos estatísticos de textos literários. **Revista texto digital**, 2(2), 9-28. 2006.
- DA VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. **Interações (Campo Grande)**, Vol. 3, N. 5, p. 5-19, 2002.
- DALE, P. J. Novas dimensões da ruralidade: turismo e desenvolvimento territorial. 2001.
- DALLABRIDA, V. R. (org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, 552 p.
- DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, p. 20, 2007.
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, n. 215, p. 304-328, 2015.
- DALLABRIDA, V. R.; BIRKNER, W. M. K.; COGO, E. L.. Gestão territorial e desenvolvimento: avanços e desafios dos processos de descentralização político-administrativa

- no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 17, n. 428, 2013.
- DEL GROSSI, M. E; AZEVEDO MARQUES, V. P.M de. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 18, n. 1, 2010: 127-157 2010.
- DEMATTEIS, G. Rivoluzione quantitativa e nuova geografia. 1970.
- DENEZ, C. C. O território em disputa: territorialidades, redes sociais e grupos políticos de Ivaiporã/PR (2000/2012). 2016.
- DONALDSON, R. Tourism um Europe. Paris. Techniplus, 1992.
- EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of management review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.
- ELESBÃO, I. O espaço rural brasileiro em transformação. *Finisterra*, 2007, 42.84.
- ELESBÃO, I. Turismo rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal. 2001. 154f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- EMBRATUR. Manual operacional do turismo rural. Brasília: DEPLAM/EMBRATUR, 1994.
- EVARISTO, C. Becos da Memória. 200p. Rio de Janeiro: Pallas. 2017
- FABRINO, N. H; DO NASCIMENTO, E. P; COSTA, H A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, 2016, 16.3: 172-190.
- FARIA, A. A. R.; DUENHAS, R. A. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.
- FÁVARO, J. L. (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.
- FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. São Paulo: Artmed, 2009.
- FRANÇA, C. G; DEL GROSSI, M. E; MARQUES, V. PM. **El censo agropecuario 2006 y la agricultura familiar en Brasil**. 2009.
- FREITAS, D. **Palmares: a guerra dos escravos**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GALLO, F.. Usos do território e o papel do Estado no Brasil: notas sobre a atuação da Agência Desenvolve SP. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 480-496, 2017.
- GOULART, L. N; VIEIRA, D. M; BITTENCOURT, D. M. C. A rede da Política Nacional de Agricultura Familiar no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, abr. 2020.
- GOULART, S. et al. Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. **Cadernos ebape. br**, v. 8, n. 3, p. 388-403, 2010.
- GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.
- GROLLEAU, H. A emoção primeiro que tudo. In: CADERNOS LEADER Comercializar um turismo rural de qualidade. Bruxelas: AEIDL, 1994. p. 7-8.
- GUANZIROLI, C.E; BUAINAIN, A. M; DI SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil:(1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.
- GUGLER, P. Building transnational alliances to create competitive advantage. *Long Range Planning*, v. 25, n. 1, p. 90–99, 1992.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**, São Paulo: FUSP : Ed. 34, 2002.
- GUNN, C. A. *Tourism Planning*. 2d ed. New York: Taylor and Francis. 1988

- HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: Ribas, A.D., Sposito, E.S., & Saquet, M.A. 2004.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HAESBAERT, R. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano De Geografia**, 26(1), 117-124. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/3572>, 2008.
- HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p.37-66.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.
- INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Orgs. GUANZIROLI, Carlos et al. 2000.
- IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.
- KEANE, M. Rural tourism and rural development. In: *Tourism and the Environment*. Springer, Dordrecht, 1992. p. 43-55.
- KLOSTER, S; CUNHA, L.A.G. Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis. *Desenvolvimento em questão*, 2014, 12.27: 66-94.
- LAMARCHE, H. As lógicas produtivas. In: LAMARCHE, H (Org.). In: **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1993
- LIMA, M. C. Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002
- LOCATEL, C. D; DE LIMA, F. L. S. Territórios rurais e reestruturação produtiva do capital no rio grande do norte. **Formação (Online)**, v. 1, n. 23, 2016.
- MACK, N, et al. Qualitative research methods: A data collector’s field guide. USAID, Family Health International, 2005.
- MALUF, R.S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, 2004.
- MARIANI, M et al. La percepción del turista sobre los atributos de los hospedajes en brasil: Un análisis en base a los comentarios online. **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 28, n. 4, p. 882-902, 2019.
- MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. O. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS. Anais do Congresso da SOBER. Campo Grande/MS, 48. 2010.
- MARTINS, J. S. **Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil**. Santiago Chile, 2001.
- MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.
- MCAREAVEY, R; MCDONAGH, J. Sustainable rural tourism: Lessons for rural development. *Sociologia ruralis*, 2011, 51.2: 175-194.
- MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.
- MENDONÇA. M.C.A; BATALHA, M.O. Estrutura e dinâmica do turismo no espaço rural: uma análise sob a ótica da NEI. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia rural, 41, juiz de Fora, MG. Anais...Juiz de Fora, MG: SOBER, 2003. p. 111.
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- MIELITZ NETTO, C. G. A. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p.221- 251.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo Rural: Orientações Básicas. Brasília, 2. ed. Ministério do Turismo, 2010.
- MORAIS, H . Território e territorialidades: dimensões constitutivas da relação homem e meio ambiente (Territory and territorialities: constitutive dimensions of the relationship between the man and the environment). **Revista Brasileira de Geografia Física**, 2018, 11.1: 206-222.
- MOURA, J. C. de. (Ed.). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 2., 2000, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: [S. n.], 2000. p. 61-68.
- NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. **Embrapa Estudos e Capacitação-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2010.
- NÉSPOLI, D. S. S. **Raízes e sombras: luta e resistência na formação da identidade quilombola**. 2013. 112 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2013.
- NILSON, A. Stayng on farms: an ideological background. *Journal of Rural Studies*, Great Britain, v.29, n.1, p. 7 -24, 2002.
- NUNES, E.M et al. Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p. 529-554, 2015.
- OKAZAKI, E. A community-based tourism model: Its conception and use. *Journal of sustainable tourism*, 2008, 16.5: 511-529.
- OLIVEIRA, F. Mobilizando oportunidades: estado, ação coletiva e o recente movimento social quilombola. 2009. PhD Thesis. Universidade de São Paulo.
- Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, set./dez, p. 633-658, 2017. Disponível em Fevereiro/2018, de <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/oliveira.pdf>.
- PECQUEUR, B. Gouvernance et régulation, un retour sur la notion de territoire. **Géographie, économie et Société**, v. 4, n. 2, p. 46-63, 2002.
- PERACI, A.S ; BITTENCOURT, G. A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Fome Zero: a experiência brasileira*. Brasília, DF: MDA, 2010, 191-222.
- PEREIRA, J. A; CHAGAS, P. B; BÂNKUTI, S. M. S. Perspectivas do Território no Sistema Agroalimentar Localizado: o Caso da Uva no Município de Marialva-PR. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 2, 2019.
- PICOLOTTO, E, L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.
- PINTO, A. Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas. Viseu: Palimage Editores. (2004).
- PIRES, E. L. S. Território, governança e desenvolvimento: questões fundamentais. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 38, p. 24-49, 2016. (MORAIS, 2018).
- PIRES, E. L. S. Território, governança e desenvolvimento: questões fundamentais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.23-49, ago./dez. 2016.
- PIRES, P. S. Dimensões do ecoturismo. São Paulo: SENAC, 2002.269p.
- PORTUGUEZ, A. P. **Turismo e desenvolvimento socioespacial: reflexões sobre a experiência do agroturismo no estado do Espírito Santo**. In: LIMA, L. C. (Org.). Da cidade ao campo: diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998. p. 229-249. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PRIOSTE, F; BARRETO, A. **Território Quilombola: Uma Conquista Cidadã**. Terra de Direitos, 2012.

- RAFFESTIN, C. A Produção das Estruturas Territoriais e sua Representação. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.
- RAFFESTIN, C. Space, territory, and territoriality. *Environment and Planning D: Society and Space*, 30, 121–141. 2012
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, J. J; SILVA, E. **Negociação e Conflito: a resistência negra no brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- RUFFATO-FERREIRA, V et al. Zoneamento ecológico econômico como ferramenta para a gestão territorial integrada e sustentável no Município do Rio de Janeiro. **EURE (Santiago)**, v. 44, n. 131, p. 239-260, 2018.
- SACK, R. D. Human Territoriality: a theory. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 73, n. 1, p. 55-74, mar., 1983.
- SACK, R. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTANA, J. A busca por cidadania das comunidades negras rurais quilombolas na Bahia. In: **42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2018**, Caxambu. Anais, Caxambu: Anpocs, 2018, p. 1-30.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, 1999, 1.1: 7-13.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria; SILVEIRA, Maria (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SAQUET, M.A. (2009). Por uma abordagem territorial. In: Saquet, M.A., & Sposito, E.S.(Orgs.), **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular.
- SAQUET, M.A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Outras Expressões. 2015
- SAQUET, Marcos A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.
- SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michelle. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.
- SARTOR, L. F. **Turismo rural**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, 2009, 1.1: 1-15.
- SAVOLDI, A.; CUNHA, L.A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan/jun. 2010.
- SCHMITZ, H; MOTA, D, M; SOUSA, G, M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, 2017, 12.1: 201-220.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, p. 88-125, 2004.
- SCHNEIDER, S. A Pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.
- SCHNEIDER, Sergio. Análisis multidimensional y escalar del desarrollo territorial en Brasil. **Eutopía: Revista de Desarrollo Económico Territorial**, n. 1, p. 25-49, 2010.

- SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise e suas características multifuncionais e pluriativas**. Brasília: IPEA (Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada), 2015.
- SOLLA, X. M. S. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, M. de A.; AZEVEDO, J. (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p.113-129.
- SOUSA, Y; S; O, et al. O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 15.2: 1-19, 2020.
- SOUZA, M. et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v52/1980-220X-reeusp-52-e03353.pdf>
- SOUZA, M; DOLCI, T; S. **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. 2019.
- STAKE, R. E. **Qualitative Case studies**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). *The Sage handbook of qualitative research*. London: Sage Publications, 2005.
- TEIXEIRA, T.R.A., ANDRADE, Á.A.V. **O conceito de território como categoria de análise**. Anais do Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 16. 2010.
- TEIXEIRA, V. T. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares**. 2009. 283f. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia Campinas, SP. 2009.
- TULIK, O. **Estratégias de desenvolvimento do turismo rural**. In: OLIVEIRA, C. G. de S.; Urquiza, A., e L. Santos. Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Políticas Públicas** 7(2):231-247. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i2.4753>
- VALENTE, S. FIGUEIREDO, E. “O turismo que existe não é aquele que se quer”. In Simões, O. & Cristóvão, A. (Org.), **TERN Turismo em Espaços Rurais e Naturais**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 95-106. 374p. 2003.
- VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. UFGRS, 2000.
- VEIGA, J. E.. A opção pela agricultura familiar. **Indicadores Econômicos FEE**, 25.3: 127-146, 1997.
- WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n°. 20, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPOCS/UFPA, 1996. Disponível em: http://agriculturasamazonicas.ufpa.br/PDF'S/AA_selecao/2011/Wanderley%201996.pdf
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.
- WANDERLEY, Maria N.B. de. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 2, 2000.
- WHALEN, E. A. Understanding a shifting methodology: A content analysis of the use of netnography in hospitality and tourism research. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 30, n. 11, p. 3423–3441, 2018.
- WILSON, Suzanne, et al. Factors for success in rural tourism development. *Journal of Travel research*, 2001, 40.2: 132-138.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: **Papirus**, 2000. p. 127-142 (Turismo).

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida et al. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

O roteiro utilizado foi sistematizado pelo docente de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) junto à pesquisadora, em 2019 e aplicado pelos pesquisadores nos territórios quilombolas.

ROTEIRO E QUESTÕES NORTEADORAS PARA PESQUISA – TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Propósitos fundamentais da pesquisa

(a) Compreender um pouco da história das comunidades; (b) Descortinar um pouco da situação (socioeconômica e política) da comunidade; (c) Analisar o modo como a comunidade “enxerga” o fenômeno do turismo; (d) Detectar se há aspectos no território que já assumem (ou poderão assumir) a condição de atrativos turísticos; (e) Avaliar a condição de amparo da comunidade pelas políticas públicas, de um modo geral, e pelas políticas públicas de turismo, em específico e; (f) Descobrir potenciais conflitos que existam no seio da comunidade.

Questões norteadoras

- 1) Me conta um pouco da história da comunidade.
- 2) A comunidade costuma receber pessoas de fora (turistas)? São muitos os turistas?
- 3) Você acredita que o turismo pode ser desenvolvido na comunidade?
- 4) Se alguém vier de fora conhecer a comunidade, o que há para fazer aqui?
- 5) A comunidade organiza festas, eventos e encontros que as pessoas de fora podem vir conhecer?
- 6) A comunidade possui alguma associação ou cooperativa?
- 7) As pessoas costumam trabalhar na comunidade, ou elas costumam ter empregos fora, na cidade?
- 8) O governo oferece algum tipo de ajuda para a comunidade?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Pesquisa aprovada sob parecer Nº 5.823.645 pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) sob o protocolo CAAE: 63760422.0.0000.0021. O TCLE deve ser redigido em duas vias, em que uma é do participante e a outra do pesquisador.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada Agricultura Familiar e o Turismo no Espaço rural: um estudo em territórios quilombolas do Mato Grosso do Sul, desenvolvida pela pesquisadora Letícia Ferreira Xavier. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) - Cidade Universitária, Caixa Postal 549. CEP 79.074-460. Campo Grande - MS. Modalidade: Doutorado.

O objetivo central do estudo é compreender as territorialidades no âmbito da possibilidade de difusão de iniciativas de turismo no espaço rural na comunidade quilombola que desenvolvem atividades ligadas à agricultura familiar no Mato Grosso do Sul.

O convite para a sua participação se deve à importância das comunidades quilombolas no desenvolvimento do estudo, os presidentes e membros dos territórios ajudaram a compreender sobre os processos, atividades e ações realizados durante a atividade produtiva, assim como, as estratégias utilizadas para desenvolvimento e fortalecimento do território.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não terá prejuízo algum caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder um roteiro de entrevista semiestrutura, ou seja, serão feitas perguntas para compreender as atividades produtivas, a inserção do território em políticas públicas, sobre os aspectos culturais e sobre as possibilidades de turismo, para isso, quando autorizado pelo participante utilizaremos o auxílio de um gravador, para gravação da entrevista.

O tempo de duração de aplicação do roteiro de entrevista é de aproximadamente 40 minutos/hora. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas os pesquisadores.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS no 466/2012.

O benefício relacionado com a sua colaboração é a valorização do trabalho, cultura, história de vida como também social a partir das descrições registradas no trabalho de tese e que poderá servir para reflexões dos agricultores, estudantes e as instituições envolvidas ao fazer referência ao pós-pesquisa como exemplo os resultados científicos. Será organizado o máximo de informações sobre as características das estratégias formais e não formais de resistência no campo, à ordem territorial e

políticas públicas no território no que tange o contexto das relações social, cultural, econômica e ambiental. Ressalta-se que não haverá contribuições financeiras aos entrevistados

Toda pesquisa possui riscos potenciais. Neste caso, os riscos da pesquisa poderão ocorrer desconfortos por motivos de não entendimento das perguntas, pelos horários das entrevistas coincidirem com os horários de trabalho e possivelmente gerar algum tipo de atraso nos horários nas atividades diárias. Para isso tomamos como cautela a comunicação das perguntas de forma simples e o agendamento nos horários possíveis para a realização da entrevista. Além disso, certificamos que todas as medidas sanitárias serão implementadas, como uso de máscara, álcool em gel e distanciamento.

Em caso de gastos decorrentes de sua participação na pesquisa, você (e seu acompanhante, se houver) será ressarcido. Em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será indenizado. No entanto, não há gastos previsto aos participantes.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e no formato de dissertação/tese.

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma do participante da pesquisa e outra do pesquisador. Em caso de dúvidas quanto à sua participação, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável através do email letis.xavier@gmail.com ou do telefone 17997417313.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS (CEP/UFMS), localizado no Campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias 'Hércules Maymone' – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS; e-mail: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Assinale sobre coleta de dados por meio de observação ou gravação em áudio e/ou vídeo:

marque esta opção se você concorda que durante sua participação na pesquisa seja realizada filmagem da propriedade, registro fotográfico da propriedade e gravação de áudio da entrevista.

marque esta opção se você não concorda que durante sua participação na pesquisa seja realizada filmagem da propriedade, registro fotográfico da propriedade e gravação de áudio da entrevista.

Nome e assinatura do pesquisador

_____, _____ de _____ de _____

Local e data

Nome e assinatura do participante da pesquisa

_____, ____ de _____ de _____ Local e data